



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS**

ZORAIDE MAGALHÃES FELÍCIO

**NUNCA VI NÃO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE NEGAÇÃO NA REGIÃO
OESTE DA BAHIA**

Salvador

2012

ZORAIDE MAGALHÃES FELÍCIO

**NUNCA VI NÃO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE NEGAÇÃO NA REGIÃO
OESTE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas – *Campus* I da UNEB, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira

**Salvador
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA
Elane C. Damasceno-CRB5 1582

F314n

Felício, Zoraide Magalhães

Nunca vi não: estratégias discursivas de negação na região oeste da Bahia/ Zoraide Magalhães Felício. - Salvador, 2012.
118f.:il.; 29 cm

Orientadora: Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens)

1 Iconicidade 2.Marcação 3.Gramaticalização I.Titulo

CDD 469.5

À minha família,
pelo carinho e pela compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar e guiar a minha vida.

À minha mãe Socorro, responsável por tudo que sou, pelo apoio, incentivo e amor.

Ao meu saudoso pai João Felício e a minha avó Ana, pela presença, mesmo ausente, sempre tão confortadora.

A minha irmã Ros'elles, torcedora incondicional desse projeto, pelas discussões acadêmicas, pela atenção e pelo carinho constante.

Aos meus irmãos, Alexandre, Cláudia, Cleiton, Daniel, pela torcida e apoio constantes.

Aos meus filhos Samuel e Gustavo, pelo sorriso, pela força em todas as vezes que me encontrava desmotivada para prosseguir o caminho.

A Jacques, por tanta coisa, sobretudo pela enorme paciência, pelo carinho, por estar sempre por perto e por sempre colorir de alguma forma os dias que teimavam ser cinzentos.

À minha orientadora, a professora Jaciara Ornélia, pela orientação cuidadosa e enriquecedora, pela paciência e compreensão, aspectos essenciais que fizeram com que esse trabalho fosse realizado de forma tão gratificante.

Aos professores João Santana Neto e Lucas Campos pela participação da banca no exame de qualificação e pelas valiosas sugestões.

À professora Cristina dos Santos Carvalho, pelos primeiros passos em direção a esta dissertação.

A todos os professores do PPGEL, pelo conhecimento adquirido em cada aula, em cada discussão, em cada seminário.

Ao amigo Lucas, pelas inúmeras discussões acadêmicas, pelas valiosas dicas, sugestões e indicações bibliográficas, pela atenção e disponibilidade sempre tão constantes e pela amizade construída.

Aos colegas de curso, Valter, Sandra, Fabíola, Mônica, Larissa, Robson e Cláudio, pelas discussões acadêmicas, pelos debates linguísticos, pelas palavras de incentivo, pela experiência de vida compartilhada e por todas as muitas risadas.

À Rosa Maria, por imprimir sempre uma leveza em tudo o que faz e sente, principalmente, por tornar tão leves as idas e vindas semanais de Barreiras a Salvador, a estada na casa dos professores e também pela alegria contagiante mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos e amigas coopebianos, pela torcida, pelo incentivo, pelas palavras de apoio tão necessárias sempre.

Ao professor Welber, por fazer o *abstract*.

À professora Inêz Pitta e À Dona Lídia, pelas interessantes conversas sobre a língua falada em Barreiras.

À minha saudosa amiga Josefa, por ter me ensinado que poucas coisas neste mundo valem tanto quanto a certeza de podermos contar com uma grande amizade.

Aos meus alunos e alunas, por tudo o que me ensinam todos os dias.

À minha professora Izídia, por ter despertado em mim o gosto pela docência.

À Universidade do Estado da Bahia, pelo apoio financeiro.

Aos funcionários Camila e Danilo, pela presteza e atenção sempre dispensadas a mim.

"...mas o amor car (o,a) colega este não consola nunca de núnkaras."

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Nesta dissertação, analisamos as estratégias discursivas de negação presentes no falar do oeste baiano. O foco deste trabalho é o estudo do uso do item **nunca** que se apresenta com uma semântica ainda fora da pauta das análises linguísticas contemporâneas. O objetivo é interpretar o processo de mudança semântica que envolve esse item e também indicar as implicações discursivas desse processo. O quadro teórico foi composto pela associação de postulados do Funcionalismo Linguístico, quais sejam os princípios funcionalistas marcação e iconicidade, a gramaticalização e também a semântica argumentativa. Para a realização desta pesquisa foram analisadas quarenta ocorrências coletadas por meio de observações informais. Após mapear as ocorrências do **nunca**, observamos as possíveis funções desse item. Os resultados mostraram a multifuncionalidade semântica do item em estudo. Concluímos este trabalho mostrando que o item **nunca** inicia um processo de mudança, uma vez que migra de uma função gramatical para uma função mais gramatical, ou de um domínio tempo para o domínio da negação e assume no discurso papéis diferenciados de sua função primária.

PALAVRAS-CHAVE: Iconicidade. Marcação. Gramaticalização. Semanticização. Argumentação. **Nunca**.

ABSTRACT

In this essay, we analyzed the discursive strategies of denial within the western Bahia speech. This essay is focused on the study of the use of the item **nunca** that presents semantics even outside of the agenda of contemporary linguistic analysis. Its goal is to expound the process of semantic changing that involves this item and also indicates some discursive implications of this process. The theoretical core was composed by the postulates associations of the Linguistic Functionalism, which are functionalist principles, marking and iconicity, grammaticalization and argumentative semantics. To develop the survey forty occurrences were analyzed and collected through some informal observations. After mapping the **nunca** occurrences, we observed some possible functions of this item. The results showed the semantical multifunctionality of the item studied. We can conclude this essay showing that the **nunca** starts a changing process, since it migrates from a grammatical function to another even more grammatical or from a domain of time to a domain of denial, and assumes different roles into its primary function.

KEY WORDS: Iconicity. Marking. Grammaticalization. Semantics. Argumentation.
Nunca.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte.	61
Quadro 2	Classificação semântica do nunca na fala de Barreiras, Ba.	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2.1	A COMUNIDADE PESQUISADA	18
2.1.1	Um pouco de história: a região oeste da Bahia	18
2.1.2	A cidade de Barreiras	19
2.1.3	Barreiras hoje: aspectos geográficos, econômicos, culturais e educacionais	22
2.2	A METODOLOGIA UTILIZADA.	24
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	28
3.1	O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO: LANÇANDO SOBRE A LÍNGUA UM OLHAR FUNCIONALISTA	28
3.2	NO CAMINHO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA: A GRAMATICALIZAÇÃO	36
3.2.1	Histórico e conceito de Gramaticalização	36
3.2.2	Crítérios de Gramaticalização	42
3.2.3	Estágios de Gramaticalização	46
3.2.4	Princípios subjacentes à Gramaticalização	48
3.2.4.1	O princípio de Iconicidade	48
3.2.4.2	O princípio de Marcação	51
3.3	A TEORIA MULTISSISTÊMICA FUNCIONALISTA – COGNITIVISTA	53
3.3.1	Lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização	55
3.3.2	Mecanismos de mudança linguística	59
3.3.2.1	A metáfora	60
3.3.2.2	A metonímia	61
4	A CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE NEGAÇÃO	64
4.1	A NEGAÇÃO COMO UNIVERSAL LINGUÍSTICO	64
4.2	AS ESTRATÉGIAS DE NEGAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	75
5	O NUNCA COMO ADVÉRBIO DE NEGAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA DE NEGAÇÃO NA CIDADE DE BARREIRAS	79
5.1	DA ETIMOLOGIA DO NUNCA	79
5.2	A DIMENSÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA DO NUNCA	85
5.2.1	Classificação Semântica	85
5.2.1.1	Nunca circunstanciador de temporalidade (canônico)	86
5.2.1.2	Nunca circunstanciador de negação comum	86
5.2.1.3	Nunca circunstanciador de negação incisiva	87
5.2.1.4	Nunca híbrido	88

5.2.2	Morfossintaxe do nunca	88
5.3	A DIMENSÃO ARGUMENTATIVA DO PROCESSO DE NEGAÇÃO	89
5.4	O NUNCA DE ADVÉRBIO DE TEMPO A ADVÉRBIO DE NEGAÇÃO - UM PERCURSO DE RECATEGORIZAÇÃO SEMÂNTICA	95
5.4.1	Os princípios de Hopper	95
5.4.2	Os princípios de Heine	98
5.4.3	Iconicidade e Marcação na trajetória do nunca	98
5.4.3.1	O princípio da iconicidade	99
5.4.3.2	O princípio da marcação	99
5.4.4	Mecanismos motivadores da gramaticalização	100
6	CONCLUSÃO	102
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE	113

1 INTRODUÇÃO

Considerada um fenômeno linguístico natural e universal, a negação é expressa por todas as línguas naturais. Cada língua, porém, desenvolve estratégias diferenciadas por meio de recursos diversos - fonológicos, sintáticos, morfológicos e lexicais para expressá-la. Para Houaiss, Salles Vilar e Mello Franco (2001, p. 2004), “**negação** (s.f) é um tipo de construção em que entra um vocábulo ou um morfema negativo (ou às vezes dois), que dá como resultado uma frase contrária à frase afirmativa, como em Maria **não** vem/ Maria vem”. Moura Neves, (2000, p.294), por sua vez, nomeia o mecanismo típico da negação de negativa predicativa oracional e a define da seguinte forma: “é o contexto típico da negação: a negação age no nível da própria oração, e a oração é sintaticamente negativa, comportando pelo menos um elemento negativo”.

Na Língua Portuguesa Brasileira, de acordo com Moura Neves (2000, p.286), “a partícula **NÃO** é o elemento básico que opera o processo de negação.” Esse item pode incidir sobre toda a sentença, ou parte dela.

Sobre as negativas sentenciais há alguns estudos funcionalistas no Português do Brasil, como o de Roncarati (1997), Alkimim (2002), Souza (2004) e Furtado da Cunha (1996, 2000) que identificam três estratégias diferentes de negar. A negativa canônica, constituída de partícula negativa antes do verbo (**Não** quero morrer) e duas consideradas inovadoras, empregadas, sobretudo, na modalidade oral da língua que consistem no acréscimo de outra negativa após o verbo (**Não** quero morrer **não**) ou, ainda no deslocamento da partícula negativa para o final da frase, ou seja, após o verbo (Quero morrer **não**). Tais estratégias levam em consideração a posição e o número do elemento negativo na sentença.

Sabemos que, de modo geral, na língua escrita, empregamos a negação canônica, porém na oralidade utilizamos diferentes estratégias como mecanismo de reforço ou de argumentação. Ainda hoje, quando se fala em modalidade oral, de certa forma predomina um preconceito, um *status* inferior, porém é inegável a grande importância da linguagem oral no processo interacional humano. Ela é tratada como o instrumento mais usado para a comunicação entre os homens. É, além disso, segundo Milanez (1993), a condição essencial de existência de um idioma que sem oralidade passa a ser considerado “morto”. Portanto, não podemos de forma alguma descartar o estudo da língua em uso, ou seja, na modalidade oral e coloquial.

Ora, não obstante a informação de que no Português Brasileiro o elemento básico de negar seja o **não**, observamos, na oralidade uma tendência pelo uso de outros operadores negativos que intensificam a expressividade do ato de negar. Especificamente em Barreiras, na região oeste da Bahia, temos observado o uso constante do advérbio **nunca** sendo utilizado como elemento de negação.

Na perspectiva das gramáticas tradicionais contemporâneas consultadas, o item **nunca** integra a classe dos advérbios, categoria linguística que consiste em ser palavra invariável e indicar circunstâncias de lugar, tempo, modo, condição, quantidade, intensidade, negação entre outras. O **nunca** é traduzido então como um circunstanciador temporal conforme exemplo selecionado de Rocha Lima (1994, p.174): **Nunca** vi olhos tão lindos. Desse modo, a descrição contida na gramática tradicional não é capaz de explicar a presença do **nunca** como partícula de negação, dissociada do seu valor temporal. Como analisar, então, as situações linguísticas em funcionamento na língua, envolvendo o item **nunca** em frases do tipo: Eu **nunca** estudei hoje não.?

Partindo desse enfoque, a pesquisa sobre os mecanismos de negação na fala do Brasil, no caso desta dissertação a cidade de Barreiras, constitui-se em uma tentativa de mostrar que a língua é uma estrutura maleável, sujeita às pressões do uso e constituída de um código não totalmente arbitrário, conforme um dos postulados do Funcionalismo.

Em função dessa observação, surgiu a questão que norteia o nosso trabalho: Qual a explicação para a existência de diferentes construções negativas no Português falado no Brasil e, especificamente, na cidade de Barreiras? Tal questão se relaciona a outras mais específicas, quais sejam: (1) Quais são os contextos de uso específico para a ocorrência das construções negativas? (2) Podemos afirmar que essas construções negativas estão em processo de gramaticalização? (3) De que maneira pode ser estabelecida uma relação entre essas construções negativas, o princípio de iconicidade e o paradigma da gramaticalização?

Sendo assim, neste trabalho, pretendemos descrever e analisar as estratégias discursivas de negação utilizadas nos falares do oeste baiano, focalizando o item **nunca** com uma semântica ainda fora da pauta das análises linguísticas contemporâneas, atentando também para a dimensão argumentativa que envolve o processo da negação.

Em função de uma premente necessidade de expressividade de comunicação, termos que são usados tradicionalmente exercendo sempre a mesma função primária em enunciados, podem ser reanalisados e fazer emergir outras funções mediante a situação comunicativa. Assim sendo, este trabalho se desenvolve a partir do quadro teórico do Funcionalismo Linguístico, tendo como base estudiosos como Gívon (1990, 1995), Heine, Claudi e Hünnemayer (1991), Heine (2003), Hopper (1987, 1993), Hopper e Traugott (1993), Castilho (1997, 2001, 2006, 2010), Martelotta (1993, 2008) Moura Neves (1997, 2000, 2003), Votre e Naro (1989), Votre (1996) e Furtado da Cunha (1996, 2000, 2003). A escolha desse referencial se deu pelo fato de que assim como a gramática tradicional, a gramática funcional também analisa a estrutura linguística, porém estende essa análise para toda a situação comunicativa: a finalidade do evento da fala, os participantes, e o contexto discursivo. Nesta perspectiva, as formas ou as construções linguísticas originam-se de uma intencionalidade comunicativa que agrega não somente o conteúdo a ser dito ou o lado cognitivo e intelectual da língua, mas também a natureza da fala como um fenômeno cultural e cognitivo e a intenção dos falantes, conforme Nichols (1984). Dessa forma, ao considerar o Funcionalismo Linguístico como referência para este trabalho, elencamos também como fundamental para a análise do item **nunca** os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Levando-se em conta o que foi exposto, traçamos como objetivos nesta dissertação, interpretar o processo de mudança que envolve o item **nunca** e também indicar as implicações discursivas¹ desse processo demonstradas por meio da classificação semântica do **nunca** constante das análises efetuadas; identificar fatores linguísticos e/ou funcionais que influenciam as ocorrências de diferentes construções negativas; identificar como se manifesta o princípio de iconicidade nas construções negativas em estudo; demonstrar a trajetória de gramaticalização nas construções negativas com o item **nunca** na cidade de Barreiras e o seu valor argumentativo.

A hipótese que permeia esse trabalho é a de que esteja ocorrendo um processo de gramaticalização nas construções negativas na fala da cidade de Barreiras, região oeste da Bahia, mais precisamente envolvendo o item **nunca**. Do mesmo modo, o

¹ Discurso, neste trabalho, é concebido como a própria língua em situações reais de uso.

advérbio **nunca** sofre processo de recategorização e de descoramento semântico, contribuindo para o reforço da negativa e, portanto, do seu valor argumentativo.

Para atender aos objetivos propostos nos debruçamos sobre as leituras pertinentes ao tema, examinando gramáticas tradicionais contemporâneas e gramáticas históricas no que tange à abordagem da negação e da categorização do **nunca**; dicionários etimológicos e dicionários contemporâneos na busca tanto da etimologia quanto do significado do **nunca**. Buscamos também subsídios teóricos sobre o funcionalismo e os processos de gramaticalização, sem contar com as incursões nos pressupostos teóricos da Nova Retórica, inaugurados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) e na semântica argumentativa de Ducrot (1987). Ao mesmo tempo buscamos constituir um *corpus* para análise a partir de observações informais. As observações informais foram desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa em setores diversos da vida cotidiana da cidade de Barreiras. Convém salientar que nas situações mais formais o uso do **nunca** era propositadamente evitado, mas quando a “conversa” passava para o tom informal ele surgia espontaneamente na fala. Sendo a nossa análise de cunho qualitativo não nos preocupamos com números de falantes, mas com a frequência da ocorrência. Levantados todos os exemplos, e à luz do funcionalismo, dos processos de gramaticalização e das primícias da argumentação realizamos uma análise qualitativa dos dados comparando-os com os dados teóricos mobilizados.

Esta dissertação divide-se em quatro capítulos e se delinea da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos descrevendo inicialmente a comunidade pesquisada – a cidade de Barreiras - e em seguida focalizamos a metodologia utilizada na pesquisa apresentada.

Iniciamos o segundo capítulo apresentando os pressupostos teóricos do Funcionalismo Linguístico e considerações sobre a gramaticalização, os princípios funcionalistas de iconicidade e marcação, dados sobre a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista e os mecanismos cognitivos da metáfora e metonímia.

No terceiro capítulo, focalizamos a negação como fenômeno linguístico universal presente em todas as línguas e tecemos considerações sobre alguns estudos funcionalistas acerca da negação no Brasil.

Em seguida, no quarto capítulo, apresentamos a manifestação do ato de negar na comunidade pesquisada, a argumentação advinda do uso do termo em estudo, sua

classificação semântica e os resultados das análises feitas. Finalizamos com as conclusões advindas do estudo e da pesquisa empreendidos.

Acreditamos que esta dissertação pode constituir-se numa contribuição relevante para a aprendizagem de língua materna, proporcionando um olhar diferenciado sobre o funcionamento da linguagem e colocando em evidência o seu dinamismo e funcionalidade indispensáveis para o desenvolvimento da competência comunicativa oral dos falantes. Há, ainda, outro ponto relevante: a contribuição de cunho teórico-explicativo para o Português falado no Brasil, por meio da descrição das construções negativas, uma vez que não localizamos nenhum registro de estudos que investiguem o uso de estratégias de negação na região oeste da Bahia, especificamente na cidade de Barreiras e, principalmente, tendo o **nunca** nessas construções.

Vale ressaltar, também, que, com esta dissertação não pretendemos esgotar o tema proposto, mas, antes, trazê-lo para discussão e, ao mesmo tempo, abrir novos espaços para que outros pesquisadores interessados no tema possam prosseguir novos estudos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos, neste capítulo, os procedimentos metodológicos eleitos para a análise proposta. Antes, porém, de adentrarmos a esses procedimentos, apresentamos uma descrição dos aspectos históricos, geográficos, econômicos e socioculturais da cidade de Barreiras-Ba, comunidade de origem dos informantes da pesquisa.

2.1 A COMUNIDADE PESQUISADA

2.1.1 Um pouco de história: a região oeste da Bahia

O início do povoamento² da região oeste da Bahia remonta à história da colonização do Brasil. Conforme a historiadora Almeida (1999), o oeste baiano teve seu espaço geográfico formado pelo rio São Francisco e seus afluentes, caminhos naturais para os bandeirantes e colonizadores que, a partir do descobrimento do Brasil, começaram a penetrar no interior. Os rios foram responsáveis pelo crescimento da população, pois os bandeirantes - reconhecendo a fertilidade de suas margens - implantavam uma civilização que se baseava na pecuária, na agricultura e na mineração. Por esses mesmos rios, as riquezas originadas de suas margens eram escoadas e ao mesmo tempo era por ele que se recebiam outros mantimentos.

A pecuária também se consolidou como um importante fator para a chegada das primeiras populações a essa região. À medida que o rebanho avançava em terras inexploradas, banhadas pelos rios, os colonizadores eram obrigados a lutar pela conquista de mais áreas de pastagem. Fato que implicou combates com os índios locais e também trabalhos de catequização. Quando os desbravadores atingiram a junção dos rios São Francisco e Grande, uma nova comunidade foi assentada, que atualmente é a cidade de Barra. Toda essa região por muito tempo foi dependente economicamente dos rios São Francisco, Grande e Preto.

No final do século XVII, o rei de Portugal ordenou que novas comunidades fossem fundadas na bacia dos rios supracitados. Essa ordem veio ao encontro do que já era previsível para essa região. Com o avanço do comércio, barqueiros e

² Prefeitura Municipal de Barreiras. Resumo histórico das nossas origens. (2001)

desbravadores subiam o rio Grande, o que proporcionou a exploração de novas áreas. Com todo esse movimento de navegação no rio Grande, dois pontos distintos surgiram. O primeiro ponto utilizado como desembarque de mercadorias, que eram deslocadas para Goiás e Piauí e outro, localizado no lado inverso do rio e tinha a função de escoar a produção local até as regiões exploradoras de ouro de Minas Gerais. Nesse local, surgiu uma comunidade que recebeu o nome de São João das Barreiras, hoje Barreiras, comunidade de origem dos informantes deste estudo.

2.1.2 A cidade de Barreiras

O município de São João das Barreiras fazia parte da sesmaria de Antonio Guedes de Brito – conde fundador do Morgado da Casa da Ponte. No século XVII, as terras que eram favoráveis à lavoura e à pecuária foram vendidas a José Alves Martins, Domingos Afonso Serra e outros. As chapadas das serras se tornaram devolutas. O senhor Domingos construiu a fazenda Tapera focalizando a criação de gado. Depois de sua morte, a fazenda foi inventariada e vendida a outras pessoas. Desse momento é que se presume terem surgido as primeiras moradias.

Durante 150 anos³, a região da atual cidade de Barreiras foi somente um lugar onde se armazenavam e vendiam mercadorias. Em 1850, existia somente o porto e uma casa que ficava localizada em terreno da fazenda Malhada de propriedade do Coronel José Joaquim de Almeida. Nessa casa, morava o barqueiro Plácido Barbosa, que se ocupava em receber e descarregar as barcas e fazia seguir em tropas de animais, as mercadorias para as localidades vizinhas como Goiás. Em 1870, essa localidade conheceu, em pouco tempo, uma maior movimentação devido à passagem dos povoadores que buscavam atravessar os rios São Francisco e Grande para chegarem até Goiás.

Em 1880, houve movimentação intensiva neste porto e o comércio começou a se estabelecer. Isso ocorreu devido a um produto nativo descoberto – a borracha da mangabeira – que despertou a atenção econômica, uma vez que passou a existir um amplo mercado para o látex com o início do consumo da borracha na Europa. A localidade atraiu vários imigrantes e o lugarejo começou a se transformar em cidade. A produção nativa da mangabeira, de cuja seiva se fazia a borracha, foi fator

³ Conforme informações retiradas do site www.historiadebarreiras.com.br coordenado pela pedagoga e pesquisadora da História de Barreiras Ignêz Pitta de Almeida.

determinante para o estabelecimento dos imigrantes e para um rápido crescimento da economia e do lugarejo. Surgiu assim o povoado de São João que cresceu e prosperou como um entreposto comercial, localizado numa região de fronteira. Esta época iniciou o primeiro ciclo imigratório de Barreiras.

Diante desse crescimento, o povoado tornou-se distrito do município de Angical. Em 06 de abril de 1891, Barreiras deixa de ser apenas um vilarejo pertencente ao município de Angical e passa a ostentar um *status* de cidade. Em 26 de maio de 1891, é decretada a emancipação política do povoado de São João das Barreiras que passa a se chamar apenas Barreiras. O nome Barreiras está ligado à questão de o porto localizado na atual cidade Barreiras ser o último navegável no rio Grande, uma vez que, apenas a cinco km acima, havia grandes barreiras de pedras que impediam a navegação. Assim, o porto ficou conhecido como “o porto das barreiras”. Ao se tornar povoado em função do porto, a atual cidade de Barreiras recebeu o nome de São João em homenagem ao seu padroeiro. Porém como este local já era conhecido pelos goianos como porto das barreiras, passou a se chamar São João das Barreiras e por ocasião da emancipação política passou a Barreiras.

No início do século XX, com o declínio da atividade da borracha, Barreiras se vê estagnada economicamente e sem atrativos para a chegada de imigrantes. Sua economia ficou atrelada à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência. Graças aos rios mais uma vez, Barreiras, em 1928, ganhou um novo impulso. A segunda hidroelétrica da Bahia foi construída em seu município e, com ela, a instalação de indústrias na região. Assim, a cidade que não crescia economicamente se deparou com a implantação de fábricas têxteis, curtumes, empresas especializadas na extração da borracha, frigoríficos e máquinas beneficiadoras de arroz e de algodão. A inauguração do aeroporto também marcou essa nova fase da cidade.

A região não possuía estradas, tinha na navegação e no aeroporto seu meio de transporte. Este período áureo durou até 1964, quando foram desativados - quase ao mesmo tempo - a hidroelétrica, a navegação no rio Grande e o aeroporto. Barreiras ficou sem energia e sem meios de transporte, isolada e mergulhada em um retrocesso econômico que durou até meados da década de 1970.

No início dos anos 1970, instala-se em Barreiras o 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC). O objetivo desta instituição era concluir a estrada da BR 020, ligando por asfalto BARREIRAS/BRASÍLIA e concluir a BR 242 o trecho compreendido entre Ibotirama e Barreiras. Com a instalação do 4º BEC, Barreiras

recebeu cerca de 5.000 pessoas entre militares e funcionários, o que produziu novo impacto na vida econômica e social da cidade. Importa-nos ressaltar que grande parte deste contingente veio do vizinho estado do Ceará.

A conclusão das rodovias retirou Barreiras do isolamento e a interligou à capital do estado, Salvador e à capital federal, Brasília, bem como a outros centros do litoral nordestino. A então privilegiada localização tornou a cidade um importante entroncamento rodoviário entre o norte, nordeste e centro-oeste do país. Além disso, por meio do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado – CPAC/EMBRAPA foram iniciadas as pesquisas para a superação da baixa fertilidade dos solos e para a produção de materiais genéticos adaptados às condições naturais do cerrado. Consumou-se, nesta época, o segundo ciclo imigratório do município de Barreiras.

As pesquisas lograram êxito e proporcionaram técnicas capazes de recuperar os solos, tornando-os aptos para a agricultura. Aliado a isso, no início da década de 1980, o governo disponibilizou capital por meio de linhas de crédito subsidiadas, com carência e prazos consideráveis para pagamento. Essas linhas de crédito foram utilizadas na aquisição de terras, investimentos e custeios.

O apoio às pesquisas sobre o cerrado, o restabelecimento do fornecimento de energia, as estradas, os financiamentos governamentais e o valor acessível da terra foram fundamentais para que produtores de todo o Brasil, principalmente sulistas, se sentissem instigados a migrarem para a região oeste da Bahia. Barreiras recebeu esses produtores, que com experiência no uso da tecnologia, não tiveram problemas em prosperar em um ambiente com todas as condições que favoreciam. Estava, assim, implantada a nova fronteira agrícola do oeste da Bahia.

A partir desse momento houve uma dinâmica de crescimento com a expansão das lavouras de sequeiro⁴ e com a implantação dos primeiros projetos de irrigação que, principalmente por meio de pivôs centrais, possibilitou a diversificação agrícola e introduziu novos e grandes investimentos com moderna tecnologia de produção. A irrigação foi desenvolvida tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público por meios de projeto da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que atua na região desde a década de 1970.

Em conversas informais com moradores idosos da cidade de Barreiras, verificamos que não obstante os ciclos imigratórios que subjazem a formação da

⁴ Sequeiro: adj. sm. Diz-se de lugar ou terreno não regadio, seco (Houaiss, 2001, p.2551). As lavouras de sequeiro são aquelas que só contam com a água das chuvas.

identidade linguística do povo barreirense, o termo **nunca**, objeto de estudo desta dissertação, parece remontar a um uso muito específico da região. Na década de 1920, o uso desse termo como estratégia de negação parcial, já causava estranhamento em migrantes e imigrantes que chegavam à região.

2.1.3 Barreiras hoje⁵: aspectos geográficos, econômicos, culturais e educacionais

Barreiras conta hoje com uma área de 7.895,24 km². Contornada por serras, é rica em belezas naturais e em recursos hídricos. O clima de Barreiras é o tipo sub-úmido e seco e a temperatura anual varia entre 24.3°(média), 42°(máxima) e 13.3°(mínima). A pluviosidade anual atinge a média de 1018 mm, a máxima de 1684 e a mínima de 295 mm. Entre novembro e abril ocorre o período chuvoso. Os ventos, no município, variam de fraco a moderado.

O relevo de Barreiras é de Chapadão central, patamares do chapadão com altitude média de 435m acima do nível do mar. Os solos apresentam textura média e arenosa, sendo o latossolo vermelho amarelo-célico o predominante. A vegetação que predomina é o cerrado arbóreo aberto sem florestas de galeria. As florestas de galeria em menor escala se localizam no Vale do Rio Grande.

O Município é rico em recursos hídricos. O **Rio Grande**, o **Rio de Ondas**, o **Rio de Janeiro** e o **Rio Branco** são os principais e formam a bacia do Rio Grande que banha a cidade, e é a maior bacia do lado esquerdo do Rio São Francisco. O Rio de Janeiro é responsável pelos mais belos cartões postais de Barreiras: a cachoeira do **Acaba Vida** e a cachoeira do **Redondo**.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁶, Barreiras tem hoje uma população de 137.427 habitantes, o que significa, em densidade demográfica, 17,49 h/km². Desses habitantes, 123.741 habitantes residem na área urbana e 13.686 na área rural. Dados não oficiais estimam que a população flutuante⁷ de Barreiras atinge cerca de 150.000 habitantes, que pode ser justificado pelo fato de a cidade ser hoje um grande centro de negócios do oeste baiano.

⁵ Conforme informações retiradas do site www.historiadebarreiras.com.br coordenado pela pedagoga e pesquisadora da História de Barreiras Ignêz Pitta de Almeida.

⁶ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

⁷ Contingente populacional que desenvolve trabalhos temporários na cidade: comerciantes, turistas, investidores e outro.

Atualmente, o oeste da Bahia, do qual Barreiras é pólo, constitui-se como uma fronteira agrícola na qual estão implantados mais de um milhão de hectares de soja, mais de 300 mil hectares de algodão, mais de 150 mil hectares de milho. Barreiras abriga um dos maiores produtores de soja do país.

A cultura, a literatura e o teatro de Barreiras são destaques na região. O escritor e poeta Alfredo Sampaio que estudou em Salvador, no início do século XX, deixou uma vasta obra literária em que se destacam peças teatrais como: *Os Humildes*, *As Três Irmãs*, *O Silêncio é Ouro*, que ele próprio ensaiava e encenava. Na pintura, Edeltrudes Andrade destacou-se pelas telas e pinturas em afresco que ornamentavam as paredes das residências e lojas. No desenho e na fotografia, Napoleão de Mattos Macedo produziu um verdadeiro documentário de fotos de Barreiras.

No início do século XX, o maestro e compositor, Antonio Sampaio, incentivava nos jovens barreirenses o gosto pela música. De sua vasta produção musical destaca-se o *Hino de São João Batista*, padroeiro da cidade e o *Hino do Colégio Público Padre Vieira*. Ainda no cenário musical barreirense, registra-se a existência de filarmônicas já no ano de 1902. Atualmente a Banda *26 de Maio* mantém viva esta tradição musical.

No artesanato, os artesões locais utilizam como matéria-prima o barro, o couro, a cerâmica, a tecelagem, a palha, a pedra e a madeira na fabricação de um grande número de peças decorativas e instrumentos musicais. Destacamos, entre os elementos utilizados pelos artesões locais, a palha do buriti, uma palmeira típica da região.

Destacamos, no patrimônio imaterial de Barreiras, a culinária que se destaca na preferência popular: galinha caipira com pirão de mulher parida (galinha caipira cozida com um tempero especial, do caldo se faz o pirão com farinha de mandioca); pirão de cabeça de surubim (cabeça do peixe cozida com tempero próprio, do caldo é feito o pirão com farinha de mandioca); rubação (arroz e feijão cozidos juntos e refogados com carnes salgadas e todos os temperos); arroz de forno com feijão de gato (arroz feito no forno e feijão puro).

A educação de Barreiras, notadamente no ensino superior, tem acompanhado o progresso da região com destaque para as várias instituições de ensino: *Campus* da Universidade Federal da Bahia - UFBA; *Campus* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; *Campus* do Instituto Federal da Bahia - IFBA; Faculdade São

Francisco de Barreiras – FASB; Instituto de Educação UNYAHNA de Barreiras. A cidade contará também, a partir do ano de 2012, com a implantação da UFOBA – Universidade Federal do Oeste de Bahia.

Entre os cursos oferecidos por essas instituições estão os cursos de Bacharelado em Direito, Psicologia, Tecnologia da Informação, Publicidade, Pedagogia, Agronomia, Administração, Educação Física, Jornalismo, Enfermagem, Fisioterapia; diversas Licenciaturas: Letras, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia e História, além de cursos tecnológicos como Geologia, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, entre outros.

Em relação à educação básica, Barreiras conta com 44 estabelecimentos de ensino na pré-escola e alfabetização, sendo 17 municipais e 27 particulares; 162 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 122 municipais, 14 estaduais e 26 particulares; e 16 estabelecimentos de ensino médio, sendo 1 federal, 10 estaduais e 5 particulares.

Apresentada essa descrição sobre a cidade de origem dos informantes desta pesquisa passamos à análise dos dados levantados.

2.2 A METODOLOGIA UTILIZADA

Como afirmamos anteriormente, esta pesquisa tem como embasamento teórico os pressupostos do Funcionalismo Linguístico já explicitados na primeira seção desse trabalho. A pesquisa foi iniciada com o intuito de examinar sistematicamente um fenômeno linguístico observado no cotidiano dos falantes e não constatado em estudos anteriores. Por meio dessa constatação, optamos por um estudo qualitativo do tipo descritivo-explicativo para investigar, interpretar, descrever e analisar o item **nunca** presente nas construções de negação utilizadas na fala de Barreiras, região oeste da Bahia. Embora a orientação deste trabalho seja a pesquisa qualitativa, valem-nos da quantificação estatística para classificar cada um dos usos do **nunca** e observar a frequência da ocorrência do termo nos contextos de uso.

O interesse pelo tema surgiu pela observação do uso do item **nunca** nas falas da região oeste da Bahia. Ainda sem a intenção desta pesquisa, intrigava-nos perceber que a utilização do **nunca**, especificamente na cidade de Barreiras, mostrava-se diferente de sua utilização em outras regiões – a norte - mineira, por

exemplo, região de origem desta pesquisadora – e distante também do previsto pela Gramática Tradicional Contemporânea. Podemos traduzir essa inquietação inicial nas seguintes questões: como conciliar dois advérbios de temporalidade (um traduzindo “em tempo algum” e o outro determinando o espaço de tempo) que se excluem dentro de uma mesma frase? Como podemos negar que “em tempo algum” fizemos algo e logo em seguida ressaltar que “não fizemos esse algo hoje?”.

Assim sendo, a primeira tentativa oficial de coleta se deu a partir da observação dos dados do Projeto de Estudo da Língua Falada no Oeste da Bahia – PELFOBA – coordenado pelo professor Doutor Ricardo Tupiniquin do Campus IX da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tal coleta não foi possível, uma vez que nas entrevistas (tipo DID: documentador-informante-documentador) não aparecia nenhuma ocorrência do termo pesquisado na perspectiva escolhida para esta dissertação.

Nova tentativa de coleta foi montada, dessa vez foram realizadas entrevistas que envolviam os seguintes temas: infância, vida escolar, o cotidiano da cidade de Barreiras, lazer e situações em que houvesse ocorrido risco de vida. O desenrolar das entrevistas era permeado por perguntas diretas que permitissem o surgimento do termo em estudo, pois já havia sido observado que a utilização do item **nunca** é sempre motivado por esse tipo de pergunta. Mesmo assim, o resultado não foi satisfatório. O que percebemos foi um policiamento da fala devido à presença do gravador. Mesmo sem terem conhecimento de que o termo pesquisado era o **nunca**, o entrevistado não o utilizava.

Em função disso, iniciamos uma busca por um *corpus* que permitisse a análise do fenômeno linguístico em questão. A decisão pela constituição de um *corpus* específico para esta dissertação se deve à natureza do objeto de estudo da pesquisa que requer condições também específicas de uso. Sem perder de vista que esta dissertação, desenvolvida sob os pressupostos teóricos do Funcionalismo Linguístico, prioriza dados oriundos de amostra reais de fala e levando em consideração que o item **nunca** é usado diferentemente nessa região pesquisada - na gramática tradicional o **nunca** é classificado como advérbio de tempo; na região pesquisada, o **nunca** é estratégia de negação - é que optamos por uma coleta de dados de maneira informal, uma vez que o item pesquisado é facilmente identificável na fala cotidiana dessa região.

Sendo assim, os dados que compõem o *corpus* utilizado neste estudo, foram coletados em diversas situações de fala espontânea, tanto em ambientes formais como em escola, nas salas de aula, em faculdade como em ambientes informais de lazer como sorveteria, praça, dentro de ônibus e outros. Procedemos a coleta dos dados por meio de anotações feitas após o momento de fala ou simultaneamente a esse. É preciso registrar que em muitas das vezes, nossa função se restringia à observação da conversa que se estabelecia entre duas ou mais pessoas que se conheciam.

É importante também observar que foi possível controlar alguns fatores dos falantes como faixa etária, nível de escolaridade, gênero/sexo e a naturalidade – ser nascido na região oeste da Bahia ou residente desde os cinco anos de idade, embora tais fatores não tenham sido considerados para este estudo. A obtenção desses dados foi adquirida de forma inversa do modelo tradicional de entrevistas. Logo após a percepção do termo em estudo, iniciávamos uma conversa informal com esse falante e depois de certo tempo de interação colhíamos os dados supracitados.

Diante disso, foram consideradas inicialmente para este estudo quarenta e cinco situações de interação linguística com ocorrência do item pesquisado. Sobre esse *corpus* foi aplicado o critério de exclusão, o que impediu que fossem consideradas situações cujo contexto fosse insuficiente para a análise. Dessa forma, foram consideradas 40 ocorrências para interpretação.

Para este estudo, realizamos as tarefas pertinentes aos pressupostos teóricos da gramaticalização. Inicialmente, fizemos a anotação de todas as ocorrências do objeto investigado, agrupando-os simultaneamente por padrões funcionais e contexto de uso; em seguida foi feito um rastreamento da etimologia e as acepções do termo registradas em dicionários históricos e contemporâneos. Consultamos, ainda, gramáticas históricas e contemporâneas para verificar a classificação morfológica do termo. Essas consultas ainda permitiram coletar informações sobre as mudanças fonéticas pela quais passaram o termo.

Os dados foram analisados a partir da categorização das manifestações do uso do **nunca** e de estudos da mobilidade, da motivação discursiva e das funções desempenhadas pelo termo analisado.

Para tanto, classificamos os dados conforme os seguintes fatores:

- a semântica do uso do item **nunca**;
- a morfossintaxe do **nunca**;

Ao considerarmos tais fatores pretendemos, como já foi apresentado, interpretar o processo de mudança que envolve o **nunca** e também indicar as implicações discursivas desse processo que são tomados como objetivos gerais, seguidos dos objetivos específicos: identificar a classificação semântica do **nunca** em diferentes contextos; observar a morfossintaxe do **nunca** em relação ao processo de mudança em que se encontra o termo.

Após essa categorização, submetemos os dados aos critérios de identificação da gramaticalização para cumprir os outros objetivos específicos: identificar a ocorrência da manifestação dos princípios cognitivos de iconicidade e marcação nas construções negativas em estudo; verificar qual a relação entre a posição do termo **nunca** e o seu processo de mudança; investigar se sua classificação semântica influencia em seu processo de mudança e demonstrar a trajetória de gramaticalização do item **nunca** nas construções negativas nas falas da cidade de Barreiras.

Também é importante ratificar que a hipótese que permeia esse trabalho é a de que esteja ocorrendo um processo de gramaticalização do item **nunca** não em sua estruturação formal, mas em suas funções semântico-pragmático-discursivas.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, apresentamos a fundamentação teórica que norteia este trabalho. Tal fundamentação se estrutura nos pressupostos do Funcionalismo Linguístico. Na primeira seção, apresentamos uma breve caracterização da essência da teoria funcionalista: definição, tipologia, autores e a concepção de função. Na subsequente, discorremos sobre a gramaticalização: percurso histórico, definição, critérios e estágios. Em seguida, destacamos dois princípios do Funcionalismo Linguístico quais sejam o princípio de iconicidade e marcação que, na nossa concepção, subjazem ao processo de gramaticalização e, na última seção, discorremos sobre a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista em que trazemos dados sobre a lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização e, ainda os mecanismos cognitivos da metáfora e metonímia. A discussão dessa fundamentação teórica se faz necessária para a descrição e interpretação das estratégias de negação construídas com o item **nunca** que foram observadas na fala da região oeste da Bahia, especificamente na cidade de Barreiras.

3.1 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO: LANÇANDO SOBRE A LÍNGUA UM OLHAR FUNCIONALISTA

O termo Funcionalismo é, conforme Moura Neves (1997, p. 01), de difícil caracterização, uma vez que esse rótulo, na verdade, tem sido usado para abarcar diferentes modelos de descrição linguística. A autora assinala: “os rótulos que se conferem aos estudos ditos ‘funcionalistas’ mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam”. De fato, há muitas versões do Funcionalismo e essas são identificadas pelos nomes de seus proponentes: Halliday (1985), Givon (1995), Hooper (1987), DuBois (1985) entre outros. Vale ressaltar, porém, que, embora todos possuam suas singularidades ao estudar a língua, é possível observar pontos de interseção entre eles.

O Funcionalismo caracteriza-se por estudar e interpretar as unidades linguísticas a partir do seu funcionamento na dinâmica da comunicação verbal. Como destaca Furtado da Cunha (2008, p.159), “na Fonologia, por exemplo, analisa o papel dos fonemas (segmentais e suprasegmentais) na distinção e demarcação das

palavras; na sintaxe, o papel da estrutura da sentença no contexto.” A esse respeito, Moura Neves (1997, p.2) assevera:

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração.

No modelo funcionalista europeu, esse tipo de abordagem pode ser encontrado em linguistas anteriores a Saussure. Nos estudos de Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul, já se anteviam algumas das concepções que subjazem ao funcionalismo moderno: a língua deve estar a serviço da comunicação.

No período pós-saussuriano, observamos que, na Escola de Praga, já se enfatizava a função das unidades linguísticas (na Fonologia, os fonemas e na Sintaxe, o papel da sentença no contexto); na Escola Linguística de Genebra, é possível perceber posições teóricas funcionalistas nos trabalhos dos estudiosos Charles Bally e Henri Frei que não consideravam a separação intransponível entre língua e fala e ainda apontaram que os desvios da gramática normativa não eram fortuitos, mas refletiam a busca pela eficiência da comunicação; nas ideias de Michael K. Halliday (Escola de Londres), observamos outra manifestação funcionalista, esta, apoiada pelos conceitos oriundos da tradição etnográfica de Franz Boas, Edward Sapir Benjamin Lee Whorf e de Bronislaw Malinowski⁸. Essa teoria é centralizada numa concepção mais ampla de função de linguagem, pois tem a pretensão de explicar a estrutura de fenômenos linguísticos mediante a noção de que a linguagem desempenha um papel na vida de todos os falantes e deve servir aos muitos e variados tipos de demanda; no chamado grupo holandês, o linguista Simon Dik, desenvolveu com seus seguidores um modelo de Sintaxe Funcional em que as sentenças eram analisadas em níveis distintos que se inter-relacionavam: função sintática, semântica e pragmática e também fixou uma concepção teleológica da linguagem, cuja finalidade estava diretamente relacionada ao êxito dos interlocutores no momento da comunicação.

⁸ Franz Boas, Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf e Bronislaw Malinowski foram citados por Moura Neves (1997)

Essas considerações nos permitem depreender que o estudo da língua focalizando a constituição das estruturas linguísticas e o seu uso em processos de interação se faz presente nas abordagens funcionalistas atuais, como pode ser observado no funcionalismo norte-americano. A abordagem norte-americana que despontou a partir de 1970, por meio dos estudos de Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, também propagou a ideia de que um estudo da língua deveria ser baseado no uso dessa língua na interação social e que a língua é usada, sobretudo, para satisfazer necessidades comunicativas.

Essa teoria elege como objeto de estudo o discurso. Este se configura, conforme afirma Tavares (2003, p.16), em “uma cadeia de fluxo linear contínuo composta pela organização em andamento de fórmulas lexicais e gramaticais, concatenadas e encaixadas umas nas outras”. É a língua posta em uso constituída por estratégias criativas utilizadas pelos falantes para se fazerem entender em situações específicas de comunicação. Assim, o discurso é a própria língua em situações reais de uso. Nesta perspectiva, observa-se, pois, o entrelaçamento de três domínios linguísticos: sintaxe, semântica e pragmática.

Givón (1979, p.304), afirma que a linguagem humana evoluiu do modo pragmático (ligação frouxa entre as palavras, ausência de morfologia gramatical, estrutura de tópico-comentário) para o modo sintático (subordinação rígida, uso elaborado de morfologia gramatical, estrutura de sujeito-predicado). Nesse sentido, a codificação morfossintática pode ser considerada, em grande parte, como consequência do uso da língua. Assim, a sintaxe jamais poderá ser vista como uma estrutura rígida, fixa, mas uma estrutura sempre mutável, sempre em processo, nunca estagnada, e, por isso mesmo, emergente.

Enfim, a forma que tem a Sintaxe dá-se em razão das estratégias que os falantes utilizam no momento da interação discursiva, o que fundamenta a afirmação de que entre a sintaxe e o discurso existe uma forte vinculação.

O foco desse modelo funcionalista está exatamente no fato de a língua não ser efetivamente construída *a priori*, uma vez que as formas linguísticas que a estruturam originam-se no discurso e são moldadas conforme as necessidades dos falantes e, ao mesmo tempo, motivadas por fatores de ordem pragmático-discursivos. Dessa forma, podemos afirmar que, no Funcionalismo, a língua é vista como atividade em tempo real e em constante adaptação. Assim, o mais importante para

essa corrente é estabelecer uma interdependência entre as construções linguísticas e o contexto em que estas são proferidas.

Tendo em vista que o destaque dessa teoria é intimamente ligado à ideia de função, esse conceito, que perpassa todos os modelos funcionalistas, merece algumas considerações. Assim, com base em Moura Neves (1997), tecemos breves comentários sobre esse conceito considerando a perspectiva de alguns autores, a exemplo de Martinet (1994), Dillinger (1991), Nichols (1984), Anscombe; Zacarias (1990), Danes (1987) e Halliday (1973)⁹.

Como indica Moura Neves (1997, p.05), Martinet afirma que o termo funcional apenas faz sentido para os linguistas se fizer referência ao papel que a língua desempenha para os homens em sua experiência comunicativa. Para Dillinger, esse termo é usado na linguística, com sentido de estabelecer relações entre uma forma e outra, uma forma e seu significado e entre o sistema de formas e seu contexto. Nichols propõe cinco sentidos para função correlacionados com cinco componentes gramaticais que não se excluem mutuamente: função/interdependência; função/propósito; função/contexto; função/relação e função/significado. A autora tece uma crítica ao afirmar que a maior parte das obras funcionalistas usa o termo função com o sentido de propósito e de contexto e não estabelece distinção entre os dois. Ainda a esse respeito, Nichols(1984, p. 98) destaca:

Function is a polysemous term, not a collection of homonyms. All its senses signify the dependency of some given structural element on linguistic elements of another order or domain (structural or nonstructural); and they all have to do with the role played by a given structural element in the larger whole of language and communication.¹⁰

Danes (1987 *apud* Moura Neves, 1997, p.07), ao analisar os termos função e funcional, afirma que, apesar de sua larga ocorrência na Escola de Praga, não é clara a sua interpretação. Isso pode advir do fato de serem poucas as tentativas de definição desses termos, da aplicação desses a variados domínios e fenômenos de linguagem e das muitas variações nocionais. Nessa escola, ainda se observa que a

⁹ Todos esses autores foram citados por Moura Neves (1997)

¹⁰ Função é um termo polissêmico, não uma coleção de homônimos. Todos os seus sentidos se relacionam a dependência de algum elemento estrutural com elementos linguísticos de outra ordem e domínio (estrutural ou não-estrutural); e todos eles tem a ver com o papel desempenhado por um dado elemento estrutural no conjunto maior da linguagem e da comunicação. (Tradução nossa)

noção de função traz em si uma concepção teleológica: a linguagem é usada para um determinado fim. Podemos depreender, assim, a importância da intenção do falante que é materializada no discurso, elemento extremamente importante na teoria funcionalista.

A função de uma entidade linguística constitui-se pelo papel que a linguagem desempenha no processo comunicativo. Essa é a concepção de função para Anscombe, Zacarias e Halliday (1990 *apud* Moura Neves, 1997).

É interessante observar que mesmo sendo definidos de formas variadas, os termos função e funcional apresentam similaridade. Tal similaridade se concretiza na percepção de que esses termos somente fazem sentido se considerados o propósito comunicativo e o contexto discursivo no processo comunicativo.

Como já observado, não é unânime a definição do termo função. Em relação à linguagem tanto pode referir-se à intenção do falante quanto ao papel ou o efeito do uso, mas há uma proposta de determinação das funções, que de acordo com Moura Neves (1997, p.09), pertence ao domínio comum dos estudiosos da questão. É a proposta de Karl Bühler que, preocupado com a questão comunicativa, reconhece que há, em cada evento de fala, três elementos: um emissor que informa o receptor a respeito de algo. É nessa atividade que se manifestam as três funções da linguagem indicadas por esse autor, quais sejam: a função de representação - análise, ordenação e representação do espaço vital do falante; a função de exteriorização - expressão das emoções do falante - e função apelativa - influência sobre o comportamento do falante objetivando mudanças. Essas funções, por não serem mutuamente exclusivas, podem coexistir na mesma situação comunicativa.

Tomando como referência a ideia de Bühler¹¹, Jakobson (2003, p.125-126) propõe seis funções da linguagem correlacionadas aos elementos do processo comunicativo: contexto - função referencial; remetente - função emotiva; destinatário - função conativa; contato - função fática; código - função metalinguística e mensagem - função poética. Em uma mensagem, conforme esse autor, podem coexistir várias funções da linguagem, entretanto, apenas uma será considerada primária, as outras serão consideradas secundárias. Há, portanto, uma

¹¹ Psicólogo alemão que primeiramente identificou as três funções de linguagem: a função representativa, a função de exteriorização psíquica e a função apelativa. Tais funções serviram de referência para o desenvolvimento de outras funções de linguagem correlacionadas ao processo comunicativo: a função poética, a função metalinguística e a função fática.

hierarquia entre elas e, dependendo do contexto, uma função receberá sempre mais destaque do que outra.

Halliday (1973, p. 104) também propôs uma caracterização para as funções da linguagem. A linguagem serve, primeiramente, para a expressão de conteúdos, ou seja, tem uma função ideacional. Essa função possibilita ao falante/ouvinte planejar, organizar e negociar o que vai dizer. Em segundo lugar, a linguagem está a serviço da interação do falante com o ouvinte, que se configura na função interpessoal. A terceira função é fundamental para o desenvolvimento do discurso. Serve também de instrumento para as funções anteriores: é a função textual que está diretamente associada à criação do texto. Tal função não se limita somente ao estabelecimento de relações entre as frases, mas também à organização interna da frase e a seu significado como mensagem, tanto em si mesmo como na sua relação com o contexto. Essa caracterização das funções de linguagem se faz presente, seja de forma acentuada, seja de forma mais sutil em todas as vertentes funcionalistas.

Como já referimos anteriormente, na esteira do que se costumou denominar Funcionalismo, há uma gama diversificada de modelos teóricos. Embora todos possuam suas singularidades ao estudar a língua, é possível observarmos pontos de interseção que configuram assim um denominador comum entre eles, quais sejam: a busca pela eficiência na comunicação; o postulado da não-autonomia da língua, a integração de vários níveis de análise de linguagem, o reconhecimento de competição entre motivação interna e externa envolvendo as manifestações linguísticas.

Abordando os pontos comuns entre as linhas do Funcionalismo, verificamos que de acordo com Moura Neves (2006, p.17), numa concepção geral, desvinculada de propostas particulares, o Funcionalismo “é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa , exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão.” Sendo assim, a noção do termo função não é destinada a abrigar apenas questões sintáticas, mas ser a junção entre o estrutural e o funcional. Isso pode ser observado na preocupação dos funcionalistas em conceber a linguagem como funcional, o que significa admitir que há uma consideração pelas expressões linguísticas na interação verbal, mas estas não podem ser separadas das funções que exercem. Deprendemos, portanto, que a existência das formas linguísticas presentes

na interação verbal está condicionada a uma função determinada pelos objetivos do interlocutor.

Nessa perspectiva, a língua constitui-se como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com o objetivo de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. A busca pela eficiência da comunicação, faz com que elementos que à primeira vista poderiam não ser considerados na situação comunicativa sejam elencados. A interação entre os interlocutores demonstra uma atividade cooperativa, ativa e estruturada que se constitui no momento da comunicação. É estruturada por ser governada por regras e cooperativa por possuir pelo menos dois participantes. Para o desenrolar da situação comunicativa, os participantes fazem uso de expressões linguísticas para compreender e fazer-se compreender. Sendo assim, a linguística deve se ocupar em suas análises de dois tipos de sistemas de regras: as regras que governam a constituição das expressões: regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas: as regras pragmáticas.

Outro aspecto importante definido pelos funcionalistas é que a interação dos sujeitos no momento da comunicação se dá em situações reais de uso. Nesse ínterim, a competência comunicativa é acionada, ou seja, os falantes demonstram suas capacidades de não só codificar e decodificar expressões, mas também de manuseá-las e interpretá-las. Isso se dá pelo fato de cada interlocutor possuir conhecimentos pragmáticos advindos das suas experiências linguísticas. O interesse dos funcionalistas é estudar as expressões linguísticas relacionando sua estrutura gramatical aos diferentes contextos comunicativos em que são usadas. Sua preocupação vai além da estrutura gramatical, pois assegura à situação comunicativa - os interlocutores, os propósitos e o contexto discursivo - a motivação para os fatos da língua. Nesse particular, Nichols (1984, p. 97) observa: “functionalists maintain that the communicative situation motivates, constrains, explains, or otherwise determines grammatical structure” (...) ¹²

Outro ponto comum aos modelos funcionalistas é a consideração pela não autonomia da língua. Para melhor entendimento sobre essa questão, utilizamos a

¹² Funcionalistas sustentam que a situação comunicativa motiva, restringe, ou determina a estrutura gramatical. (Tradução nossa)

afirmação de Gívon (1995, p.xv), que conseguiu precisar exatamente a causa da não autonomia da língua quando asseverou que parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução são imprescindíveis para o entendimento do sistema linguístico. Essa não autonomia advém do fato de que a gramática de uma língua não deve ser um constructo de regras fixas, potencializando apenas a estrutura, mas dependente das pressões de uso, da comunicação na situação social.

Como temos visto, o estudo da língua sob a perspectiva funcionalista integra níveis de análise diferentes tais como a semântica e a pragmática, além da sintaxe. Observa-se em todos os modelos funcionalistas a relevância da estrutura linguística, do contexto, dos falantes e do propósito da comunicação. Também se reconhece o discurso como elemento fundamental na teoria funcionalista, uma vez que o evento comunicativo não se dá por meio de uma lista de frases não relacionadas entre si, mas pelo encadeamento das ideias estruturadas linguisticamente dentro de um contexto.

Os funcionalistas reconhecem que há uma competição entre motivações internas e externas em atuação no sistema linguístico. Ao mesmo tempo em que a gramática tenta se resguardar conservando e cristalizando suas regras e formas é altamente pressionada por questões externas motivadas pela própria necessidade de eficiência na comunicação. Para Moura Neves (2003, p.34), “os padrões não se impõem ao uso, mas os usos estabelecem padrões”. Segundo DuBois (1985, p.344), essa é uma demonstração de um sistema altamente adaptável. Diante disso, observamos nas análises funcionalistas a constância de um princípio que apregoa que funções externas à linguagem influenciam a estrutura gramatical das línguas, o que implica uma constante adaptação da estrutura e função nas diversas situações comunicativas.

Assim, o modelo funcionalista busca interpretar os atos de comunicação com base no contexto linguístico e na dinâmica discursiva em que esses ocorrem. Dessa dinâmica, resulta uma série de mudanças linguísticas, dentre elas o processo de gramaticalização. Assim sendo, é com esse respaldo que trabalhamos na interpretação das estratégias discursivas de negação detectadas na região oeste da Bahia.

3.2 NO CAMINHO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA: A GRAMATICALIZAÇÃO

É inconteste que na língua “nada se dá por acaso” (VOTRE, 1996, p. 26). Isso se comprova pela observação de que a língua é um fato social e está sempre em uso, o que implica que está sempre sujeita a mudanças. Para Hopper (1987), tal fenômeno se traduz com a expressão “gramática emergente”. O termo emergente é transferido de um ensaio do antropólogo cultural James Clifford (1986, p.19) *apud* Hopper (1987, p.141) para a gramática. Este autor reforça que a “cultura é temporal, emergente e disputada”. Para Hopper, o mesmo se dá com a gramática que, como discurso, deve ser vista em tempo real, como um fenômeno social e ainda temporal.

É diante desse contexto de maleabilidade ou emergência da gramática que se apresenta a gramaticalização, que sob vários rótulos é utilizada por linguistas de diferentes épocas e origens para “explicar mudanças linguísticas que se dão com itens que passam do léxico para a gramática, que se especializam dentro da própria gramática ou que retornam da gramática ao discurso”. (FURTADO DA CUNHA, 2000, p.28-29).

3.2.1 Histórico e conceito de Gramaticalização

Longe de ser considerado novidade nos estudos da linguagem, o estudo sobre gramaticalização remonta à origem e ao desenvolvimento das categorias gramaticais. Em Heine, Claudi e Hümmayer (1991), é possível verificar que no século X, entre os escritores chineses, já se distinguiam as formas plenas das formas vazias e no século XIII, Zhou Bo-Qi já afirmava que formas vazias originavam-se de formas plenas. Heine (2003) apresenta três fases históricas distintas nos estudos acerca da gramaticalização.

De acordo com esse autor, a primeira fase (século XVIII) caracterizou-se pelas contribuições dos estudos filosóficos de autores franceses e ingleses. Nessa fase, Jean Jacques Rousseau e Etienne Bonnot de Condillac se preocuparam em afirmar que a complexidade gramatical e o vocabulário abstrato derivam historicamente de lexemas completos e que os sufixos de tempo e outras flexões verbais provêm de palavras independentes. Logo após esse período, o inglês John Tooke, em 1786, “declarou que os advérbios, as conjunções e as preposições derivavam de abreviação ou mutilação das palavras necessárias: nomes ou verbos.

Tooke é considerado o pai dos estudos de gramaticalização”. (CAMPOS, 2001, p.53).

A segunda fase, como destaca Heine, está associada principalmente aos linguistas alemães do século XIX. O primeiro grande representante foi Franz Bopp (1816, 1833), que considerava a mudança de forma lexical para gramatical um componente essencial dos princípios da gramática comparativa. Outros linguistas após Bopp, como August von Schlegel (1818), Wilhelm Von Hulboldt (1825), Franz Wüllner (1831), William Dwight Whitney (1875) e, principalmente Georg Von der Gabelentz (1901) se dedicaram ao estudo de aspectos relativos às mudanças linguísticas. Dentre esses, destacamos Meillet ([1912] 1975, p. 133) que foi quem introduziu o termo gramaticalização: “l’attribution du caractere gramaticale à un mot jadis autonome”¹³.

Conforme Lehman (1982) e Heine (2003), a gramaticalização, nos primeiros estudos de Meillet, era vista não por suas implicações tipológicas, mas por sua capacidade de explicar certos fatos na história das línguas indo-europeias. Isso pode ser melhor compreendido pela afirmação de Gonçalves (2007, p. 21):

Nos estudos pioneiros de Meillet, depreende-se, primeiramente, a ideia de gramaticalização como uma ferramenta da linguística histórica, que buscava dar conta das origens e das mudanças típicas envolvendo morfemas gramaticais, o que vinha a complementar o campo da etimologia e da evolução histórica das palavras.

A terceira fase dos estudos sobre gramaticalização, inicialmente esteve conectada ao paradigma do Localismo (ANDERSEN 1971, 1973), cuja filosofia indicava que as expressões espaciais são mais básicas do que outros tipos de expressões linguísticas e que aquelas servem como modelos estruturais para estas. A maior importância dessa fase está atrelada aos trabalhos de Talmy Givón (1971), quando afirmou que para compreender a estrutura da língua dever-se-ia ter um conhecimento de seus estágios anteriores de desenvolvimento. Seguindo esse raciocínio, esse autor influenciado pela descrição de Hodge “a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje” (HODGE, 1970)¹⁴, asseverou, depois de estudos, que “a morfologia de hoje foi a sintaxe de ontem”. Com base em Hodge (1970), Givón (1971) também assume que a evolução linguística é cíclica e que esse processo se dá a partir de lexemas livres que passam por atritos e eventual fusão e tornam-se formas

¹³ A atribuição de caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma. (Tradução nossa)

¹⁴ Hodge (1970) foi citado por Givón (1971).

presas, resultando no início de um novo ciclo, conforme informam Heine, Claudi e Hümmayer (1991, p.12).

Além dessa afirmação, Gívon (1971) chamou a atenção para outras formas de evolução linguística que pode ser assim parafraseada: a sintaxe de hoje foi o discurso pragmático de ontem no que se denominou “o Ciclo Funcional de Givón”. Nesse ciclo, o autor, certo de que a origem da gramaticalização teria, pois, uma motivação pragmático-discursiva, propôs o *cline*¹⁵ abaixo para representar os processos de regularização do uso da língua de modo diacrônico.

Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonologia > Zero

Para esse autor, no processo de gramaticalização, um modo de comunicação mais pragmático dá lugar a um mais sintático. Consoante a essa perspectiva, a estrutura discursiva solta, paratática, se desenvolve em estruturas sintáticas fechadas. Tais estruturas, com o tempo, são corroídas pela morfologização, pelo atrito fonológico, resultando no *cline* supracitado.

Essa linha de pesquisa proposta por Gívon (1971), proporcionou novo olhar sobre a gramaticalização. A visão de gramaticalização simplesmente como “a reanálise do léxico em material gramatical” foi alargada para uma reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais e das funções do nível discursivo em funções semânticas em nível de sentenças.

Hopper e Traugott (1993, p.18) destacam que entre as especulações sobre a gramaticalização, talvez a mais sofisticada tenha sido proposta por Humboldt em 1822, quando sugeriu que a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio de evolução da língua no qual apenas as ideias concretas poderiam ser expressas. A gramática, para Humboldt, evoluiu através de diferentes estágios, que foram aos poucos se distanciando das ideias concretas.

¹⁵ Para Hopper e Traugott (1993, p. 6-7), O termo ‘cline’ (contínuo) tem implicações tanto históricas quanto sincrônicas. De uma perspectiva histórica, um cline é um trajeto natural ao longo do qual as formas se desenvolvem, um tipo de ‘inclinação’ que guia o desenvolvimento das palavras. Sincronicamente, um cline pode ser considerado um ‘contínuo’: uma sequência de formas ao longo de uma linha imaginária, sendo que em um extremo está uma forma plena de qualquer espécie, talvez ‘lexical’, e no outro extremo, uma forma compacta e reduzida, talvez ‘gramatical’. As duas metáforas, do cline e do ‘contínuo’ devem ser entendidas como tendo certos pontos focais onde os fenômenos podem se manifestar.(Tradução nossa)

Desde que houve a oficialização do termo gramaticalização por Meillet: “passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical”, esse paradigma tem sido objeto de estudos variados e definido de maneira diferente por diversos autores. Segundo Furtado da Cunha, Costa e Cezário (2003, p.51), há dois sentidos para o termo gramaticalização:

a gramaticalização *stricto sensu* ocupa-se da mudança que atinge as formas que migram do léxico para a gramática; a gramaticalização *lato sensu* busca explicar as mudanças que se dão no interior da própria gramática, compreendendo aí os processos sintáticos e/ou discursivos de fixação de ordem vocabular.

Para Hopper e Traugott (1993, p. 2)¹⁶

Grammaticalization has been studied from two perspectives. One of these is historical, investigating the sources of grammatical forms and the typical pathways of change that affect them. From this perspective, grammaticalization is usually thought of as that subset of linguistic changes through which a lexical item in certain uses becomes a grammatical item, or through which a grammatical item becomes more grammatical. The other perspective is more synchronic, seeing grammaticalization as primarily a syntactic, discourse pragmatic phenomenon, to be studied from the point of view of fluid patterns of language.

Mas, o que se tem observado nos trabalhos sobre gramaticalização no Funcionalismo Americano é a adoção de uma perspectiva panorâmica da mudança, ou seja, a aplicação tanto da perspectiva diacrônica quanto da sincrônica. Na perspectiva diacrônica, palavras acessórias e palavras gramaticais podem se desenvolver de palavras principais e, na perspectiva sincrônica, palavras acessórias e/ou gramaticais e sua forma-fonte principal podem conviver num mesmo recorte de tempo.¹⁷

As questões que giram em torno do fenômeno discutido, começam pela sua designação. Embora o termo gramaticalização seja o mais recorrente na literatura,

¹⁶A gramaticalização tem sido estudada, assim, sob duas perspectivas. Uma, a histórica, investiga as origens das formas gramaticais e as trajetórias de mudança por elas percorridas. Sob essa perspectiva, a gramaticalização é normalmente vista como uma tendência das mudanças linguísticas através da qual um item lexical em certos contextos se torna um item gramatical, ou através da qual um item gramatical se torna mais gramatical. A outra perspectiva é sincrônica e vê a gramaticalização fundamentalmente como um fenômeno sintático, discursivo e pragmático, a ser estudado sob o ponto de vista de modelos fluidos do uso da língua. (Tradução nossa)

¹⁷ Principais (nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais), acessórias e gramaticais (preposições, conjunções e auxiliares).

outros termos¹⁸ surgem em referência ao mesmo processo. Esses termos, embora sugeridos como sinônimos, só identificam as características semânticas e/ou sintáticas, tais como reanálise, sintaticização, *bleaching* [desbotamento] semântico, enfraquecimento semântico, *fading* [desaparecimento gradual] semântico, condensação, redução etc. (HEINE, CLAUDI e HÜNNMAYER, 1991, p. 03)

Lehmann (1982, p.11) denomina gramaticalização “como processo que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical”, posição classicamente definida por Kurilowicz que “concebe a gramaticalização como um processo de morfologização, que pode levar à mudança de estatuto de um item não somente lexical a gramatical, mas também do menos gramatical para o mais gramatical”. (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007, p. 22).

Heine e Reh (1984) *apud* Hopper e Traugott (1993, p.87) definem gramaticalização como “an evolution whereby linguistic units lose in semantic complexity, pragmatic significance, syntactic freedom and phonetic substance¹⁹.”

Para Heine, Claudi e Hünnmayer (1991, p.02)²⁰

where a lexical unit or structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function, we are dealing with grammaticalization, a process that can be found in all languages known to us and may involve any kind of grammatical function.

Essa afirmação retoma o que dissemos no início deste capítulo de que todas as línguas estão sujeitas à mudança.

A gramaticalização, para Castilho (1997, p. 31), pode ser definida como:

o trajeto empreendido por um item lexical²¹, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades

¹⁸ Entre esses citamos gramaticização, adotado por Hopper (1991), Givon (1975) e Matisoff (1991), cuja diferença recai sobre a perspectiva da análise: se diacrônica, gramaticalização; se sincrônica, gramaticização.

¹⁹ Uma evolução em que unidades linguísticas perdem em complexidade semântica, significação pragmática, liberdade sintática e substância fonética. (Tradução nossa)

²⁰ Quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função mais gramaticalizada, estamos lidando com a gramaticalização, um processo que pode ser encontrado em todas as linguagens conhecidas e que pode envolver qualquer tipo de função gramatical. (Tradução nossa)

²¹ Importa-nos, aqui, definir item lexical e item gramatical, uma vez que tais conceitos mostram-se fundamentais para a compreensão do fenômeno da gramaticalização. As unidades lexicais identificam “categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando ações, processos, estados e qualidades.” Já as unidades gramaticais “identificam categorias

funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

Todos os estudiosos supracitados, conforme Carvalho (2004, p. 71),

partilham o mesmo pensamento, no que concerne a dois pontos: fazem a distinção entre itens lexicais, signos linguísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos linguísticos vazios, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro; consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras.

Todas essas concepções, não obstante representem o pensamento de Meillet, não nos asseguram suficientemente acerca do significado de gramaticalização. Isso porque o termo agora abarca também “o estudo do itinerário percorrido por formas linguísticas e por construções gramaticais emergentes”. (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO 2007, p.23)

Para DuBois (1985, p. 346), a gramaticalização é vista como a mudança de construções relativamente livres no discurso, motivada por necessidades comunicativas, para construções relativamente fixas na gramática. Originariamente motivadas pela situação comunicativa, essas construções mudam para formas que, uma vez padronizadas, se cristalizam em estruturas gramaticais arbitrárias. Regularizadas, essas estruturas atuam como forças internas ao sistema e passam a competir com forças externas, provocando motivações em competição.

Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007, p.24) afirmam que a gramaticalização é um “fenômeno sintático, pragmático e discursivo, a ser investigado a partir dos padrões fluidos de uso da língua.” Nessa perspectiva, observamos uma extrapolação dos módulos do léxico e da morfologia e o discurso passa a ser visto como “um parâmetro maior para o entendimento da estrutura da língua, em geral, e o desenvolvimento de estruturas e categorias gramaticais em particular”.

Como podemos observar há a agregação de um novo módulo ao estudo da gramaticalização: o discurso. Sua posição no ciclo faz supor a sua relevância em

prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas na codificação de noções como tempo, aspecto, modo, modalidade, etc.” (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO 2007 p.16).

relação à gramática. Esse ciclo mostra que as regularidades da gramática surgem no discurso e são consequências de um processo progressivo de diminuição de escopo, fixação e perda de massa fônica.

Para Moura Neves (1997, p. 120), a intervenção da pragmática nesse ciclo de Gívon,

configura a visão do processo como uma reanálise não apenas do material lexical em material gramatical, mas também dos padrões discursivos em padrões gramaticais. A passagem se daria, dessa maneira, no sentido do discurso para a manifestação zero, passando sucessivamente pela sintaxe, pela morfologia e morfofonêmica.

A entrada do discurso em interface com a sintaxe no *cline* proposto por Gívon (1971) abriu caminho para muitas outras pesquisas em gramaticalização, especialmente aquelas que focalizam a gramaticalização numa perspectiva sincrônica. Essa linha de pesquisa proposta por Gívon proporcionou novo olhar sobre a gramaticalização.

Enfim, a definição de gramaticalização utilizada neste estudo implica a ideia de um processo pelo qual uma estrutura gramatical, passa, em determinados contextos a assumir um novo *status* de mais gramatical, podendo sofrer alterações semânticas e receber nova propriedade funcional na sentença.

3.2.2 Critérios de Gramaticalização²²

Não obstante o fato de que os critérios para identificação de processos de gramaticalização variem de autor para autor, é inegável que todos esses conduzem à análise de itens já gramaticalizados, como é o caso dos critérios apresentados por Lehmann (1982, p. 123) ou de itens em processo de gramaticalização, como na proposta de Hopper (1991, p. 230-231).

Considerando, a partir da hipótese principal deste trabalho, que as estratégias discursivas da negação entre os falantes de Barreiras, oeste da Bahia, estão sofrendo um processo de gramaticalização, mais precisamente com a construção que envolve o item **nunca**, selecionamos para a análise proposta os cinco princípios apresentados por Hopper (1991-1996) considerados por Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-

²² Os cinco critérios aqui apresentados foram traduzidos de Hopper em “*On Some Principles of Grammaticalization*”.

Galvão (2007, p.90) como “critérios que captam casos de formas/construções em estágios incipientes de gramaticalização.”, quais sejam: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização.

Estratificação: ”Dentro de um mesmo domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo. Quando isso acontece, as camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com novas camadas.” (HOPPER, 1991 p. 22). Esse princípio indica a coexistência de formas em função similar. Novas camadas emergem continuamente, dentro de um campo funcional amplo sem, no entanto, descartar velhas formas. Essas passam a coexistir interagindo com os estratos mais novos. Esse princípio de estratificação implica a manifestação de um princípio cognitivo, a saber, o de marcação que é estudado a seguir. Tomando como exemplo, a negação, o foco do nosso estudo, verificamos que as várias estratégias de “negar” coexistem sem descartar a forma canônica.

- **Não** comi hoje. (forma canônica)
- **Não** comi hoje **não**.
- Comi hoje **não**
- **Nunca** comi hoje **não**.

Divergência: “Quando uma forma lexical sofre gramaticalização (...), a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns”.(HOPPER, 1991 p. 22) É um caso de estratificação. Refere-se à coexistência de formas: um item pode gramaticalizar-se e continuar a ser usado como elemento autônomo. Esse critério pode ser perfeitamente observado na aplicação do advérbio **nunca** como partícula formadora de sentenças negativas. **Nunca** continua sendo empregado largamente na língua como advérbio de tempo e negação, ou seja, como elemento autônomo, ao tempo em que passa a ser empregado na cidade de Barreiras, região oeste da Bahia, compondo a sentença negativa.

- Eu **nunca** vi coisa igual. (advérbio)
- **Nunca** recebi dinheiro esse mês não. (elemento da negação).

Especialização: “Dentro de um domínio funcional complexo, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível num estágio; quando ocorre a gramaticalização, essa variedade de escolhas formais estreita-se e o menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais”. (HOPPER, 1991, p.22). Esse princípio refere-se à possibilidade de um item se tornar obrigatório, ou seja, especializar-se para expressar determinada função. Assim, a especialização relaciona-se ao princípio da estratificação no sentido de que mais de uma forma pode existir para expressar certa noção gramatical, mas se uma dessas formas preponderar sobre as outras em determinada função, tem-se o princípio da especialização que elimina a competição entre essas formas, reduzindo o número de formas possíveis de expressar certa noção gramatical, isso porque a forma preponderante passará a ser usada com significado mais geral. Não observamos a aplicação desse critério nos estudos das estratégias de negação. Essas estratégias estão, na oralidade, em fase de variação linguística, ou seja, ocorrem todas ao lado da forma recomendada pela gramática normativa. Quanto à forma que inclui o **nunca** o limite da nossa pesquisa só nos permite afirmar que ocorre na região Oeste da Bahia, especialmente na cidade de Barreiras onde colhemos exemplos. Assim, não podemos descartar a possibilidade de ocorrência nas demais cidade do Oeste da Bahia, nem prever que se alastrará em outras regiões.

Persistência: Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, tanto quanto isso é gramaticalmente viável, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos nas restrições de sua distribuição gramatical. (HOPPER, 1991). Esse princípio refere-se à permanência do significado lexical original que pode estar refletido no comportamento das formas lexicais gramaticalizadas, independentemente do ponto sincrônico em que esta forma se encontre. Quanto à aplicação do advérbio **nunca** como partícula da negação pudemos perceber que, guardando a ideia temporal do advérbio, algumas sentenças vem sendo construídas com o reforço de um advérbio de tempo que preserva a significação temporal do **nunca**, como nos exemplos.

- Eu **nunca** comi **hoje** não.
- Eu **nunca** recebi dinheiro **esse mês** não.

- Eu **nunca** viajei **esse ano** para Salvador.

Decategorização: Formas que sofrem gramaticalização tendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos e privilégios sintáticos característicos das categorias primárias nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivos, participios, preposição, etc. (HOPPER, 1991) Esse princípio relativiza a noção de categoria uma vez que, ocorrendo a decategorização, o que passa a existir são graus de categorialidade, uma vez que a distribuição das formas em categorias ou a distinção clara entre essas já não pode ser determinada aprioristicamente. Aplicando esse critério ao nosso objeto de estudo verificamos que, embora o item **nunca** já seja um termo pertencente a uma categoria dita “secundária”, o advérbio, perde ou neutraliza a sua característica temporal e deixa emergir apenas o aspecto de negação nele também contido. Assim, podemos inferir que ele não muda propriamente de categoria gramatical, mas enfraquece a posição de advérbio de tempo e reforça a de advérbio de negação. A nosso ver essa é uma decategorização *sui generis* que soe também acontecer, por exemplo, com as formas verbo-nominais que, como forma híbrida, assim como o **nunca**, muitas vezes reforçam as características de nome em detrimento de verbo, conforme diz Oliveira (2004, p. 158).

Além desses princípios (critérios) de Hopper (1991), apresentamos também processos que podem coocorrer com os princípios acima descritos, não obstante esses princípios serem tidos como “um guia empírico para a identificação de tendências de gramaticalização, passíveis de serem apreendidas na língua em uso.” (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007, p.90).

Para Heine (2003, p. 579),

technically, the grammaticalization of linguistic expressions involves four interrelated mechanisms: i desemantization (or “bleaching,” semantic reduction): loss in meaning content; ii extension (or context generalization): use in new contexts; iii decategorialization: loss in morphosyntactic properties characteristic of the source forms, including the loss of independent word status (cliticization, affixation); iv erosion (or “phonetic reduction”), that is, loss in phonetic substance.²³

²³Tecnicamente, a gramaticalização de expressões linguísticas envolve quatro mecanismos inter-relacionados: i: dessemantização (ou "branqueamento" redução semântica): perda em termos de conteúdo; ii: extensão (ou o contexto de generalização): utilização em novos contextos; iii: decategorização, perda das propriedades morfossintáticas característica da fonte de formas, incluindo a

Cada um desses processos representa uma mudança na expressão linguística: na dessemantização ou *bleaching* ou redução semântica, percebemos a perda de conteúdo semântico; no processo de extensão ou generalização de contextos, o uso da referida expressão linguística é percebido em novos contextos; na decategorização ocorre perda de propriedades características das formas fonte, incluindo perda de *status* de forma independente (cliticização, afixação) e no processo de erosão dá-se a perda de substância fonética. Acreditamos, nesta dissertação, que algumas das mudanças percebidas no uso das construções negativas nos falares do oeste baiano possam ser atribuídas ao processo de dessemantização.

De acordo com Oliveira (2004, p. 150)

É fundamental para a Linguística cognitiva, considerar a indissociabilidade entre Sintaxe e Semântica, no que se refere ao estabelecimento da organização linguística. Dessa forma, a categorização de classes gramaticais não pode se limitar, apenas, a aspectos sintáticos, mas deve incluir, também, as propriedades semânticas que possibilitam identificar os limites entre elas.

No caso do **nunca** podemos verificar a existência de propriedades semânticas, altamente abstratas que enfatiza no uso de sentenças negativas apenas um aspecto de sua significação.

3.2.3 Estágios de Gramaticalização

Considerando que a gramaticalização é um processo de mudança na língua e, considerando também que essa mudança, em relação às categorias lexicais, pode ocorrer em fases ou estágios, importa-nos identificar essas fases e estágios e verificar como estas se relacionam aos princípios de gramaticalização que apresentamos na subseção anterior. No *cline*, abaixo, é possível verificar essa mudança:

[lexical] > [gramatical] ou do [-gramatical] > [+gramatical]

perda do estatuto de palavra independente (cliticização, afixação); iv erosão (ou redução fonética), isto é, perda de substância fonética. (Tradução nossa)

Esses estágios/fases de mudança são identificados por Lehman (1982) como sintaticização, morfologização e desmorfemização. A sintaticização ocorre quando um item recorrente do discurso é deslocado de sua classe categorial de origem ocorrendo, assim, uma recategorização. Relacionando essa fase da mudança aos princípios da gramaticalização, vimos que a mesma se relaciona ao princípio de decategorização proposto por Hopper (1991, p.22), por meio do qual um item lexical ‘perde’ ou ‘neutraliza’ as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, vindo a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, preposições, clíticos, afixos, podendo em alguns casos, chegar a zero. O *cline*, abaixo, representa essa fase de transição do nível discursivo para o nível sintático:

[discurso] > [sintaxe]

A fase da morfologização sucede à sintaticização. Por meio dessa fase/estágio “surtem na língua as formas presas, sejam elas afixos flexionais ou afixos derivacionais”. (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO 2007, p. 32). Para Castilho (2006), a morfologização consiste nas alterações que afetam o radical e os afixos.

No exemplo apresentado por Hopper e Traugott (1993, p.211) para essa fase, o processo de gramaticalização atuante é o de erosão fonética proposto por Heine (2003). O exemplo, recorrente na literatura sobre gramaticalização, vem do Tok Pisin, uma língua pidginizada falada na Papua Nova Guiné: [bambai ‘bye-and-bye] >[bai]. Nesse exemplo o marcador de futridade se desenvolve de uma expressão adverbial temporal. Nessa fase de gramaticalização, tem-se a passagem do nível sintático para o morfológico:

[Sintaxe] > [Morfologia]

Para Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007, p. 32) “a fase da desmorfologização pode levar um morfema a desaparecer por completo, sendo sua função assumida por outros itens com os quais ele co-ocorre”. Essa fase/estágio relaciona-se ao princípio de especialização proposto por Hopper (1991, p. 230). A título de exemplificação, segue uma situação de desmorfemização em processo no

Português Brasileiro citado em Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007, p. 32) envolvendo a negação:

Em alguns dialetos do português brasileiro, que registram a negação duplamente, pré - e pós-verbalmente (*não v...não*), em que a posição pós-verbal surge como reforço em razão do enfraquecimento do advérbio de negação anteposto ao verbo, posição não-marcada. Esse enfraquecimento é tal que, em algumas circunstâncias, surge um zero na posição pré-verbal, prevalecendo o padrão de negação pós-verbal (*v. não*).

Nessa fase de gramaticalização tem-se a passagem do nível morfológico para o morfofonêmico, promovendo um enfraquecimento que pode levar o morfema a desaparecer por completo.

[Morfologia] > [Morfofonêmica]

3.2.4 – Princípios subjacentes à Gramaticalização

Conforme já assinalamos, a perspectiva funcional evidencia que as estruturas linguísticas refletem e são pressionadas por funções. Admite-se assim, que os elementos que compõem o sistema linguístico, ou seja, as formas linguísticas, estão intrinsecamente ligados às funções previamente determinadas pelos objetivos da interação, os participantes e o contexto discursivo. Essa correlação entre a forma e a função emerge no discurso, local apropriado para regularização, remontagem, criatividade e inovação das palavras e das construções linguísticas a cada situação comunicativa. Assim, consideramos também que os princípios da Iconicidade e Marcação subjazem ao processo de Gramaticalização que acreditamos estar ocorrendo na construção das negativas na fala dos barreirenses.

3.2.4.1 O princípio de Iconicidade

No Funcionalismo, o código linguístico não pode ser considerado totalmente arbitrário, como apregoam os estruturalistas, uma vez que a escolha lexical e estrutural acontece mediante uma motivação icônica que subjaz à estrutura das

formas linguísticas. Gívon (1995, p. 10) observa que os funcionalistas acreditam que a estrutura gramatical não seja arbitrária devido aos princípios idealizados:

1. Princípio idealizado da correlação icônica – que pode ser subdividido nas seguintes afirmações: a) a correlação entre forma e significado; b) a forma gramatical é relacionada com a função semântica ou pragmática de modo não-arbitrário (icônico).
2. A falácia reducionista da arbitrariedade – “porque a estrutura não é 100% arbitrária, mas deve ser 100% icônica”.

Na perspectiva do autor, o que ocorre é que em se tratando de mudança linguística, a origem e a própria mudança da estrutura gramatical é sempre motivada, mas o produto resultante é raramente 100% icônico. Sendo assim, a estrutura gramatical não pode ser totalmente arbitrária nem totalmente icônica. Esses princípios contrapõem-se ao que Saussure (1916) denominou princípio da arbitrariedade, uma vez que para o linguista genebrino a relação existente entre significante e significado não era natural, e sim arbitrária, imotivada.

Em sua versão original, a iconicidade “postula uma relação isomórfica, de um para um, entre forma e conteúdo”. (BOLINGER, 1977 *apud* FURTADO DA CUNHA, 2008 p.167). A aceitação desse princípio implica a não existência da arbitrariedade do sistema linguístico e, conseqüentemente, a existência de uma relação biunívoca entre significante e significado.

Sobre essa aceitação Carvalho (2004, p. 50) pondera:

aceitar a formulação de tal princípio nos termos acima implica ignorar algumas características das línguas humanas, tais como a sua variação e a sua criatividade. Assim, se, para os usuários de uma dada língua, cada distinção de forma implicaria sempre alguma diferença semântica ou pragmática, isso nos levaria a admitir, por exemplo, que não há sinônimos nas línguas humanas (cf. Bolinger, 1977)? Em outras palavras, apropriando-se da terminologia da Teoria da Variação Linguística, não haveria, então, formas variantes?

Gívon (1995, p.10) também admite que não há uma relação biunívoca constante entre forma e função. O que acontece em determinados momentos, como em processos de mudança linguística, é que na língua pode ocorrer mais de uma

forma para uma função, ou mais de uma função para uma forma. Assim, a criatividade e a variação linguística também se fazem presentes nessa teoria. Para esse estudo, o interesse recai sobre a análise das diferentes formas de negar em uma comunidade linguística.

Diferentemente de Bolinger, Givon (1995) admite na correlação entre forma e função uma aparente arbitrariedade no código linguístico. Isso pode ser observado quando os interlocutores com vistas à comunicação metaforizam, reanalisam, “analogicizam” conforme Tavares (2003, p.17), remontam, inovam, criam e fixam construções linguísticas para se fazerem entender e para tentarem entender. Isso, às vezes, implica uma perda total ou parcial do significado original ou até mesmo a motivação de sua origem. Votre (1996, p. 28) ilustra essa situação com o exemplo que se segue acerca do item “entretanto”:

(...) **entretanto**, hoje, tem significado adversativo, de alguma forma opositivo distante e completamente distinto de seu significado etimológico, de **no interior de algum espaço físico ou de algum espaço de tempo**. No curso de sua trajetória, perdeu-se a ideia neutra ou não comprometida, em troca de uma ideia de envolvimento do emissor. (grifos do autor)

Givon (1990, p.966) também observa que no código linguístico, a iconicidade está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas. Tais pressões afetam tanto a forma (código) como a função (mensagem). Isso se dá devido ao constante atrito fonológico que causa alterações em todo o código e à elaboração criativa do interlocutor que altera consideravelmente a mensagem. Essas alterações permitem a compreensão das ambiguidades entre formas e funções no código linguístico. Em relação à forma, observamos uma correlação entre uma forma e várias funções considerada polissemia e quanto à função, verificamos a correlação entre várias formas e uma função que caracteriza a variação linguística e se faz presente neste estudo sobre as negativas.

Como ressalta Furtado da Cunha (2008, p. 167), “estudos de variação e mudança, levaram à reformulação da versão radical do princípio de iconicidade”. Ao constatar a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer a “mesma coisa”, os funcionalistas passaram a considerar versões mais moderadas para esse princípio, como afirma Rego (2009, p. 60):

em sua versão mais atenuada, esse princípio permite analisar as formas linguísticas a partir das motivações icônicas entre expressão e conteúdo, sejam essas motivações fonéticas, morfológicas ou semânticas. Perceber a motivação icônica das línguas contribui para desconstruir a imagem estruturalista do signo como uma entidade essencialmente de caráter abstrato.

Nessa versão, o princípio de iconicidade manifesta-se em três subprincípios que estão relacionados à quantidade de informação, ao grau de integração dos constituintes da expressão e do conteúdo e à ordenação linear dos segmentos, aqui descritos sob a perspectiva de Gívon (1990, p.969 - 971).

O subprincípio da quantidade estabelece uma relação entre forma e informação: quanto maior a informação, maior a utilização de formas. O subprincípio da integração prevê: conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação - o que está próximo mentalmente coloca-se próximo sintaticamente. O subprincípio da ordenação linear postula que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, de modo que a ordenação de elementos no enunciado revela sua ordem de importância para o falante.

a) Quanto maior a quantidade de informação a ser transmitida, maior será a quantidade da forma a ser utilizada na codificação dessa informação; b) Quanto mais imprevisível for a informação, maior será a quantidade de forma a ser utilizada; c) Quanto mais relevante for a informação maior será a quantidade de forma utilizada para codificá-la. (GÍVON, 1990, p.969)

Neste estudo sobre as estratégias discursivas de negação no falar do oeste baiano, interessa-nos, sobretudo, o subprincípio de quantidade. Esse subprincípio estrutura-se numa base cognitiva voltada para as áreas de atenção e esforço mental, como pode ser identificada em sua manifestação.

3.2.4.2 O princípio de marcação

A noção de marcação remete-nos à linguística estrutural da Escola de Praga. Inicialmente como um refinamento do conceito saussuriano de valor linguístico em distinções binárias e, posteriormente, utilizada pelos estudiosos de Praga para demonstrar distinções binárias na fonologia e na gramática. Isso se dá da seguinte forma: um membro do par em contraste atua com a presença de uma propriedade e

outro com sua ausência, conforme Gívon (1990, p. 946-947; 1995, p.26-27). Esse contraste pode também ser observado na morfologia e na sintaxe.

O autor assevera que a marcação não ocorre por si só de forma absoluta, mas é dependente do contexto. Prova disso é que uma estrutura que é marcada em um contexto, pode não ser marcada em outro. Para exemplificar, faz a seguinte pergunta “as cláusulas passivas são mais marcadas que as ativas? Como resposta pode-se obter sim e não (GÍVON, 1990, p. 945). As cláusulas passivas presentes na comunicação diária são mais marcadas que as ativas, enquanto que no discurso acadêmico ocorre o inverso. A dependência do contexto faz com que a marcação seja explorada em contextos específicos, pois os fatores a ela correlacionados, tais como comunicativos, socioculturais, cognitivos e biológicos podem variar de um contexto para outro.

Esse princípio estabelece três critérios para a distinção entre categorias marcadas e não-marcadas num contraste binário:

- a) Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a estrutura não-marcada equivalente;
- b) Distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não-marcada equivalente;
- c) Complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa em termos de atenção, esforço mental e tempo de processamento do que a estrutura não-marcada equivalente.

Em se tratando do princípio de marcação nas análises linguísticas, a complexidade estrutural tem sido vista como o critério mais tradicional de avaliação. Entretanto, conforme Gívon (1990, p.947), esse critério é inútil sem a junção da frequência e da complexidade cognitiva. É por meio da confluência desses três critérios que se alcança a face mais geral da iconicidade sintática em que se observa um isomorfismo consistente entre fatores comunicativos, sócio-culturais e cognitivos e correlatos formais da marcação.

Para Gívon (1995), o princípio da iconicidade relaciona-se com o princípio de marcação. Neste é observado, além do rótulo marcado e não-marcado, que há uma consideração de questões de ordem diversa tais como: complexidade estrutural e cognitiva e distribuição de frequência e as associa a fatores comunicativos, sócio-culturais e cognitivos. O princípio da iconicidade atua diretamente na estrutura sintática, ou seja, a forma e a organização sintática estão estritamente associadas às estruturas semântico-cognitivas que subjazem ao código linguístico.

Para uma melhor compreensão do que seja uma sentença marcada X não marcada, mais precisamente envolvendo o objeto deste estudo a negação, apresentamos o seguinte exemplo:

- a) Gosto de ler.
- b) **Não** gosto de ler.

A negação canônica representada pelo exemplo b é marcada em relação a sua afirmativa representada pelo exemplo a e o que a diferencia é a presença do elemento negativo **não**. Levando em consideração a manifestação da negação na oralidade, percebemos que esta se mostra ainda mais marcada que a negação canônica. Podemos observar isso no exemplo c:

- c) Você já almoçou?

Nunca almocei hoje.

A marcação presente neste exemplo, expressa pelo item **nunca**, traduz uma maior intensidade na construção de sentido da negação. O **nunca** possui uma dimensão de negar muito mais incisiva que o **não**, haja vista os fatores comunicativos, sócio-culturais e cognitivos a que nos referimos acima.

3.2 TEORIA MULTISSISTÊMICA FUNCIONALISTA-COGNITIVISTA

Castilho (2010, p.77) também se coloca contrário à concepção de língua como entidade estática representada por camadas dispostas linearmente e defende a ideia de que a língua é um conjunto complexo e dinâmico de sistemas. Assim apresenta uma teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista para a mudança linguística evidenciando a seguinte premissa: a língua pode ser analisada tanto como um conjunto de processos quanto um conjunto de produtos.

Do ângulo dos processos, as línguas são definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais que atuam simultaneamente, não em sequências. Não são, portanto, entidades unilineares, mas multilineares e multifuncionais. A língua

enquanto processo pode ser articulada em quatro domínios: lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização, podendo, esses processos ocorrerem individual ou em conjunto.

Do ângulo dos produtos, as línguas apresentam-se como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema, do qual fazem parte quatro sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática.

Para o autor, tais sistemas são considerados autônomos, uma vez que um não se deriva do outro e não há hierarquia entre eles, o que implica a não existência de sistemas centrais ou periféricos, mas uma atuação simultânea. Arremata ainda esse autor que “qualquer expressão linguística exibe ao mesmo tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais.” (CASTILHO, 2010, p.77)

Outra premissa dessa teoria é a de que os sistemas linguísticos léxico, discurso semântica e gramática e seus processos são governados por um dispositivo sociocognitivo. Antes de definirmos esse dispositivo, é preciso observar a definição de cognição numa abordagem funcionalista. Cognição refere-se ao conhecimento que se obtém por meio da linguagem. Castilho (2001, p. 65) aponta que para Langaker (1987), cognição é: (i) insistir que, mesmo a função interativa da linguagem tem uma base conceptual; (ii) admitir que a linguagem é causada/ocasionada por outros sistemas e habilidades cognitivas mais básicas, tais como a percepção, a memória a categorização, dos quais ela não deve ser destacada como se fosse uma entidade distinta, contida em si mesma; (iii) depender apenas de habilidades mentais bem estabelecidas, não exclusivas da linguagem e (iv) se forem necessárias algumas especificações inatas, peculiares à linguagem, estas devem ser interpretadas como adaptações especializadas de fenômenos cognitivos mais básicos, e não como algo separado, *sui generis*.

Em relação ao dispositivo sociocognitivo, Castilho (2010, p.79) chama a atenção para o fato de que este mecanismo é que garante a eficiência dos atos de fala. Trata-se de uma ação mental que se processa antes da manifestação linguística. É esse dispositivo que permite ao falante ativar, reativar e desativar propriedades lexicais, discursivas, gramaticais e semânticas no momento da elaboração de seus enunciados que serão materializadas no ato da comunicação. Esse dispositivo é social porque está baseado na análise continuada das situações que ocorrem em um ato de fala e também cognitivo por preceder à execução linguística e por se fundamentar em categorias e subcategorias cognitivas, tais como: pessoa, espaço,

tempo, objeto, visão, movimento e evento. No momento da ativação, o falante é envolvido em um movimento mental de escolha das propriedades lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas que farão parte de seus enunciados. A reativação se processa também mentalmente, mas objetivando um rearranjo dessas propriedades, para correção e reformulação de seus enunciados, bem como para a reanálise gramatical de fenômenos linguísticos. A desativação se concretiza pelo abandono das propriedades lexicais, discursivas, gramaticais e semânticas dos elementos linguísticos que haviam sido ativados anteriormente. Esses movimentos de ativação, reativação e desativação feitos pelo falante atuam simultaneamente nos diferentes sistemas – léxico, discurso, semântica e gramática - por meio de processos como a lexicalização, a discursivização, a semanticização e a gramaticalização.

3.3.1 Lexicalização, Discursivização, Semanticização e Gramaticalização

Tendo em vista que o destaque dessa teoria é a atuação de vários sistemas por meio de vários processos, tecemos breves comentários baseados em Castilho (2001, 2006 e 2010) sobre a definição de produtos e processos da língua numa perspectiva multissistêmica.

Léxico diz respeito ao inventário de categorias - pessoa, espaço, tempo, objeto, visão, movimento e evento - e subcategorias cognitivas – dêitico/fóricas: espaço referencial mental, posição, distância; contável/não contável; fundo/figura, perspectiva; movimento factual/fictício; telicidade/atelicidade, entre outras de traços semânticos inerentes. Tal definição considera que esse inventário é virtual, pré-verbal e pode ser entendido como o feixe de propriedades de que lançamos mão para a criação de palavras. A combinação de categorias e traços semânticos de várias formas origina os diversos itens lexicais que são utilizados na expressão, como verbo e substantivo.

A lexicalização é a criação das palavras em que expressamos as categorias e subcategorias cognitivas e seus traços semânticos. Os falantes adquirem seu léxico por meio desses traços semânticos e cognitivos, combinando-os de diversas maneiras e representando-os por meio da lexicalização. No momento de interação, os falantes decidem como administrar o léxico, gerenciam suas escolhas e optam por quais das propriedades lexicais que serão ativadas, reativadas e desativadas.

Pela semântica, percebemos o mecanismo por meio do qual se criam, alteram-se e categorizam-se os significados. Esse sistema opera com as seguintes estratégias cognitivas: organização do campo visual por meio do estabelecimento de participantes e eventos; emolduramento de participantes e eventos via criação de *frames*, *scripts* e cenários; hierarquia dos participantes e eventos via fixação de perspectivas, escopos, figura/fundo; inclusão, exclusão e focalização de participantes e eventos; associação de participantes e eventos por inferência, pressuposição, comparação; movimentação entre os participantes e os eventos, real ou ficticiamente; alteração de perspectiva sobre os participantes e os eventos, via metáfora, metonímia, especialização e generalização. Dessas estratégias resultam as categorias semânticas: dêixis e foricidade, referenciação, predicação, verificação, conectividade, inferência e pressuposição, metáfora e metonímia.

A semântica desdobra-se em três campos de estudo: a semântica léxica que trata dos sentidos contidos nas palavras; a semântica gramatical ou composicional, dos significados contidos nas construções e a semântica pragmática que trata das significações geradas na interação entre os locutores e os signos linguísticos. A título de ilustração, nos é possível, a partir de Castilho (2010, p. 77), destacar esses três tipos de semântica no item lexical balde: na semântica léxica: balde é um ‘objeto usualmente de metal cilíndrico, dotado de alça, que serve para carregar líquidos.’ Ou seja, trata-se do significado genérico encontrado no dicionário. Na semântica gramatical ou composicional, uma expressão como “chutar o balde” significa ‘desinteressar-se, desistir de uma ação’ significado que difere bastante do sentido de ‘chutar’ e de ‘balde’. É possível perceber o significado somente em uma construção linguística. E na semântica pragmática, uma declaração como “Não consigo carregar este balde de areia.” pode-se configurar em um pedido de ajuda ao interlocutor, além de trazer em si sentidos lexicais de cada item e do significado da construção.

A semantização, como destaca o autor (1970, p. 60), refere-se, pois, ao processo de alteração semântica porque passam os itens em sua utilização gramatical ou discursiva, ou seja, em par com sua recategorização gramatical, os itens podem ser ressemantizados, sofrer alterações na direção de seu escopo ou em sua abrangência fórica e assim por diante. Estão presentes nesse processo elementos como a intenção que podem promover a extensão de sentido, o emprego da metáfora e da metonímia, entre outros, além de mecanismos da semântica gramatical e composicional que podem promover a criação de significados e sentidos: referência,

predicação, dêixis, foricidade, conjunção, e semântica pragmática e criações das significações: inferência e pressuposição. Há também nesse processo, as estratégias cognitivas já citadas como o emolduramento da cena com os seus participantes e sua hierarquia, as relações de figura/fundo em relação ao objeto focalizado entre outras.

Assim como os outros processos, a semanticização também é regida por um dispositivo sociocognitivo. A ativação semântica, ou seja, a semanticização, representa um movimento mental que corresponde à criação de sentidos de que resultam as categorias semânticas já citadas. A reativação produz as ressemanticizações que correspondem a alteração e a readequação dos objetos e dos eventos. A desativação semântica ou dessemanticização provém das alterações de sentido provocadas pelas metáforas, metonímias, pela especialização e pela generalização que são utilizadas para silenciar o sentido anterior e ao mesmo tempo ativar novos sentidos.

O discurso é considerado como o conjunto de negociações em que se envolvem o locutor e interlocutor. Por meio dessas negociações, como destaca Castilho (2010, p. 133): (i) se instanciam as pessoas de uma interação e se constroem suas imagens; (ii) se organiza a conversação pela elaboração do tópico discursivo, dos procedimentos de ação sobre o outro ou de exteriorização de sentimentos; (iii) se reorganiza essa interação por meio do subsistema de correção sociopragmática; ou (iv) se abandona o ritmo em curso através de digressões e parênteses, que passam a gerar outros centros de interesse.

Observa-se, pois, que o discurso é visto como um contrato social estabelecido linguisticamente entre os interlocutores. Esse contrato decorre dos usos linguísticos materializados no texto. Assim, a discursivização é o processo de criação de textos que resulta desse conjunto de negociações no ato da comunicação, estabelecidas entre locutor e interlocutor. Esse processo também é administrado pelo dispositivo sociocognitivo.

Nesse processo, pelo menos dois mecanismos cognitivos são ativados: a moldura e a perspectiva. A moldura é uma percepção compartilhada pelos falantes sobre a função social do discurso. A moldura pode, também, ser considerada uma metáfora que remete à categoria cognitiva de espaço, ao indicar o lugar delimitado que o objeto ocupa, bem como formas de diferenciá-lo de outros objetos. Objeto aqui se constitui como o próprio texto. A perspectiva é concebida como o ponto de vista eleito pelo interlocutor e está ligada ao modo pelo qual o espaço é percebido e

representado e à categoria da visão. Sendo assim, da mesma forma que a moldura separa a pintura da parede, no discurso, a moldura estrutura o texto e concomitante a isso também estrutura o modo como ele é percebido. Além disso, no discurso, também há o momento de ativação, ou seja, a discursivização, em que ocorre a seleção de itens linguísticos, a hierarquização dos tópicos para a produção das unidades discursivas e dos parágrafos sem perder de vista as conexões necessárias. A reativação (rediscursivização) possibilita a repetição, a correção, a paráfrase dos enunciados que garantem a coesão do texto e podem alterar sua argumentação. A desativação, ou a desdiscursivização, é resultante do abandono da hierarquia tópica, utilizando estratégias como os parênteses e digressão.

A gramática é concebida como o sistema linguístico que se constitui por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização organizadas em três subsistemas: a fonologia, que trata do quadro de vogais e consoantes, sua distribuição na estrutura silábica e prosódica; a morfologia, que trata da estrutura da palavra e a sintaxe que se ocupa das estruturas sintagmática e funcional da sentença. Nesse módulo, ocorre o processo de gramaticalização, já descrito anteriormente (cf. p. 22):

o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. (CASTILHO 1997, p. 31).

A ativação das propriedades gramaticais – gramaticalização – é responsável pela construção dos sintagmas, das sentenças, pela organização dos constituintes, da concordância e da organização da estrutura argumental. A reativação, ou seja a regramaticalização, é a reformulação de construções linguísticas por meio da reanálise que se constitui como a alteração de uma classe gramatical, bem como a atribuição de novas funções sintáticas, motivadas pela mudança das fronteiras entre constituintes. Os sintagmas e as sentenças também podem ser reanalisados o que evidencia mudança da fronteira sintática. A desativação das propriedades gramaticais responsabiliza pela origem da categoria vazia tanto na morfologia (morfema-zero) quanto na sintaxe (elipse de constituintes sentenciais). Os processos lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização demonstram todo o dinamismo e

complexidade da língua. Como vimos anteriormente, esses processos podem se desencadear, simultaneamente, num mesmo item, sem exclusão. Isso significa admitir que o processo de gramaticalização não está apenas ligado à recorrência de forma que passa a ser regular, mas a uma forma regularizada que possui propriedades lexicais, gramaticais, discursivas e semânticas. A título de ilustração um fenômeno linguístico em processo de mudança linguística, que antes era analisado apenas sob o processo de gramaticalização, passa a ser analisado sob a perspectiva de todos esses processos, sem haver precedência e hierarquia entre eles. O próprio estudo é que vai mostrar se há a saliência, ou não entre esses processos. Isso caracteriza o aspecto multidirecional da mudança linguística dentro da teoria multissistêmica-funcional.

A partir desse dispositivo teórico-metodológico, realizamos interpretação do desenvolvimento do item **nunca** na cidade de Barreiras, região oeste do estado da Bahia. Percebemos que nessa região, o **nunca**, em situações informais, vem sendo empregado como elemento básico de negação, ocupando assim o escopo que, tradicionalmente compete ao advérbio não. Nessa análise, buscamos interpretar a possível ocorrência, dimensão e estágio de dois processos em destaque: semanticização e gramaticalização.

3.3.2 Mecanismos de mudança linguística

Estudos em gramaticalização, seja no modelo tradicional, seja no modelo multissistêmico, dão conta de que o processo de mudança linguística é sempre motivado. Tal motivação vem de fatores de natureza cognitiva e pragmática, segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991, p. 48) e Castiho (2010, p. 131). Tais fatores estão vinculados a estratégias de comunicação associados ao desejo de uma melhor expressividade. Para ser compreendido, o falante inova seu repertório recrutando velhas formas para novos objetivos comunicativos por meio de uma extensão de significados já existentes.

Dentre os mecanismos motivadores da mudança linguística, são apontadas a transferência metafórica (ou transferência semântica) que aproxima domínios cognitivamente diferentes, a transferência metonímica (ou motivação pragmática) que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto. Vejamos esses mecanismos:

3.3.2.1 A Metáfora

A metáfora se configura como uma transferência semântica em que uma forma ou construção linguística passa a ser utilizada com um novo significado, porém estreitamente relacionado com o significado que possuía anteriormente. Considerado esse conceito, é possível afirmar que a linguagem usual é essencialmente metafórica, “no sentido de que quase nunca se criam novas formas, mas novos significados vão sendo continuamente criados para as formas já disponíveis na língua.” (MARTELOTTA, VOTRE e CEZÁRIO, 1996 p. 32). É interessante observar que a metáfora envolve um conceito mais complexo em termos de outro não presente na situação comunicativa que se manifesta por meio de uma similaridade de percepções de sentido.

A transferência metafórica (ou transferência semântica), implica a descrição e o entendimento de conceitos mais complexos e abstratos por meio de conceitos menos complexos ou mais concretos. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 48) demonstra essa transferência de domínios mais concretos para domínios mais abstratos por meio da escala abaixo:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Cada categoria expressa nessa escala, conforme esses autores, inclui uma variedade de conceitos perceptuais ou linguísticos, representa um domínio de conceituação importante para estruturar a experiência em termos cognitivos.

A relação estabelecida entre esses domínios de conceituação é de natureza metafórica: qualquer categoria pode ser usada para conceituar outra categoria, desde que esta esteja a sua direita. Dessa forma, OBJETO pode ser usado para conceituar ESPAÇO; ESPAÇO pode ser usado para conceituar TEMPO e assim sucessivamente. Essa relação é denominada por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) de metáfora categorial em que a primeira categoria constitui o veículo metafórico para a expressão do segundo.

A transferência de um domínio cognitivo para outro, para esses autores, é unidirecional, ou seja, origina-se da esquerda em direção à direita e pode ser definida como uma abstração metafórica: uma categoria é sempre mais abstrata do que outra categoria que está a sua esquerda e menos abstrata em relação a qualquer categoria a

sua direita. Moura Neves (1997) exemplifica essa abstratização no português brasileiro por meio dos termos pé e perto. O substantivo pé que se refere a uma parte do corpo – pé de José – é utilizado para designar uma parte de um objeto – pé da cama; o termo perto que indica uma posição no espaço – perto do meu consultório – é utilizado para designar uma posição no tempo – perto do meu aniversário.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991, p. 53-54) correlacionam as categorias metafóricas com classes de palavras e tipos de constituintes, como ilustrado no quadro 01.

Categoria	Classe de palavras	Tipo de constituinte
Pessoa	Nome humano	Sintagma nominal
Objeto	Nome concreto	Sintagma nominal
Atividade	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
Espaço	Advérbio	Sintagma adverbial
Tempo	Advérbio	Sintagma adverbial
Qualidade	Adjetivo, advérbio, verbo de estado	Modificador

Quadro 1: Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte (HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991, p.53)

3.3.2.2 A Metonímia

A metonímia é um mecanismo que, diferentemente da metáfora, associa conceitos de formas linguísticas de algum modo contíguas. Isso está associado à explicação de um significado que se constitui pela extensão de um outro significado presente no contexto, mesmo que na forma de inferência. A alteração semântica se processa então por contiguidade posicional ou sintática que não envolve apenas uma forma, mas toda a expressão e é caracterizada pela reinterpretação dos elementos que compõem um enunciado.

Outro mecanismo de base metonímica atuante em processos de mudança linguística é denominado por Traugott e König (1991, p.194) de inferência por pressão de informatividade. Esse mecanismo se efetiva como um processo em que por convencionalização de implicaturas conversacionais, o elemento linguístico passa a assumir uma nova função que emerge de determinados contextos dependendo

do momento da interação comunicativa e das necessidades decorrentes de cada contexto.

Esse novo sentido pode ser inferido do sentido primário e também pode advir da manipulação discursivo-pragmática dos conceitos que estão sujeitos a fatores contextuais na interpretação. Este propósito se estrutura para a consecução de uma expressividade pretendida no ato da comunicação. A esse processo denomina-se reinterpretação induzida pelo contexto.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991, p.74) afirmam que no processo de gramaticalização, a metáfora e a metonímia coexistem e possuem a seguinte estrutura em comum: A>A, B>B. Essa estrutura indica que, na transição de uma entidade conceitual A para B, há um estágio intermediário (A, B), quando a forma linguística primária e as que lhe sucedem coexistem no sistema linguístico. Esses estágios são os provedores da ambiguidade e variações presentes na língua.

Para ilustrar a coexistência do processo metafórico e metonímico na gramaticalização, Traugott e König (1991, p.194) evidenciam o uso da conjunção *since* no inglês.

- a) I have done quite a bit of writing *since* we last met.(temporal)
Eu tenho escrito bastante desde nossa última reunião.
- b) *Since* Susan left him, Jhon has been very miserable.(temporal/causal)
Desde que Susan o deixou, Jhon ficou muito arrasado.
- c) *Since* you are no coming with me, I Will have to go alone. (causal)
Já que você não quer vir comigo, eu terei que ir sozinho.

Em (a) observamos *since* em sua função de origem indicando uma temporalidade. Já em (b), a conjunção *since* é empregada em contexto que sugere tanto uma circunstância temporal quanto uma causa. Como temporalidade é possível a seguinte interpretação: Jhon ficou muito arrasado, no momento que em que Susan o deixa. Como causa, Susan deixar Jhon é a causa de ele ficar arrasado. Por fim em (c), *since* é empregado com valor exclusivamente causal: a conjunção apresenta a causa para o falante ser obrigado a ir sozinho.

É possível visualizarmos o processo metafórico nesse exemplo na passagem do domínio tempo para o domínio causa. No estágio intermediário, quando em um determinado contexto, o sentido de causa emerge, temos um representante de um processo metonímico. O *cline* que representa a mudança semântica da conjunção *since* pode ser estruturado assim: **tempo > tempo/causa > causa.**

Ressalta-se ainda, conforme Traugott e König (1991) que tanto a metáfora quanto a metonímia relacionam-se com a informatividade, porém correlacionam-se com mudanças semânticas em diferentes eixos. A mudança metafórica envolve a especificação de uma forma, usualmente mais complexa, em termos de outra ainda ausente do contexto. A mudança metonímica, por outro lado, envolve a especificação de um significado em termos de outro que está presente, mesmo que esteja encoberto no contexto.

Neste sentido, com base nos aspectos referidos, julgamos pertinente conduzir a análise do **nunca** utilizando a teoria dos desencadeadores de mudança linguística: metáfora e metonímia, uma vez que os dados da pesquisa mostram que o objeto em estudo transita do domínio tempo – sentido primário – para o domínio negação. Os dados também mostram o estágio intermediário, o sentido de temporalidade e negação coexistindo paralelamente e o uso do termo **nunca** somente como negação.

4 A CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE NEGAÇÃO

Neste capítulo, abordamos a negação como um fenômeno linguístico comum a todas as línguas. Apresentamos a negação no Português Brasileiro evidenciando diferentes estratégias linguístico-discursivas de negação pesquisadas em diferentes regiões do Brasil. Ao final deste capítulo, introduzimos o objeto de estudo desta pesquisa: o advérbio **nunca** utilizado com estratégia de negação entre os falantes da cidade de Barreiras, região oeste da Bahia.

4.1 A NEGAÇÃO COMO UM UNIVERSAL LINGUÍSTICO

A negação, de acordo com Roncarati (1997, p. 67) é daqueles temas que oferecem múltiplas possibilidades de análise, o que o torna ponto de interesse universal. Presente em todas as línguas humanas, a negação se manifesta de formas distintas. Sua realização, pode ser expressa por meio de recursos morfológicos, sintáticos e lexicais. A maioria das línguas indo-europeias, como o alemão, o sueco (ramo Germânico) e o espanhol e o italiano (ramo latino) expressam a negação sintática por meio de um elemento que é acoplado na sentença, como verifica-se em (01), (02), (03) e (04), conforme Othero (2007, p. 23-24):

(01) Alemão

Af: Johan liebt Maria.

Neg: Johan liebt Maria **nicht**.

(02) Sueco

Af: John älskar Mary.

Neg: John älskar **inte** Mary.

(03) Espanhol

Af: Juan ama a María.

Neg: Juan **no** ama a María.

(04) Italiano

Af: Giovanni ama Maria.

Neg: Giovanni **non** ama Maria.

De acordo com Cavalcante (2007, p.13), uma grande parte das línguas ocidentais expressa a negação por meio de elementos que compõem a categoria dos advérbios, incidem diretamente sobre o verbo e mantêm certo grau de independência em relação a essa classe gramatical, como pode ser observado nos exemplos (02) sueco e (03) espanhol.

A negação também pode ser expressa por meio de um afixo que se prende ao verbo como um morfema flexional, conforme se observa no idioma turco, em (05):

(05) Turco

Af: Jan Meryen'i seviyor.

Neg: Jan Meryen'i sevn**iyor**.

Outra forma de realização da negação é com um tipo de verbo auxiliar que traz em si os morfemas flexionais da sentença, como pode ser observado no finlandês, em (06):

(06) Finlandês

Af: Jani rakasta Mariaa.

Neg: Jani **ei** rakasta Mariaa.

Há ainda línguas que, além de acrescentarem um elemento negativo, fazem inversão da ordem das palavras no enunciado, como pode ser observado no idioma basco e no theco, em (07) e (08), respectivamente:

(07) Basco

Af: Jon-ek **Miren** maite du.

Neg: Jon-ek **ez** du maite **Miren**.

(08) Tcheco

Af: Jan **miluje** Marii.

Neg: Jan Marii **nemiluje**.

Nesses exemplos é possível perceber a alteração de lugar do objeto/tema “Maria” (Miren e Marii) com o verbo na estrutura sintática da negação.

Ainda é possível identificar a negação em algumas línguas indo-europeias, considerando a posição do elemento negativo em relação ao verbo, em três formas distintas:

a) O marcador de negação precede o verbo se constituindo numa estrutura NEGAÇÃO + VERBO (doravante [NEG V], como se pode observar nos exemplos (03) e (04), respectivamente no espanhol e italiano.

(03) Espanhol

Af: Juan ama a María.

Neg: Juan **no** ama a María.

(04) Italiano

Af: Giovanni ama Maria.

Neg: Giovanni **non** ama Maria

b) O marcador negativo sucede o verbo flexionado constituindo a estrutura VERBO + NEGAÇÃO [V NEG] como se verifica no exemplo (02) do sueco,

(02) Sueco

Af: John älskar Mary.

Neg: John älskar **inte** Mary.

e no inglês, conforme exemplo (09) de Cavalcante (2007, p.14):

(09) I do **not** work.

c) Há dois marcadores negativos, um precedendo e outro sucedendo o verbo: [NEG V NEG] como no exemplo (10) de Othero,(2007, p. 24) :

(10) Francês

Af: Jean aime Marie.

Neg: Jean **n'** aime **pas** Marie.

Feitas essas considerações sobre a negação como universal linguístico, passamos às considerações sobre a negação no Português Brasileiro, doravante PB. Não obstante a quantidade significativa de estudos sobre esse fenômeno linguístico, o que apresentamos neste capítulo configura-se como um breve retrospecto dos estudos funcionalistas sobre a negação no PB. Cabe-nos lembrar que a negação no PB apresenta-se sob a forma considerada canônica com uma partícula negativa em posição pré-verbal [NEG + V] como em (i) **Não** quero morrer. - e outras consideradas inovadoras: [NEG+V+NEG] como em (ii) **Não** quero morrer **não**. e [V+NEG] em (iii) Quero morrer **não**.

De forma generalizada, a negação linguística é concebida como o elemento que, inserido em uma proposição qualquer, causa uma inversão de seu valor de verdade. Nessa perspectiva, pode-se considerar que para toda negativa há sempre uma contrapartida afirmativa, como podemos ver no exemplo (11):

(11) **Não** gosto de flores.

(12) Gosto de flores.

Tal proposição somente se concretiza como negativa pelo acréscimo do elemento negativo **não** em sua estrutura. Na língua portuguesa, o elemento mais utilizado para expressar essa função é o item **não**. A sua *performance* de modificador pode incidir tanto sobre a proposição inteira (como no exemplo 11) quanto apenas em parte dela como no exemplo(13) retirado de Moura Neves (2000, p.285):

(13) Queria amar – **NÃO** pouco, muito como as heroínas.

Considerar somente tal conceito seria reduzir a negação apenas ao seu caráter gramatical, o que de certa forma não se relaciona, de forma eficaz, aos objetivos deste trabalho. Partilhamos com Moura Neves (2000, p.285), a ideia de que a negação é uma operação que se estabelece nos níveis sintático-semântico e pragmático de um enunciado. É um processo de formação de sentido dotado de intencionalidade que se constitui pela interação entre interlocutores, contexto de uso, elementos sócio-culturais e objetivos com o propósito da eficiência na comunicação.

A negação no português falado do Brasil merece ser estudada, visto que se apresenta de três tipos diferentes:

1. Eu **não** vou. (NEG1)
2. Eu **não** vou **não**. (NEG2)
3. Vou **não**. (NEG3)

A estratégia NEG1 é considerada a estrutura canônica da negação, pois conforme Dryer (1989) e Dahl (1989) *apud* Furtado da Cunha (2000, p.12) “a posição mais comum para o morfema negativo nas línguas SVO é entre o S e o V, gerando a ordem S NEG VO.” Também isso pode ser justificado pelo fato dessa ordenação NEG V ser de fácil processamento, o que estaria ligado à questão da incidência do elemento negativo ser geralmente o verbo. Essa é a estratégia negativa preconizada pela gramática tradicional.

Contradizendo a lógica que institui que NEG + NEG = AFIRMAÇÃO, conforme exemplo: **Não** é verdade que **não** está chovendo. Portanto, está chovendo., a segunda forma de negar se estrutura utilizando dois elementos negativos que se posicionam antes e depois do verbo – NEG +V+NEG - , que ao mesmo tempo, negam o valor da lógica matemática e criam sua própria lógica: NEG + NEG = NEGAÇÃO ENFÁTICA. Esse mecanismo se consolida como necessidade de enfatizar a ideia de negação e se apresenta, ao mesmo tempo, como recurso sintático-semântico para compensar o enfraquecimento dos operadores de negação. Ratificar o ato de negar, por meio da duplicação, demonstra o desgaste fonético e semântico proveniente da negação canônica confirmado por um número expressivo de estudos. Sendo assim, o falante, fazendo uso de sua competência linguística e com vistas à eficiência da comunicação, opta por duplicar ou, às vezes, triplicar a negação usando formas alternativas que expressem com maior intensidade o seu ato de negar.

No português brasileiro, são comuns as seguintes estruturas que servem para intensificar a negação:

(14) Não.....não

Geralmente mora com algumas pessoas, e geralmente é sala, cozinha, quarto e banheiro, **não** tem mais de um quarto **não**.(PELF01H²⁴)

²⁴ Projeto de Estudo da Língua Falada no Oeste da Bahia

(15) Não.....nada

Quando eu comecei a tomar a cerveja, geralmente nos dezesseis a dezessete anos, lá... lá na adolescência no...no ensino médio, eu... adquiri esse hábito de colocar um pouquinho de sal, adicionar sal quando é fermentado que não deixa embriagar facilmente, adicionava um pouquinho de sal, mas eu **não** colocava **nada**...só... cerveja.(PELF16M)

(16) Nãonem

Eu chamava ela de bico de Aricobé, eu **não** sabia **nem** o que era isso, [risos] e ela me xingava dentro da sala e eu dizia que lá fora... eu desse tamanhinho, eu ainda era menor, né... e ele bem alta e eu dizia lá fora eu te pego vou quebrar essas pernas sua aí... de pau... aí a professora não sabia me soltava primeiro, ia esperar ela lá na esquina, quando *ela passava* batia nela, professor, precisava ver. (PELF18M)

(17) Não.....nenhum(a)

Aí saiu na imprensa o que? Saiu na imprensa né...? o diabo da imprensa é isso. A imprensa gosta de trazer as coisas ruins. Ela **não** mostrou **nenhum** trabalho de um voluntário daquele lá que saiu de casa de madrugada pra fazer aquilo, ela não mostrou aquilo, ela não mostra. (PELF01M)

(18) Não.....de forma nenhuma

Eu **não** disse isso de **forma nenhuma**²⁵.

(19) Nuncanão

Eu acho que não, num sei não, **nunca** ôvi **não**. (PELF03M)

²⁵ Fala coletada em situações informais – informante masculino.

(20) Nunca.....nada

(...) se eu estou na escola, estou na escola, se eu estou namorando eu estou namorando e acabou, **nunca** juntei **nada** assim que essas frescuras **não**, eu acho que eu, eu sei separar.(PEPP02M)

(21) Nunca.....nem

Eu **nunca nem** falei essa palavra cinismo²⁶.

(22) Não.....nada.....não

Nem na rua, nem dentro de casa, eu **não** gosto de **nada** muito grudado no corpo **não**. (NURC11M)

(23) Não.....nem.....nada

os meninos fica lá paquerando a gente, a gente **não** quer **nem** saber de **nada**, quer mais é curtir a festa, e aí minha mãe, “minha mãe, pelo amor de Deus”, ela ficou, eu sei que a minha mãe ficou dois dias falando isso pra mim, “olhe minha mãe, **eu não vou nem responder mais porque eu não tenho**, que nada, eu quero o melhor pra mim, eu vou ficar com uma coisa daquela minha mãe, pelo amor de Deus”.(PEPP12M)

(24) Não.....nenhum.....não

Não, não teve problema **nenhum, não**, o prejuízo foi só queimar os papéis, ainda guardo hoje uns pedacinhos de papéis chamuscados (...inint...), quer dizer no geral é isso aí. (NURC15M)

Subjacente ao processo de reafirmação da negativa seja pela duplicação, seja triplicação, percebe-se um certo grau de argumentatividade. Estamos chamando de argumentatividade a ação de um falante sobre outro falante com vistas a uma outra

²⁶ Fala coletada em sala de aula – aluna da 7ª série de uma escola particular de Barreiras.

ação, qual seja, a adesão. Assim, ao fazer uso de uma dupla ou tripla negação, o falante gerencia a informação não permitindo questionamentos a respeito de sua ideia que passa a ser fato. E quando passa a ser fato, torna-se inquestionável. Isso nos permite considerar com Villaça Koch (2004, p.17) que o “ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo.”

É interessante considerar que a presença de outro operador negativo na sentença não se constitui como novidade nos estudos linguísticos. Said Ali (1964, p.198) assevera que “diferentemente de nós (a gente de Letras), e de acordo com a linguagem vulgar, os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo. Para o povo, o acúmulo de negativas indica reforço”. Barreto (1954) (*apud* Furtado da Cunha e Fernandes de Oliveira 1993, p. 64-65) ratifica que o “amontoar de negações para evitar dúvidas ou para maior reforço é coisa portuguesíssima. A nossa língua antiga empregava a negativa ainda quando antes do verbo já há um elemento negativo... O português com duas negações, nega com mais energia.”

A terceira estratégia de negação – NEG 3 – se estrutura pela posição pós-verbal do operador negativo, conforme exemplo (25):

(25) Você assistiu o big brother ontem?

Assisti **não**.

Essa construção, para estudiosos como Furtado da Cunha, se consolida como a culminância de um processo de mudança linguística por que passa a negação no Português Brasileiro. Essa autora propõe o ciclo seguinte para mostrar o desenvolvimento das negativas pós-verbais:

1. reforço opcional da negação através do acréscimo de **não** pós-verbal;
2. reanálise do **não** pós-verbal como elemento obrigatório via repetição de uso;
3. redução fonológica do **não** pré-verbal;
4. eliminação da redundância através da omissão do **não** pré-verbal.

(FURTADO DA CUNHA 2000, p.167)

A motivação para o desenvolvimento desse fenômeno linguístico está ligado a fatores pragmáticos, cognitivos, sintáticos e fonológicos. Esse ciclo inicia-se na fala quando ocorre o enfraquecimento do operador negativo nas construções negativas pré-verbais. O falante, ao perceber isso, tem necessidade de intensificar o sentido da negação para ser compreendido e faz surgir por meio de sua criatividade a construção da negativa dupla. O uso repetido dessa construção contribui para sua regularidade que passa a fazer parte da gramática da língua. Mas, como o **não** pré-verbal já se encontra em processo de desgaste, chega ao seu limite e é eliminado da construção, fazendo emergir uma nova construção com o operador pós-verbal. Esse ciclo envolvendo a alternância e mudança das estratégias negativas não é peculiar do Português Brasileiro: foi proposto por Jespersen no início o século XX e ficou conhecido como ciclo de Jespersen. Outras línguas já passaram por esse processo de enfatizar, reforçar a negação por meio da adição de mais de um operador negativo.

Para uma melhor compreensão da co-existência dos mecanismos de negação existentes no Português Brasileiro, destacamos o estudo de Jespersen (1917). Esse estudo constatou, ao analisar algumas línguas, como o francês e o inglês, o processo de mudança linguística envolvendo a negação que se caracteriza pela passagem de um elemento negativo pré para um pós-verbal, tendo entre esses dois estágios uma fase intermediária em que há coocorrência do elemento pré e pós-verbal na mesma frase. O exemplo desse ciclo pode ser observado abaixo:

Estágio 1. Neg + Verb	Je ne sais.
Estágio 2. Neg + Verb +Neg enfático	Je ne sais(pas).
Estágio 3. Neg + Verb +Neg obrigatório	Je ne sais pas.
Estágio 4. Neg + Verb	Je sais pas.

Jespersen (1917), concebe esse processo como

The history of negative expressions in various languages makes us witness the following curious fluctuation: the original negative adverb is first weakened, then found insufficient and therefore strengthened, generally through some additional word, and this in its turn may be felt as the negative proper and may then in course of

time be subject to the same development as the original word.(JESPERSEN 1917, p.4 *apud* DALH, 1979, p.88)²⁷

Em um primeiro momento, a língua expressa a negação por meio de um item pré-verbal e é considerada canônica. Porém, devido a sua posição no início da frase, esse elemento pré-verbal sofre um desgaste fonológico e um enfraquecimento semântico. Esse desgaste desperta a necessidade de expressar a negação acrescentando, concomitantemente ao item pré-verbal, outros itens com semântica negativa ao final da sentença como garantia da sua compreensão. Esses itens, por sua vez, podem de início não possuir traços de negação e serem opcionais, mas com o uso excessivo e o tempo podem tornar-se uma partícula negativa por excelência e tornar opcional o item pré-verbal. Esses estágios identificam um processo de mudança linguística em que se pode observar um processo cíclico de enfraquecimento, fortalecimento e substituição de elementos.

A título de ilustração, recorreremos à língua francesa para demonstrar esse processo de mudança. Conforme informa MULDER (2001, p.10)

L'ancien français distinguait entre l'adverbe *nom* tonique et la particule *ne* atone. Cet element atone a été renforcé ensuite par *mie*, *point*, *goutte* et *pas*, qui semblent toutefois, au point de départ, avoir gardé leur sens lexical.²⁸

Essa proposição pode ser constatada nos exemplos abaixo:

Je ne marche pas. Je n'avance pas. (Eu não ando / avanço passo.)

Je n'écris point. (Eu não escrevo ponto.)

Je ne mange mie. (Eu não como migalha.)

Je ne bois goutte. (Eu não bebo gota.)

Esse processo envolvendo o elemento *ne* reforçado por *mie*, *point*, *goutte* *pas* iniciou-se a partir do século XVI. É interessante observar que dentre estas palavras que contribuíram para potencializar a negação, a partícula *pas* é que foi

²⁷ A história das expressões negativas em diversas linguagens nos possibilita testemunhar as seguintes flutuações: o advérbio negativo original é primeiramente enfraquecido, então considerado insuficiente e posteriormente fortalecido, geralmente através de alguma palavra adicional, e isso por sua vez pode ser sentido como uma propriedade negativa e pode então ao longo do tempo estar sujeita ao mesmo desenvolvimento que a palavra original. (Tradução nossa)

²⁸ O francês antigo considerava o advérbio *nom* tônico e a partícula *ne* átona. Este elemento átono foi reforçado pelas palavras *mie* (migalha), *point* (ponto), *goutte* (gota) e *pas* (passo) que inicialmente mantiveram o seu significado lexical. (tradução nossa)

selecionada pelos falantes para firmar-se como operador negativo. Inicialmente o substantivo *pas* era utilizado somente com verbos que indicassem movimento e o seu significado básico era “passo” como em *Je ne vais un pas*. Depois se transformou em *Je ne vais pas*, momento em que foi estendido por analogia a outros verbos que não possuíam a semântica de movimento e teve a sua categoria gramatical modificada de substantivo para advérbio de negação se cristalizando na expressão negativa *ne.....pas*

No francês atual, a partícula *ne* é usada opcionalmente e por vezes omitida na linguagem familiar e coloquial. O *pas*, que era apenas o reforço da negação, assume posicionando pospostamente ao verbo a negação sentencial como pode ser observado no exemplo abaixo:

- (1) jeo ne di (francês antigo)
- (2) je ne dis pas (francês literário moderno)
- (3) je dis pas (francês coloquial moderno) (DAHL, 1979, p.88)

Furtado da Cunha (1996, p.185) também informa que algo semelhante ocorreu com a posição pós-verbal do *not*: “a partícula original pré-verbal *nedo* Inglês Antigo foi primeiramente reforçada pela partícula pós-verbal *nawiht* (nothing), a qual, após a perda do *ne*, desenvolveu-s em *not*.”

É relevante observar que na transição de um estágio para o outro, que uma língua apresenta em um mesmo período, são consideradas duas estratégias negativas. O francês e o inglês, já expressos nesse trabalho, vivenciaram esse estágio em que duas estratégias coexistiram. O Português do Brasil, entretanto, é a única língua que aceita concomitaneamente o convívio de três estratégias de negação.

Para Schwenter (2006, p. 02), o ciclo de Jespersen é um dos exemplos mais conhecidos de gramaticalização. Essa teoria é que referencia esta dissertação e, não obstante as várias definições para gramaticalização, esta é tomada aqui como um processo que prevê mudança de enunciados construídos relativamente livres no discurso para construções relativamente fixas na gramática.

4.2 AS ESTRATÉGIAS DE NEGAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A coexistência de estratégias de negação no Português Brasileiro tem contribuído para uma série de estudos tanto funcionalistas quanto sociolinguísticos. A preocupação central desses estudos é saber se está ocorrendo um processo de mudança linguística no que concerne à negação no Português Brasileiro.

O trabalho de Furtado da Cunha (1996) “A Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal/RN” é um dos pioneiros e serve de base para esta pesquisa. Nesse estudo, a autora utiliza um *corpus* que contém textos de língua falada e de língua escrita em Natal. A pesquisadora identifica três mecanismos de negação: a negativa canônica **NÃO+SV** (*Com a luz acesa agente não conseguia dormir*), a negativa dupla **NÃO + SV + NÃO** (*Eu não tirei foto não*) e a negativa final – **SV+NÃO** (*Se eu pegar [catapora] ... tem nada não*). É um trabalho de análise e interpretação dos mecanismos de negação sob a perspectiva do Funcionalismo Linguístico de vertente americana que lida com o princípio de iconicidade e o paradigma da gramaticalização. O objetivo da autora é a associação da origem da negativa dupla e da negativa pós-verbal a um enfraquecimento fonético e semântico da forma negativa pré-verbal.

Para demonstrar a trajetória da gramaticalização envolvendo os mecanismos de negação, a autora levou em conta a frequência de ocorrência e o princípio icônico de quantidade. Assim, ela obteve o seguinte resultado:

a negativa final é usada, preferencialmente, em contextos de resposta a perguntas diretas; a negativa dupla restringe-se a contextos que representam uma pausa temática e a negativa canônica é não-marcada, podendo ocorrer nos contextos que favorecem tanto a negativa final quanto a negativa dupla. (FURTADO DA CUNHA, 1996, p.188)

Outro dado relevante dessa pesquisa é a constatação feita pela pesquisadora em relação à quantidade de ocorrência da negativa não-canônica nos dados investigados da língua falada, enquanto que na escrita a negação canônica foi a que prevaleceu. Furtado da Cunha ainda chama a atenção para a diminuição de uso da negativa não-canônica conforme aumenta o nível de escolaridade do falante.

Também Roncarati (1997), no estudo intitulado “A Negação no Português Falado”, apresenta resultados de uma investigação em Fortaleza/CE, envolvendo os diferentes tipos de negação encontrados na língua falada, quais sejam: **NEG+V**,

(NEG1); NEG+V+NEG, (NEG2) e V+NEG (NEG3). O objetivo desse estudo foi medir implicações funcionais e discursivas e analisar aspectos da morfossintaxe dos tipos de negação.

A autora observou, nesse estudo, que a negação dupla, ou NEG+V+NEG, e a negação pós-verbal, ou V+NEG, não são próprias do falar nordestino, conforme concepção abordada em outros estudos, e que o uso dos diferentes tipos de negar está atrelado a diferentes funções de ordem pragmática e enfática. Em relação aos aspectos morfossintáticos, a autora, após efetuar uma análise quantitativa dos dados, verificou que a negação pós-verbal é mais frequente em cláusulas absolutas e torna-se um recurso para eliminar informação redundante e se fixa como forma despachada e econômica na fala. A dupla negação ocorre mais em cláusulas independentes. Os fatores linguísticos tipo de sujeito e tipo de constituinte pós-verbal lexicalizado não favorecem a dupla negação e nem a negação pós-verbal. Roncarati (1996) coloca em evidência a negação pós-verbal, afirmando que a natureza elíptica dessa negação elimina a informação redundante e constitui-se como uma forma despachada e econômica de negar na língua oral.

Para finalizar, ela propõe duas hipóteses sobre a estrutura da negação. A primeira é a possibilidade de a negação pós-verbal ter surgido de processo semelhante ao da negação do francês como: *ne va>ne va pás>va pas*, em português seria: NEG +V >NEG +V + NEG > V+ NEG. E a outra hipótese é que a negação pós-verbal ilustrada pelas formas *é não* e *sei não* estaria vivenciando o processo de desgramaticalização, ou seja, passagem de um elemento da sintaxe para o discurso ou a lexicalização, passagem da sintaxe para o léxico, o que de acordo com a autora requer mais estudo para uma possível definição .

No estudo de Alkmim (2002), “Negativa pré - e pós-verbal: implementação e transição”, a autora considerou o fator etnia em um corpus formado por falantes da comunidade de Pombal (subdistrito de Mariana-MG) e de Mariana (MG), cuja maioria da população era negra, descendente de escravos. Levou-se em conta, nesse trabalho, falantes com descendência afro-brasileira e não-afro. A motivação para esse estudo é a origem da construção [NÃO V NÃO] que para muitos seria o contato do português com línguas africanas ou a hipótese de enfraquecimento da partícula negativa pré-verbal. Para Alkmim (2002, p.170), ”a hipótese é a de que teria havido uma reanálise do item **não**: inicialmente esse item aparecia como um enunciado completo, posteriormente, teria sido reanalisado como um constituinte da sentença”.

Uma vez que o foco do seu trabalho é a construção [NÃO V NÃO], a autora intenta mostrar a sua implementação e transição. Ao considerar o tempo aparente, percebeu que a mudança ocorre de baixo para cima na escala social, uma vez que se inicia com os analfabetos e atinge os falantes com segundo grau. A hipótese de contato com as línguas africanas não é confirmada, uma vez que os dados não favorecem os afro-brasileiros.

Alkmim (2002) também utiliza para esse estudo, outro *corpus* constituído por peças teatrais de autores mineiros e diálogos de um Diário dos séculos XIX e XX, com objetivo de identificar a origem da variante inovadora. A análise feita a partir desses dados aponta para uma mudança em progresso. Outra conclusão desse estudo é a de que essa negativa dupla tenha se originada na 1ª metade do século XIX. Por fim é confirmada a hipótese de reanálise, como pode ser observado na fala da autora:

a hipótese de mudança proposta de o que segundo **não** não fazia parte da oração, em expressão como “**não senhor**” no final da frase e, após a perda do **senhor**, o item **não** se *gramaticalizou*, passando a fazer parte da oração, teve o seu percurso mostrado através do indicador: presença/ausência de vírgula antes do segundo **não** na *variante inovadora*. (ALKMIM, 2002, p.180)

Já o trabalho de Souza (2004) sobre “As estruturas de negação em uma comunidade rural afro-brasileira/BA” analisou a variação linguística verificada nas estruturas de negação identificadas na fala de Helvécia, uma comunidade rural quilombola. Constatou-se também nesse estudo que a negação ocorre de três formas: (a) pré-verbal (conservadora): a pessoa **não** pode tê açuca; (b) com dupla negação (inovadora): **num** resiste muito **não**; (c) pós-verbal (também considerada inovadora pelo autor): Choveu **não**. O autor objetivou identificar as motivações linguísticas e extralinguísticas que favorecem essa variação. Para tanto, fez uso de algumas variáveis preconizadas por Roncarati (1996), mas com adaptações, tais como o tipo de oração, o tipo de sujeito, de complemento, tipo de frase, tipo de constituição do núcleo verbal, a característica léxico-semântica de verbos e fatores sociais.

Depreenderam-se desse estudo os contextos favoráveis à ocorrência das negativas: a dupla negativa e a negativa pós-verbal ocorrem com mais frequência nas orações absolutas e nas subordinadas substantivas. Já as orações principais, coordenadas e relativas favorecem os três tipos de negação. As orações adverbiais desfavorecem a ocorrência da negativa dupla. Em relação ao fator linguístico tipo de frase, as respostas às perguntas diretas do tipo *Yes/no question* favorecem a negativa

dupla e a pós-verbal, enquanto que o contexto de não-repostas propicia a negativa pré-verbal. Observou-se que é a ausência do sintagma que complementa verbo transitivo que favorece a maior ocorrência tanto da dupla negação quanto da pós-verbal. A negativa canônica é favorecida pelos contextos em que o verbo seja intransitivo ou transitivo com o sintagma complementador realizado.

Em relação aos fatores sociais, é relevante observar nesse estudo que são os idosos e os adultos que mais fazem uso das negativas não-canônicas. Esta conclusão contrasta com os dados dos estudos supracitados. Souza adverte que esse uso em maior escala feito por esse grupo de falantes advém da influência ainda presente dos idiomas africanos e que a redução de uso dessa forma não-canônica entre os jovens está diretamente associada ao grau de escolarização e ao acesso aos meios de comunicação, o que, de acordo com o autor, confirmaria a hipótese de descrioulização²⁹ das estratégias de negação na fala de Helvécia.

Não obstante o número de trabalhos aqui apresentados sobre a negação no PB, não encontramos nenhuma pesquisa que apontasse o advérbio **nunca** como uma estratégia discursiva de negação, embora registros históricos apontem que esse termo, em sua semântica primária, pudesse funcionar como “um simples marcador de negação predicativa, enfático, mas sem valor temporal.” (MARTINS,1996, p.201).

A ausência de estudos sobre esse advérbio como estratégia de negação, numa perspectiva funcionalista, e nossa percepção de sua utilização de maneira diferente daquela prevista pela Gramática Tradicional em contextos de fala na cidade de Barreiras, levou-nos a eleger o **nunca** como objeto deste estudo, o que será discutido no próximo capítulo.

²⁹ Como o trabalho de Souza (2004) foi desenvolvido numa comunidade rural afro-brasileira no sul da Bahia, com o objetivo de analisar a variação linguística na estrutura da negação falada, foi possível observar o processo de descrioulização que se inicia nesta comunidade. A descrioulização é um processo de mudança linguística em curso de um sistema que era tipicamente crioulo em direção à língua alvo. No caso da comunidade de Helvécia, os jovens, devido à escolarização e ao acesso dos meios de comunicação, estão utilizando menos as formas não-canônicas de negar pertencentes ao seu dialeto crioulo e adotando a forma considerada padrão pelo português brasileiro.

5 O NUNCA COMO ADVÉRBIO DE NEGAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA DE NEGAÇÃO NA CIDADE DE BARREIRAS

No bojo do estudo de um fenômeno linguístico, subjaz sempre o convite para revisitar sua história. Dessa forma, buscamos a origem do item que se constitui como objeto deste estudo - o advérbio nunca como estratégia de negação - para uma melhor compreensão do processo atual de variação semântica que o envolve.

5.1 DA ETIMOLOGIA DO NUNCA

Não obstante ao fato de este trabalho estar inserido numa dimensão sincrônica, recorreremos ao estudo etimológico para subsidiar nossa análise do português atual. Na tentativa de compreender melhor a origem do termo em estudo, recorreremos ao *Dicionário Latim-português* de Torrinha (1942) e identificamos a origem latina do item **nunca** como *NUNQUAM* ou *NUMQUAM* formado pela partícula negativa NE + *Unquam* ou *Umquam* classificados por esse autor como advérbio e que significam “em algum momento”; “alguma vez”; “algum dia”; “um dia”. O *nunquam* possui valor semântico de nunca; jamais, porém o que realmente mais nos chamou a atenção foi o fato de que também pode significar apenas **Não**. Adiciona ainda esse autor, a informação de que o *NUNQUAM* é um advérbio de tempo correspondente ao advérbio de lugar *usquam* que significa “em alguma coisa”; “de algum modo”; como no exemplo: *Implorare quod usquam est.* (Implorar tudo que existe).

Pesquisando também o *Dicionário Latino Vernáculo* de Leite e Jordão (1943, p. 317), encontramos as seguintes informações que convergem para o estudo em pauta. Apesar de não classificar a tipologia do advérbio, podemos inferir que o autor considera o **nunca** como advérbio de tempo e de negação quando informa que *nunquam* é um advérbio que significa jamais; nunca; nenhuma vez; em tempo algum; não. Também salienta que *nunquam* é composto de ne + unquam.

Revisitando gramáticas históricas, percebemos que Gomes (1920, p.273) compartilha a visão de que nunca - *nunquam* - seja somente advérbio de tempo.

Nunes (1930, p.344) corrobora a dimensão de temporalidade do verbete **nunca** (*nunqua(m)*) e ainda faz uma consideração interessante sobre esse termo quando demonstra que a forma verdadeiramente regular é *nonca* e que somente a

encontrou no Censual da Sé do Porto, à página 172. Na tentativa de um melhor entendimento sobre essa forma regular, recorremos a Martins (1996, p.183) que nos informou que no occitano antigo³⁰, **nunca** era *no(n)ca*. Ainda em Nunes (1930, p. 147), na parte da obra dedicada à Fonética, lê-se:

Consoantes seguidas de semivogais /u/. Nestes grupos a semivogal ora é atraída pela vogal tônica e com ela forma ditongo, ora cai, absorvida pela vogal seguinte, especialmente se é tônica conservando-se, porém, às vezes, na escrita, antes de e ou i, para indicar que as consoantes /g/ e /q/, às quais se segue, continuam a manter o som gutural: ex: a) aqua-, auga (arc. e pop.), **áqua**, equa-, euga(pop.), égua, aequale-, iugal (arc.), **igual**, aequare, iugar (arc. A par de iguar), etc. (...); b) aquilone-, aguião (arc.), aquila -, **águia**, reliquia-, religa (arc.), al(i) quod, algo, al(i) quem, alguém, nequa, nega (arc.), nunca-, **nunca**(...).

Na *Gramática Histórica do Português Antigo*, Huber (1933, p. 256) classifica o **nunca** como advérbio de tempo estabelecendo relação com o jamais. Ao mesmo tempo, esse autor concebe o **nunca** como advérbio de negação que era o *non* que se transforma em *nunca*. Para demonstrar tal transformação, utiliza também a fonética para clarear este processo: o “o” do latim vulgar passa a “u” – de forma análoga à passagem de e > i.” (HUBER, p.65) Também estabelece outras relações: mesmo ratificando que o *nūquam* se transforma em **nunca**, assevera que o NC que existe nesse termo estaria associado com o *nonca* do galego antigo(1350).

Said Ali, em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* também considera que o item **nunca** é um advérbio que indica negação e também temporalidade, evidenciando que o

nunca significa o contrário de “sempre”. Refere-se a toda e qualquer época sem outra demarcação senão o ponto desde quando, se o verbo estiver no futuro; ou o ponto até quando, se o verbo estiver no pretérito. Assim em *nunca irá* equivale a “em qualquer tempo a partir do momento presente,” e em *nunca foi* diz o mesmo que “em qualquer tempo até o momento presente”. Por hipérbole aplica-se este advérbio a um fato de duração curta e bem delimitada, para negá-lo de um modo absoluto, significando *nunca* o mesmo que “nenhum só instante”, nenhuma só vez. (SAID ALI, 2001, p.154)

Consultando o *Vocabulário Portuguez e Latino* de Bluteau (1712-1728, p. 772), observamos que o **nunca** se configura como um advérbio de tempo e indica “aquilo que se diz dos tempos passados ou futuro”; indica também em nenhum tempo

³⁰Língua falada ao sul da França.

e esse autor também identifica a sua forma linguística primária como *Nunquam*. Moraes Silva (1813, p. 351) traz: “nunca, adv. Em nenhum tempo. Nunca já: já mais Observamos essa mesma visão repleta de exemplos em Caldas Aulete (1925), quando afirma:

Nunca (nun-ka), adv. **Em tempo nenhum, jamais:** Nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras. (Herc.). Chimeras eu também tenho sonhado; mas d’essa casta, nunca.(Castilho)II **Em tempo algum** (nas frases interrogativas): Quem viu numa aí mana! ovelheiro assim?(Idem) Ouviu nunca fragor como anda no arvoredor? (Idem)II. Não: Nunca eu daria conta d’ele.(idem)II **Nunca mais, em tempo nenhum futuro, em ocasião nenhuma futura:** Baldado é teu chamar, baldado o choras; nunca mais o verás, leva-t’o ... a morte. (Garret). Védo que nunca mais tal nome se me dê.(Castilho)II **Nunca jamais, em tempo nenhum:** Levar o dia inteiro sempre a servir-o sem lhe ler nas trombas nunca jamais se está ou não contente.(Idem). Não vi coisa nunca jamais que tanto horror me produzisse como aquella carranca(Idem)II F.Lat. nunquam.”(CALDAS AULETE,1925, p.390).

Em Machado (1952, p.1599), notamos que a etimologia do termo **nunca** está associada a *non*. Afirma o autor que “na linguagem latina familiar, este vocábulo era empregado por vezes em lugar de *non*, para negar com maior energia.”E fornece uma exemplificação datada de 1204: “Outorgo aijnda a vos, que nunca entrem em Nauyo meus peões”. (em Descobrimientos portugueses, I, suplementos, p.70). Ainda para este autor, a forma linguística era *nuncas* em 922: “Siquis tamem quod fieri nuncas videtur hunc factum mostram.”(em P.M.H., Diplo., p.102).

Nascentes (1955, p.358) também classifica o item sob análise na perspectiva fonética, focalizando que em sílaba átona o /qu/ deu regularmente /c/, /n/. Esse autor afirma ainda que o **nunca** se originou no francês antigo como *nonques*.

Ainda sobre a etimologia do item **nunca**, Cunha (2007, p.553) apresenta: “**nunca** adv. “em tempo algum, jamais” XIII. Do lat. *Numquam*”. Em Houaiss, Salles Vilar e Melo Franco (2001, p.2036), encontramos:

nunca adv.(s XIII) 1 em nenhum tempo; jamais { foi-se sem nunca realizar seu grande sonho} 2 em nenhuma circunstância{ o que é momentaneamente errado nunca poderá ser politicamente correto}3 m.q. Não {acabei nunca conversando com ele aquela noite}4 alguma vez, em algum tempo passado; já não; já{quem nunca se aterrorizou com os próprios pensamentos?} { eu nunca tive a portunidade de conhecer pessoa mais sábia}{...} ETIM.lat. nunquam id., de ne não +unquam “algum dia, um dia, alguma vez”; f.hist. s XIII (...).

É interessante registrar que Martelotta (1991) explica a semântica de temporalidade assumida pelo termo **nunca**. Para isso, o autor retoma os elementos de intensificação, como *tantus*, *tam* e *talis* em latim; tanto, tão e tal em português; e os seus correlativos por comparação como *cum*, *quam*, *quantum*, *qualis* em latim; como, qual, quanto e qual em português para afirmar que alguns desses termos geraram expressões temporais como, por exemplo, **enquanto** e **nunca** (*nun* + *quam*). Ainda salienta:

a capacidade de expressar noções temporais desses elementos é decorrente de seu uso como correlativo, por comparação, dos intensificadores (*tum...cum*, *tam....quam*, *tantum....quantum*, *talis....qualis*, em latim; tanto....quanto, tanto....como, tal....qual, em português). Esses elementos comparam eventos e situações, que, em alguns contextos, se apresentam como concomitantes em termos temporais. A pressão de informatividade, nesses casos se encarrega de gerar sentido novo. (MARTELOTTA, 1993, p.58)

Partindo do pressuposto de que a gramática tradicional é uma das heranças culturais que sempre contribuiu para explicações dos fenômenos da língua e, considerando que esse trabalho tem como objetivo investigar, na língua oral, um item cunhado por essa gramática importa, nesse contexto, demonstrar como o alvo da investigação – o item **nunca** – é visto por algumas gramáticas contemporâneas da Língua Portuguesa. Algumas delas não fazem menção ao item **nunca** em seus compêndios. Exemplo disso é a *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* de Bechara (2002).

Cunha e Cintra (2001, p.543), Macambira (1999, p.42), Cegalla (2005, p.260) e Faraco e Moura (2004, p.395) todos se referem à existência do item **nunca** e são unânimes em concebê-lo como um elemento circunstanciador de temporalidade, ou seja, um advérbio de tempo. Os autores supracitados não apresentam qualquer exemplo do item em questão. Entre os gramáticos pesquisados, há somente um que apresenta uma acepção diferenciada, ou melhor, estendida sobre o item em estudo. Almeida (1985, p.319) classifica o **nunca** como advérbio de tempo de valor negativo (= em tempo nenhum).

É importante ressaltar que Almeida (1985) considera a dualidade semântica do advérbio **nunca**, enquanto os outros gramáticos contemporâneos pesquisados enfatizam a estrutura associada a uma prescrição, ligada única e exclusivamente à

função temporal. Almeida (1985) faz ainda menção a possíveis outras funções (temporalidade e negação) mescladas numa mesma estrutura.

Essa concepção é retomada pela gramática descritiva, na perspectiva de Castilho (2010) e Moura Neves (2000). Esta autora assevera:

dentro do sistema da língua portuguesa, a partícula **NÃO** é o elemento básico que opera o processo de negação. Outros elementos adverbiais negativos como **NUNCA** e **JAMAIS**, também produzem negação no nível da **oração**: **NÃO** quero morrer. (FP); **NUNCA** estudei. (CR); **JAMAIS** se permitiria uma liberdade daquelas.(A) Entretanto, o **NÃO** é, por excelência, o elemento usado para **negar**, já que esse é o seu valor exclusivo, enquanto **NUNCA** e **JAMAIS** mesclam ideia **aspectual** e **temporal** ao valor negativo. Assim os enunciados **NUNCA** estudei.(CR) e **JAMAIS** se permitiria uma liberdade daquelas.(A) equivalem, respectivamente, a: **NÃO** estudei **em tempo algum** e **NÃO** se permitiria uma liberdade daquelas **em tempo algum**. Por sua vez, o enunciado **NÃO** quero morrer. (FP) é, simplesmente, a negação de Quero morrer. (MOURA NEVES, 2000, p.286-287)

Também Castilho (2010, p.323) em informação que se assemelha à de Moura Neves, citada acima, afirma que “para negar, lançamos mão de operadores tais como **não, nunca e jamais.**”

Tomando por base as discussões feitas acerca da negação como universal linguístico e nas pesquisas já realizadas sobre a negação no PB, desenvolvemos o nosso estudo sobre “as estratégias discursivas de negação utilizadas em Barreiras, no oeste baiano”. A exemplo de outras regiões do país as estratégias de negação na região escolhida para esta pesquisa também se manifestam sob as formas NEG+V, NEG+V+NEG e V+NEG, como nos exemplos seguintes³¹:

- a) NEG+V: Ela **não fica** só. (Forma da estrutura considerada canônica)
- b) NEG+V+NEG: É, **não** gosto muito **não**. (Forma inovadora)
- c) V+NEG: Eu nem lembro mais, lembro **não**, também nem tenho muito tempo de assistir. (Forma inovadora).

Além das estratégias supracitadas, verificamos outra estratégia discursiva de negação utilizada pelos falantes do oeste baiano, o uso do elemento adverbial

³¹ Inquérito nº 03 do Projeto PELFOBA – Projeto de Estudo da Língua Falada no oeste da Bahia

negativo o operador **nunca** que segundo Moura Neves (2000, p. 287) também produz negação no nível da oração, conforme exemplos que seguem³²:

(01) Hoje tem prova?

Sim.

Você estudou?

Eu **nunca** estudei hoje não.

(02) Que hora é essa?

São duas horas.

Já?! Eu **nunca** almocei hoje.

(03) Cadê o livro que você ficou de me trazer?

Eu **nunca** me lembrei mais.

(04) Você viu Adriana?

Eu **nunca** a vi hoje não.

É essa estratégia alternativa de negar que se constitui em objeto de estudo desse estudo. Como já dissemos, elencamos como objetivos deste estudo interpretar o processo de mudança semântica que envolve o item **nunca** e também indicar as implicações discursivas desse processo. O item em questão, para a gramática tradicional, como foi observado por meio dos gramáticos normativos já citados, está gramaticalizado como advérbio circunstanciador de temporalidade, como pode ser observado em “Eu **nunca** voltarei aqui.”

Na perspectiva funcional, a linguagem é vista como uma atividade interativa. Não se leva em consideração as estruturas isoladas, mas a significação que essas estruturas apresentam na interação social. Diante disso, os dados analisados são manifestações linguísticas que falantes reais produziram em contexto real de comunicação, em determinadas condições de interação. Esses dados nos permitem a observação da semântica do elemento **nunca** que ocorre na língua falada, com sentido diferenciado daquele concebido tradicionalmente. Diante disso, justifica-se

³²Situações de fala coletadas em sala de aula de um Curso de Letras.

esse estudo sobre o item **nunca** para identificar por qual processo de mudança esse item está passando na Língua Portuguesa.

5.2 A DIMENSÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA DO NUNCA

Neste estudo assumimos como hipótese principal que esteja ocorrendo um processo de gramaticalização do item **nunca** na fala da cidade de Barreiras. O percurso por nós empreendido para a confirmação dessa hipótese parte da classificação semântica do **nunca** nas ocorrências de fala que constituem o *corpus* deste estudo e se encaminha para a demonstração dos processos de recategorização e de descoramento semântico que fundamentam a hipótese de gramaticalização aqui proposta.

5.2.1 Classificação Semântica

A análise efetuada sobre os dados referentes ao item “nunca” apontou os seguintes usos para esse item: nunca circunstanciador de temporalidade (canônico); nunca circunstanciador de negação comum (não); nunca circunstanciador de negação incisiva (dupla negação); nunca híbrido (amalgama de tempo e negação). Essa classificação semântica conduz essa análise, uma vez que mostra em que sentidos o termo **nunca** é empregado na fala pelos barreirenses.

O quadro a seguir apresenta os usos encontrados do item **nunca**, organizados de acordo com a classificação semântica percebida.

Usos	Frequência	%
Nunca circunstanciador de temporalidade	06	15%
Nunca circunstanciador de negação comum	17	42,5%
Nunca circunstanciador de negação incisiva	04	10%
Nunca híbrido	13	32,5%
Total	40	100%

Quadro 2: Classificação semântica do **nunca** na fala de Barreiras, Ba.

O quadro 02 mostra a frequência de ocorrência de usos do termo **nunca**. Exemplos dessas ocorrências são analisados a seguir. Fizemos opção por apresentar

somente 03 ocorrências de classificação. As outras ocorrências constam no apêndice desta pesquisa.

5.2.1.1 Nunca circunstanciador de temporalidade (canônico)

Nesse uso, o item **nunca** aparece em sua forma originária do latim preconizada pela tradição como circunstanciador de temporalidade universal (advérbio de tempo). Nessa perspectiva, retomamos Cunha e Cintra (2001, p.543), Macambira (1999, p.42), Cegalla (2005, p.260) e Faraco e Moura (2004, p.395). Segundo Cunha (2007, p.553), a expressão consiste em um advérbio com valor semântico de “ em tempo algum, jamais (...)”.

(5)- É impressionante, Maria **nunca** chega no horário marcado.

(6)- Nós **nunca** saímos de casa no final de semana.

(7)- Eu já fiz muita coisa hoje e **nunca** parei.

Nas ocorrências acima, os falantes usam o termo na acepção proposta pela gramática tradicional: advérbio de tempo. O **nunca**, nessas ocorrências, pode ser substituído pelo **jamais**, que em sua acepção é também circunstanciador de temporalidade. Nos dados coletados, verificamos essa utilização pelos falantes em 06 ocorrências, o que corresponde a 15% do total

5.2.1.2 Nunca circunstanciador de negação comum

A percepção do uso do **nunca** com uma semântica diferente daquela prevista na gramática tradicional começa a ser confirmada nas ocorrências em que esse termo pode substituir o **não** – elemento de negação por excelência na língua portuguesa – sem prejuízo do sentido da frase.

(8) - O laboratório está aberto?
- Não sei, eu **nunca** fui lá hoje.

(9) - Como vai sua mãe?
- Eu **nunca** falei com minha mãe hoje.

(10) - A colega M. está faltando muito às aulas.

- Pois é, M. **nunca** veio.

Nas ocorrências (08 e 09), a temporalidade nos é dada pelo advérbio **hoje**, ficando a função da negação para o termo **nunca**. Esta possibilidade de uso já foi atestada no latim vulgar. Machado (1952, p. 1599), conforme descrito no capítulo 02 desta dissertação associa a etimologia do termo **nunca** ao *non* e nos afirma que “na linguagem latina familiar, este vocábulo era empregado por vezes em lugar de *non*, para negar com maior energia.”

Na ocorrência (10), a função de negação está depositada no **nunca** que nesse caso não carrega traços de temporalidade, o que pode ser confirmado pelos registros históricos que, segundo Martins (1996, p. 201), apontavam que esse termo, em sua semântica primária, podia funcionar como “um simples marcador de negação predicativa, enfático, mas sem valor temporal.”

5.2.1.3 Nunca circunstanciador de negação incisiva

Nesta função, figuram dois elementos negativos representados pelo **nunca** e pelo **não**. Os dois elementos atuam no mesmo contexto, o **nunca** negativo é reforçado pelo **não** no final da frase. Essa possibilidade de negar duas vezes na mesma frase é o que se denomina dupla negação. Essa função também é utilizada como estratégia de negação no Português do Brasil e, longe de se constituir uma novidade na língua, já era registrada conforme nos informa Said Ali, (1964, p.198) “na linguagem vulgar, os escritores antigos e ainda algumas vezes os quinhentistas empregavam sem restrições a negação dupla e até tríplice com efeito reforçativo.”

Tal função já havia sido detectada por nós na pesquisa efetuada sobre o *corpus* do Projeto de Estudo da Língua Falada no Oeste da Bahia (PELFOBA) conforme descrito no capítulo 02 - a construção das estratégias discursivas de negação – do qual retiramos o exemplo seguir:

Eu acho que não, num sei não, **nunca** ôvi **não**. (PELF03M)

Nas ocorrências com dupla negativa, presentes no *corpus* deste estudo, confirmamos a intenção do falante em negar incisivamente – negar por duas vezes - o que se quer comunicar, conforme as ocorrências que se seguem:

(01) - Hoje tem prova?

- Sim.
- Você estudou?
- Eu **nunca** estudei hoje **não**.

- (04) - Você viu Adriana?
- Eu **nunca** a vi hoje **não**.

- (11) - Você viu Elitânia?
- Eu **nunca** vi Elitânia, hoje, aqui ainda **não**.

No *corpus* deste estudo, observamos essa função em 06 ocorrências, o que representa 15% do total do *corpus*.

5.2.1.4 Nunca híbrido

A semântica do termo **nunca**, nas ocorrências que se seguem, coaduna duas funções diferenciadas: a temporalidade e a negação. Apesar de uma forte marca temporal, a esse **nunca** pode ser atribuído um valor de negação, visto que ele pode, sem prejuízo, ser substituído pelo não.

- (12) - Tenho que entregar o livro na biblioteca hoje.
 - Você **nunca** foi lá?
- (13) - Minha irmã está com o pé inchado, **nunca** melhorou!
- (14) - A água foi embora desde cedo e até agora não voltou.
 - Ai, meu Deus, e agora? Eu **nunca** banhei hoje.

Nessas ocorrências, que representam 32,5% dos dados coletados, o **nunca** apresenta-se com um valor meio temporal e meio negação a exemplo do que afirma Moura Neves (2000, p. 287): (...) “NUNCA e JAMAIS mesclam ideia aspectual e temporal ao valor negativo”.

5.2.2 Morfossintaxe do nunca

Ao analisarmos as ocorrências do item **nunca** no *corpus*, observamos que a posição do termo em estudo é sempre pré-verbal, sua classificação morfológica é

sempre advérbio e a função sintática não apresenta outra classificação que não seja adjunto adverbial de tempo, de negação e de tempo e negação amalgamados.

(15) - Viu o que fizeram com o livro da biblioteca?

- **Nunca** vi tamanha feiúra.

(posição pré-verbal, advérbio, adjunto adverbial de temporalidade).

(16) - Estou com muita fome, pois **nunca** tomei café hoje.

(posição pré-verbal, advérbio, adjunto adverbial de negação).

(17) - Vamos lá na cantina Sílvia, porque **nunca** tomei café da manhã hoje.

(posição pré-verbal, advérbio, adjunto adverbial de tempo e negação).

Dessa forma foi possível constatar que a posição do **nunca** na frase não interfere no processo de mudança semântica ora verificado.

5.3 A DIMENSÃO ARGUMENTATIVA DO PROCESSO DE NEGAÇÃO

Conforme mencionamos anteriormente nessa dissertação, a língua constitui-se como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com o objetivo de estabelecer relações comunicativas entre os usuários.

Consideramos também que reduzir o estudo da negação apenas ao seu caráter gramatical, não se relaciona, de forma eficaz, aos objetivos deste trabalho. Partilhamos com Neves (2000, p.285), a ideia de que a negação é uma operação que se estabelece nos níveis sintático-semântico e pragmático de um enunciado. É um processo de formação de sentido dotado de intencionalidade que se constitui pela interação entre interlocutores, contexto de uso, elementos sócio-culturais e objetivos com o propósito da eficiência na comunicação.

Ora, Villaça Koch (2004, p.17) afirma que a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade, assim pode-se inferir que o ato de argumentar constitui o ato linguístico fundamental. Também Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 150) defendem que a linguagem não é somente meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão.

Assim, inserir a negação nesse processo de interação social intermediado pela língua nos credibiliza a entender que a ação de negar também se constitui como recurso argumentativo. Para Perelman ([1958] 2005, p. 75) “a argumentação visa a provocar ou a incrementar “a adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão”.

Do ponto de vista da pragmática, considerando o contexto de uso, o que podemos observar é que o **não**, salvo quando se refere a conjuntos indeterminados “o que não é vivo”, “os que não pagam impostos” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA [1958] 2005, p. 149), subtende sempre ideias negativas, para baixo. É quase certo dizer-se que, ao ouvir um **não**, como resposta, ou um enunciado negativo, o interlocutor (auditório) tende a manter-se em posição de defensiva, de reação, de não aceitação e contestação dos argumentos, é o popularmente chamado *jus sperniandi*. Por isso, para ser aceito o **não** precisa ser enfatizado, reforçado. Convém observar, por exemplo, que na prática do cotidiano até as crianças desde a mais tenra idade, pelo simples balançar da cabeça ou do dedo ou, ainda pelo próprio pronunciar da palavra, absorvem o **não** como negativo, proibido. **Não** significa: “não pode”, “não pegue” “não vá”, ordens que a criança custa a obedecer. Esta observação pode se delinear como um elemento a mais para a necessidade de reforço na argumentação da negativa.

Ao negar, o falante também desencadeia uma ação sobre um indivíduo, objetivando a adesão de sua ideia por meios afetivos e racionais, o que pode também ser caracterizado como um ato argumentativo. Dessa forma, a negação também pode ser considerada como uma forma de “convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade.” (OLIVEIRA 2003, p. 28) Para essa autora, “a verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação.”

Em se tratando da Argumentação, entendemos que existe a argumentação retórica, cuja concepção moderna foi cunhada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) e a argumentação linguística desenvolvida por Ducrot (1970).

A primeira visa fazer alguém crer em alguma coisa, persuadi-lo, ou melhor, fazê-lo crer, unicamente por meio da palavra, do discurso, que é bom para ele fazer essa coisa. Nas palavras de Ducrot:

A persuasão exige que não somente se dê *razões* que constituem o que se chama *logos*, mas que se desenvolva, além disso, no ouvinte o desejo de crer verdadeiro (é o *páthos*) e, enfim, se confie no orador, que deve aparecer como alguém confiável, sério e bem intencionado. O orador deve, portanto,

dar, em seu próprio discurso, uma imagem favorável de si mesmo, o que corresponde ao que a retórica clássica chama de *éthos*. (DUCROT, 2009, p. 21) (grifos do autor)

A segunda (argumentação linguística) postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua.

É ainda Ducrot (2009, p. 23), que, discutindo sobre a argumentação retórica e a argumentação linguística, afirma “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições toda palavra, tenha ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão à argumentação.

Exemplificando com as palavras **perto** e **longe** explica que se X e Y devem ir juntos a algum lugar sabem exatamente a distância que eles estão do lugar. X propõe ir a pé. Se Y estiver de acordo poderá responder “Sim, é perto”, mas se quiser recusar poderá dizer não, é longe. O que muda entre perto e longe não é a distância, mas a exploração argumentativa dessa distância. De modo que a escolha das conclusões sim ou não já está inscrita no próprio sentido do argumento. Transferindo o exposto para o nosso foco de pesquisa, *mutatis, mutandi*, tomamos **nunca** e **ainda** nos enunciados “Eu nunca recebi dinheiro esse mês não” e “Eu ainda não recebi dinheiro esse mês não.” que parecem dizer a mesma coisa. Observem, porém, que empregando **ainda** enfraquecemos a negativa. **Ainda** me remete ao fato de que posso receber a qualquer hora, a minha reclamação, portanto, não é de todo pertinente: “Eu ainda não recebi, **mas** vou receber” quanto a **nunca**, não só induz à perspectiva de “o salário está atrasado” como também à possibilidade de não receber mais este mês e a reclamação, nesse caso, teria fundamento. Eu nunca recebi, **portanto** não vou receber mais.

Seria difícil embasar o nosso trabalho com a negação a partir dos postulados da argumentação retórica já que essa teoria elenca uma série de argumentos (logos) que deveriam presidir o efeito argumentativo do enunciado. No entanto não podemos, do mesmo modo, descartar o fato de que o reforço da negação visa à persuasão, intenção primeira da argumentação retórica (persuadir o chefe de que meu salário está atrasado e precisa ser pago, minha mãe de que estou com muita fome e preciso urgente de alimento etc) Aliás, o próprio Ducrot, (2009, p. 24), assinala que há argumentação linguística na argumentação retórica e vice-versa e aponta pelo menos três possibilidades para que isso aconteça. Não entraremos, porém, nesse nível de discussão que não acrescentaria muito ao nosso estudo.

Compreendemos que para melhor discutir a dimensão argumentativa da negação as idéias de Ducrot (1987) são necessárias e essenciais. Esse autor propôs uma Teoria da Argumentação na Língua que vem sendo reelaborada desde os anos 70, e mantém ainda o princípio básico original em que se postula que a argumentação é imanente à língua. Isso significa admitir que a argumentação é intrínseca à língua e se manifesta nas estruturas linguísticas, impondo determinadas argumentações em detrimento de outras. O objetivo principal desta teoria é explicar o funcionamento da língua e por isso a toma como o seu objeto de estudo afirmando que há algo no dizer que não está no dito. É interessante observar que esta atividade argumentativa se manifesta paralela ao ato da fala, assim é possível inferir que todas às vezes que se fala, indubitavelmente se argumenta.

Não é objetivo desta dissertação detalhar toda a teoria de Ducrot, apenas a título de informação, salientar que a argumentação em um primeiro momento se constituiu como um elemento necessário para a apreensão do sentido no enunciado. Assim, podemos inferir que essa argumentação inscrita na língua advinha apenas de uma única voz presente no enunciado. O que logo em seguida foi revisto por entender que a construção do sentido se dava no confronto das diversas vozes que continham um enunciado. Desta forma, foi instaurado o esboço de uma teoria polifônica da enunciação ducrotiana da linguagem.

Ducrot (1987) mostra como se processa essa polifonia. O sentido de um enunciado está atrelado à descrição de sua enunciação que por sua vez é composta por uma pluralidade de vozes apresentada pelo locutor. Assim, esse autor distingue os dois participantes efetivos do discurso os locutores e os enunciadores. “O locutor é o responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes”. (DUCROT, 1987, p. 193) A posição de locutor é sempre marcada pela presença da primeira pessoa. O enunciador se responsabiliza por sustentar pontos de vista e atitudes apresentados pelo locutor. Dessa forma, é possível observar na teoria ducrotiana que a interpretação de um discurso somente é possível quando atrelada a uma pluralidade de vozes que se diferem da voz do locutor.

Como uma forma de polifonia, a negação aparece nos estudos de Ducrot como um fato da língua em que há a plurivalência de perspectivas. A estrutura polifônica elementar da negação se configura com a presença de um locutor L, responsável pelo enunciado, que mobiliza duas diferentes perspectivas: uma que apresenta a afirmação

que posteriormente será posta à prova pela segunda perspectiva que se relaciona com a negação. Esta, normalmente, é a assimilada por L. Para exemplificar Ducrot (1987, p. 204) apresenta o enunciado “Pedro não é inteligente” e o analisa. Há um locutor L, responsável por esse enunciado, que mobiliza um ponto de vista afirmativo segundo o qual Pedro é inteligente e a que L não se assimila, assim como uma segunda perspectiva, a negativa da qual L comunga. A esse tipo de negação Ducrot chama de polêmica e é tida como a mais corriqueira e se distingue da metalinguística e a descritiva.

Reconhecendo que a ocorrência de dois enunciadores subjaz a descrição geral da negação, Ducrot (1987, p. 203-204) distingue três tipos de negação: a negação polêmica, negação metalinguística e a negação descritiva. A negação polêmica traz em si dois enunciadores com pontos de vista antagônicos, conforme vimos no exemplo acima Pedro não é inteligente. A presença do elemento **não**, no exemplo, possibilita desencadear sentidos implícitos inscritos na estrutura da língua, que podem ser chamados de **ditos** e **postos**. Pedro não é inteligente é o posto e o dito é Pedro é inteligente. Esse autor ainda considera que este tipo de negação corresponde a maior parte dos enunciados negativos.

A negação metalinguística é aquela em que dois locutores se opõem e há contradição ao que já foi dito. Como pode ser observado no exemplo: Pedro não é inteligente, ele é genial. Neste a falta de inteligência não se sustenta por conta da instauração da perspectiva que afirma sua genialidade.

Outro tipo de negação considerado por Ducrot é a descritiva, caracterizada como um derivado delocutivo da negação polêmica. A negação descritiva ocorre quando o locutor instaura em um enunciado um dado negativo que sirva para representar um estado das coisas sem que haja oposição a um discurso contrário, como se pode perceber no exemplo: O que você pensa de Pedro? Pedro não é inteligente. Observa-se que também na negação descritiva há um outro ponto de vista implícito recuperado pela interpretação que reconhece a não inteligência de Pedro e ao mesmo tempo também, implicitamente, se aceita a ignorância de Pedro.

Observando que toda estrutura linguística traz em si instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados, é possível afirmar que o objeto de estudo desta dissertação – o nunca - carrega outros sentidos que podem ser marcados pelo posicionamento do locutor e seus enunciadores.

Considere o contexto no qual A ao conversar com B sobre o recebimento do salário, obtém a seguinte resposta: **(18)** Eu nunca recebi salário esse mês não. É possível detectar nesse enunciado os seguintes enunciadores:

E1: Eu recebo salário mensalmente.

E2: Eu ainda não recebi salário esse mês.

E3: Eu não recebi salário esse mês não.

Levando-se em consideração os enunciadores, as diferentes vozes ditas e não ditas colocadas em cena, pode-se dizer que o locutor B ao se responsabilizar pelo enunciado “Nunca recebi salário esse mês”.; ativa pontos de vista diferenciados: o primeiro que afirma o recebimento de salário, um outro que nega parcialmente o não recebimento do salário e por último outro ponto de vista é acionado mostrando com bastante veemência que não houve o recebimento do salário o que nos leva a inferência do atraso do salário. Percebe-se, pois que o sentido do enunciado em questão resulta do confronto entre esses diferentes pontos de vista inseridos em um discurso. O exemplo dado pode ser considerado na perspectiva ducrotiana como uma negação polêmica.

Pode-se dizer nesta perspectiva que o direcionamento argumentativo do enunciado analisado está inscrito na palavra **nunca** que por sua vez somente possui sentido se vinculado a um discurso como vimos no exemplo acima. O **nunca** ao se constituir como um elemento negativo na região oeste se posiciona com maior grau de argumentatividade comparado ao item não, elemento legalizado pela gramática como essencialmente negativo. Para comprovar isso basta que observemos os seguintes enunciados:

a) Como vai sua mãe?

Eu não falei com minha mãe hoje.

b) Como vai sua mãe?

(9) Eu **nunca** falei com minha mãe hoje.

A negação na alternativa a, representada pela partícula não, possibilita questionamento como por que não falou?; o que permite levantar dúvidas sobre a resposta recebida o até mesmo não aceitá-la. Enquanto que a negação na alternativa b, representada pelo item **nunca**, nega mais incisivamente não deixando possibilidade de questionamentos.

Diante do que foi exposto e pelos exemplos arrolados, acreditamos poder afirmar que o reforço da negativa se constitui em uma estratégia argumentativa e

convoca não só a argumentação na língua aos moldes de Ducrot, mas aciona também a argumentação retórica no momento em que visa a persuasão. Reconhecemos que a teoria polifônica da negação poderia ter sido mais explorada o que não fizemos pelo limite de tempo. Fica a promessa de aprofundá-la em trabalhos subsequentes.

5.4 O NUNCA DE ADVÉRBIO DE TEMPO A ADVÉRBIO DE NEGAÇÃO – UM PERCURSO DE RECATEGORIZAÇÃO SEMÂNTICA

Após apresentadas as dimensões semânticas adquiridas pelo **nunca** nas ocorrências do *corpus* deste estudo, passamos a análise propriamente dita desses dados.

Conforme a Tabela 1, o **nunca** nos contextos analisados apresentou frequência de 15% para o Nunca Circunstanciador de temporalidade (Advérbio de Tempo), 42,5% para Nunca Circunstanciador de Negação Comum (Advérbio de Negação), 10% para Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (ou Dupla Negação) e 32,5% para o Nunca híbrido (Advérbios de Tempo e Negação amalgamados). Tais resultados nos autorizam a dizer que o termo em estudo encontra-se, realmente, em processo de mudança. Definidas essas funções, passamos à observação dos processos pelos quais esse item passou para que redundasse nas funções encontradas.

5.4.1 Os princípios de Hopper

Dito isso apresentamos a trajetória de mudança percorrida pelo termo *nunca*, fundamentando-nos nos princípios de Hopper (1991), conforme descrito na seção que contempla os pressupostos teóricos da gramaticalização.

Estratificação: Considerando que esse princípio indica que novas camadas estão continuamente emergindo e que coexistem e interagem com as camadas mais antigas, o estudo sobre o termo em pauta, mostra que esse termo estratificou-se de seu uso canônico (19) para outros emergentes, quais sejam, circunstanciador de negação simples (20), circunstanciador de negação incisiva ou dupla negação (21) e numa função híbrida que coaduna tempo e negação (22):

(19) - Você conhece aquele carinha, lá?

- **Nunca** vi mais gordo.

(20) - Por que você está tão pálida?

- Acho que é porque eu **nunca** comi hoje.

(21) - Você já almoçou?

- Eu **nunca** almocei hoje não.

(22) – (A orientadora da escola entra na sala da coordenação pedagógica, entrega uma correspondência para ser revisada, uma professora lhe pergunta as horas e a orientadora responde:)

- Ai, meu Deus! Já são 11h30, estou com infecção urinária e **nunca** bebi água.

Divergência: Esse princípio, segundo Hopper (1991, p. 22), postula que o termo, após sofrer estratificação, continua a ser usado em sua acepção original podendo sofrer outras modificações, ou seja, continua a ser usado como elemento autônomo. Considerando ser esse um caso de estratificação, tanto a forma original (23) quanto as formas emergentes (24), (25) e (18) continuam a ser usadas. Este estudo mostra que o advérbio **nunca** está sendo usado na cidade de Barreiras como partícula formadora de sentenças negativas, mas ainda continua sendo empregado na língua como advérbio de tempo.

(23) - Olhe quem está entrando na biblioteca, vou chamá-lo para você.

- Não, não **nunca** te dei intimidade para isso.

(circunstanciador de temporalidade canônico)

(24) - Estou com desejo de chupar cajuí. Você viu se já está aparecendo na feira?

- Eu **nunca** fui à feira nessa semana.

(circunstanciador de negação simples)

(25) - Luciana chegou cedo hoje nesta escola, e **nunca** foi embora! (híbrido)

(18) - Eu **nunca** recebi dinheiro esse mês **não**.

(circunstanciador de negação incisiva)

Persistência: Pelo critério da persistência, temos que num item, mesmo estratificado, pode ter a permanência do significado lexical original refletido nas formas emergentes, independentemente do ponto sincrônico em que esta forma se encontre. Nas ocorrências do *corpus* em questão, embora a frequência das funções adquiridas pelo **nunca** registrem seu processo de mudança na fala de Barreiras, é possível inferir a noção de tempo que subjaz à sentença, quer seja pela presença de um outro advérbio de tempo (26) quer seja pelo amalgamando de funções percebidas na classificação a que denominamos híbrida (27):

(26) - Estou te achando meio pálida.

- Eu **nunca** almocei hoje.

(27) (A professora estava indo para a sala de aula antes de terminar o intervalo quando a aluna diz):

- Professora, **nunca** bateu!

Decategorização: O Princípio da Decategorização prevê que a alternância das propriedades de uma unidade linguística permite que essa unidade se torne membro de novas categorias, em função de uma reanálise categorial. Isso é o que permite enquadrar uma mesma forma em diversas categorias. (HOPPER, 1991. P.22). Por esse princípio, a noção de categoria é relativizada e o que passa a existir são graus de categorialidade. Sabemos que nosso objeto de estudo – o termo **nunca** – pertence a uma categoria dita “secundária”, o advérbio. Nas ocorrências analisadas neste estudo, o **nunca** não muda de categoria gramatical. O que temos é um enfraquecimento de sua posição de advérbio de tempo, o que faz emergir o aspecto de negação nele também contido. Nas ocorrências analisadas isto se dá de três maneiras: (28) o **nunca** como circunstanciador de negação simples (o nunca deixa de significar tempo e passa a significar somente negação); (29) **nunca** com função semântica híbrida (o mesmo item carrega as funções de tempo e negação) e, conforme já visto na ocorrência (21), o **nunca** como circunstanciador de negação incisiva (o **nunca** e o não atuam na mesma sentença e constituem dupla negação e o status de tempo do advérbio **nunca** é preenchido por outro advérbio):

(28) - Eu **nunca** desisti desse curso, porque se eu desisti minha mãe me mata!

(29) - (Batendo na porta do banheiro)

- Anda, anda depressa.

- Eu **nunca** banhei hoje.

(21) - Você já almoçou hoje?

- Eu **nunca** almocei hoje não.

5.4.2 Os princípios de Heine

Os princípios (critérios) de gramaticalização acima analisados, podem ocorrer com outros processos durante o percurso de mudança de um item. Para Heine (2003, p.579), esses processos são a dessemanticização (ou “branqueamento” redução semântica) que significa perda em termos de conteúdo; a extensão (ou o contexto de generalização) que se refere à utilização do item em novos contextos; a decategorização que ocorre a partir da perda das propriedades morfossintáticas característica da fonte de formas, incluindo a perda do estatuto de palavra independente (cliticização, afixação) e a erosão (ou redução fonética), que consiste na perda de substância fonética. Os dados deste estudo, quando submetidos a esses processos, revelaram que na trajetória do item **nunca** - de advérbio de tempo para negação - ocorreu o processo de dessemanticização, ou seja, houve uma redução semântica do sentido original - tempo - que deu lugar total ou parcialmente ao sentido de negação.

5.4.3 Iconicidade e Marcação na trajetória do nunca

Os princípios subjacentes à gramaticalização, quais sejam iconicidade e marcação, como já discutido na seção que trata dos pressupostos teóricos, tratam de uma intencionalidade do falante que busca expressar-se por meios “de novas funções para velhas formas”. Considerando que o item em estudo, o **nunca**, na fala de Barreiras está sofrendo um processo de mudança, mostramos a seguir se a iconicidade e a marcação tem feito emergir esse processo de gramaticalização.

5.4.3.1 O princípio da iconicidade

O princípio da iconicidade, que se divide em três subprincípios – ordenação linear, quantidade e proximidade - leva em conta que o falante, de algum modo, faz corresponder a forma da palavra com o significado que ela expressa no discurso. Ao contrário da perspectiva saussuriana, esse princípio supõe que o uso de nova uma palavra ou a atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente é sempre motivado. Analisando os dados do *corpus* deste estudo, percebemos a imanência desse princípio nas funções semânticas emergentes do **nunca** que surgiram da noção de temporalidade característica dos advérbios de tempo e se mostram como negativas coocorrendo com sua função semântica original.

Em relação aos subprincípios da iconicidade, os dados do *corpus* em estudo apontaram o subprincípio da quantidade “segundo o qual quanto maior a quantidade de informação, maior será a quantidade da forma de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa.”(WILSON e MARTELOTTA, 2008, p. 83), como é possível perceber nas ocorrências cuja função semântica mostra-se sob a forma de dupla negação. O **nunca**, ao perder seu status de tempo para outro advérbio de mesma característica na sentença, passa a compor com o não a semântica de circunstanciador de negação incisiva: (i) Eu **nunca** almocei **hoje** não. Nessa ocorrência, a iconicidade se manifesta na relação entre a intensidade da negação e a quantidade de material lingüístico requerido para isso – o **nunca** e o não.

5.4.3.2 O princípio da marcação

O princípio de marcação, conforme Gívon (1995, p. 26-27) é dependente do contexto de ocorrência, uma vez que uma dada estrutura pode ser marcada em um contexto e não marcada em outro. Por marcado e não marcado, entende-se que na análise de um par em contraste um atua com a presença de uma propriedade e outro com a ausência desta. A distinção das categorias marcadas não-marcadas dá-se por meio da confluência dos critérios de complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva na análise das estruturas. As ocorrências desse estudo apontam que as negativas emergentes verificadas na fala de Barreiras são marcadas em relação às ocorrências investigadas em estudos de outras regiões:

- A Jesse não almoçou hoje.

(30) - A Jesse **nunca** almoçou hoje.

O fato de a ocorrência (30) ser marcada em relação à ocorrência “A Jesse não almoçou hoje” está ligado a uma maior intensidade no ato de negar traduzida pelo **nunca**. Fatores comunicativos, sócio-culturais e cognitivos estão intimamente envolvidos tanto na iconicidade quanto na marcação.

5.4.4 Mecanismos motivadores da gramaticalização

Nos processos de gramaticalização estão envolvidos os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia: aquela associada a questões de representação e esta a questões de informatividade e relevância na comunicação.

De modo geral, entendemos a metáfora como uma transferência semântica em que uma forma ou construção linguística passa a ser utilizada com um novo significado, porém estreitamente relacionado com o significado que possuía anteriormente. Dessa forma, itens abstratos são entendidos a partir de itens concretos. O mecanismo cognitivo da metonímia dá-se quando um item em um contexto determinado, tem outro sentido adicionado ao seu sentido original, tornado-se esse segundo sentido gradualmente relacionado ao sentido do item.

No *corpus* deste estudo, verificamos a atuação desses dois mecanismos. Pelo viés metafórico, a mudança semântica do **nunca** é implementada pela transferência do domínio tempo – sentido primário - para o domínio da negação. O aspecto metonímico pode ser observado no estágio intermediário na mudança do domínio tempo para o domínio negação quando emerge do contexto o termo **nunca** no sentido de negação. A nova função semântica (negação) agora atribuída ao **nunca** foi gerada por outro mecanismo de mudança (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p.194) denominado pressão de informatividade. O que percebemos numa ocorrência como Eu **nunca** almocei **hoje não**, é a impossibilidade de interpretarmos o **nunca** levando em consideração apenas o seu sentido primário de temporalidade, definido por alguns gramáticos como uma delimitação de tempo universal, ou seja, em nenhum tempo, em nenhum momento Eu almocei. A presença do advérbio hoje neste mesmo contexto obriga a uma nova interpretação do **nunca**, uma vez que este foi esvaziado

de seu sentido de temporalidade. Percebemos que tal fato advém da manipulação discursivo-pragmática dos conceitos que se sujeitam a fatores contextuais na interpretação. Por esse mecanismo, a função semântica emergente negação pode ser inferida do sentido primário: tempo.

À guisa de fechamento dessa seção, consoante os indícios de gramaticalização coletados, podemos concluir que o processo de transferência semântica de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato envolvendo o item **nunca** na fala de Barreiras é representada pelo seguinte *cline*: **tempo > tempo/negação > negação**, corroborando a proposta de Hopper e Traugott (1993, p.49):

$$A > \left\{ \begin{array}{c} A \\ B \end{array} \right\} > B$$

$$A > A \sim B > B$$

Nesse esquema temos, inicialmente, um estágio considerado primitivo A, que é indicado pelo **nunca** temporal. Em seguida, um momento de coexistência, ou seja, um ponto de intersecção A-B, corresponde à amálgama de tempo e negação e, finalmente, contextos em que observamos o **nunca** na sua nova função. A função B, que ocorre graças ao auxílio de elementos que bloqueiam a semântica de temporalidade do termo estudado, como os termos **hoje, nessa semana e mais** exemplificados a seguir: Eu nunca almocei **hoje.**; Eu nunca fui à feira **nessa semana.**; Cadê o livro que você ficou de me trazer? Eu nunca me lembrei **mais.** Dessa forma tais retratam de forma contundente o processo de mudança semântica por que passa o item **nunca**.

Tanto a transferência metafórica (ou transferência semântica) que aproxima domínios cognitivamente diferentes, quanto a transferência metonímica (ou motivação pragmática) que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto estão a serviço da resolução de problemas relacionados à expressividade dos falantes e à sujeição desses à pressão de informatividade.

CONCLUSÃO

A língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações. (CASTILHO, 2010, p.64)

A língua não se sujeita à uma perspectiva reducionista que a concebe como um simples conjunto de palavras e de construções das quais nos valem quando queremos representar o mundo. Tampouco pode ser analisada como um objeto autônomo, uma vez que sua estrutura maleável, sujeita às pressões originadas das diferentes situações comunicativas, é o que ajuda a determinar a sua estrutura gramatical. Sendo assim, a gramática também é vista como um organismo maleável, adaptável às necessidades comunicativas e cognitivas do falante, mas ao mesmo tempo, como toda e qualquer gramática, é subsidiada por padrões morfossintáticos estáveis e sistematizados pelo uso, como afirma Furtado da Cunha (2008).

A escolha do falante pelo item **nunca** tem um significado; o lugar desse item no sintagma, outro; e a combinação desse item com outro elemento, significa outra coisa. Esse caráter multifuncional é, outrossim, a prova da liberdade que o falante tem de atribuir novos papéis a velhas formas revitalizando sua utilização em novos contextos, consoante as suas necessidades comunicativas.

A investigação do item em tela revelou particularidades funcionais dessa construção linguística, cuja recorrência no discurso dos falantes de Barreiras mostrou que sentidos emergentes surgiram da manipulação do item **nunca** calcada na perspectiva que esses falantes tomam em relação ao que está sendo dito.

Não obstante já termos feito, no decorrer deste estudo, as observações que aqui colocaremos como finais, é necessário que retomemos o percurso por nós empreendido para a consecução dos objetivos que foram propostos: interpretar o processo de mudança que envolve o item **nunca** e também indicar as implicações discursivas desse processo; identificar fatores linguísticos e/ou funcionais que influenciam as ocorrências de diferentes construções negativas; identificar como se manifesta o princípio de iconicidade nas construções negativas em estudo; demonstrar a trajetória de gramaticalização nas construções negativas com o item **nunca na** cidade de Barreiras e o seu valor argumentativo.

Iniciamos essas considerações pelo *corpus* por considerar que as observações e indagações feitas sobre este é que proporcionaram o nascimento deste estudo. O incômodo inicial diante da utilização espontânea e diferente do **nunca** sempre esteve no bojo deste estudo.

Reforçamos que o foco central e orientador da pesquisa é funcionalista e que a concepção de língua na qual esta se ancora é aquela que prevê sua manipulação pelo falante. Optar por este foco, obrigou-nos à concatenação de vários aspectos desta teoria, quais sejam: os princípios de identificação do processo de gramaticalização; princípios subjacentes a esse processo: iconicidade e marcação; e a gênese cognitiva representada pela metáfora e metonímia aliados à teoria multissistêmica da linguagem.

Em relação à sistematização dos resultados, ressaltamos que a escolha por um trabalho de natureza qualitativa não implicou o desprezo aos dados quantitativos, uma vez que esses funcionaram como suporte para nossas interpretações, o que seguramente nos orientou para a confirmação da hipótese levantada, conduzindo-nos às seguintes conclusões.

Ao descrever e analisar as 40 ocorrências com o item **nunca**, verificamos que o mesmo funcionou como circunstanciador de temporalidade (advérbio de tempo) em 15% das ocorrências; como Circunstanciador de Negação Comum (Advérbio de Negação), em 42.5%; como Circunstanciador de Negação Incisiva (ou Dupla Negação) em 10% e em função híbrida (Advérbios de Tempo e Negação amalgamados) em 32,5% das ocorrências.

Constatamos, portanto, que a recorrência maior de uso do termo pesquisado se dá com o **nunca** com função de circunstanciador de negação comum (advérbio de negação). Esse uso, que concluímos ser um processo de gramaticalização, coocorre com as outras funções semânticas emergentes: circunstanciador de negação incisiva (dupla negação) e híbrida (funções de tempo e negação amalgamadas), além da função original do **nunca**: advérbio de tempo.

A análise do **nunca** nessas ocorrências, evidenciou que a posição do termo em estudo é sempre pré-verbal, sua classificação morfológica é sempre advérbio e a função sintática não apresenta outra classificação que não seja adjunto adverbial de tempo, de negação e de tempo e negação amalgamados.

A aplicação dos critérios/princípios de gramaticalização propostos por Hopper demonstrou que somente o critério de especialização não se aplica ao *corpus* estudado.

Isto porque o item **nunca**, embora tenha comprovado seu processo de mudança no falar de Barreiras, encontra-se ainda em estágio incipiente de gramaticalização o que impede a seleção de uma única função pelos falantes.

Destacamos a aplicação do critério de persistência, uma vez que este demonstrou que o **nunca**, mesmo experimentando um processo de gramaticalização, permaneceu com algo de seu sentido original enquanto advérbio.

Os dados, quando submetidos aos critérios de Heine, mostraram que dos critérios propostos é a dessemantização que atua no surgimento das funções emergentes do **nunca**, uma vez que o que ocorre é uma perda em termos de conteúdo: a função temporal se estratifica em outras funções cujo sentido orienta-se para a negação.

Concluimos também que a iconicidade, processo subjacente a gramaticalização, é o que faz emergir a variação na utilização do item em questão e o conduz à mudança. Ao observar que a relação entre o item **nunca** e suas funções é motivada pela relação estabelecida entre a forma linguística **nunca** e suas funções emergentes, percebemos que a busca por expressividade propicia aos falantes a atribuição de um sentido novo a uma forma já existente, desconsiderando para isso a relação de arbitrariedade proposta no estruturalismo.

Em um domínio discursivo foi possível perceber a ausência de uma marca num contexto binário pela presença dessa marca numa das faces desse contexto. A marcação, neste estudo, manifesta-se a partir da expressividade advinda do **nunca** em comparação a situações em que esse espaço é ocupado pelo **não** e ainda nas situações em que esse item coaduna as funções de tempo e negação. Dessa forma, a negação na fala de Barreiras é intensificada - mais marcada - em relação a outras regiões do país.

A metáfora e a metonímia são as vias de acesso ao processo da semanticização, ou seja, ao processo de alteração semântica por que passa o item **nunca** que é um dos processos de mudança linguística *pari passu* à gramaticalização. Para a extensão de seu sentido, observamos nesse estudo, uma transferência semântica do domínio tempo para o domínio da negação, momento em que emerge outra função semântica a negação, corroborando assim o processo de gramaticalização por que passa o termo **nunca** na fala de Barreiras, oeste da Bahia, hipótese por nós levantada quando do início desta pesquisa.

Retomando aqui as ideias trabalhadas vimos que no *corpus* analisado, o **nunca** apresentou indícios de mudança na qual caminha, conforme o *cline* que indica a

passagem de um item gramatical para mais gramatical. Tal constatação foi possibilitada pelo alcance dos objetivos propostos. Faz-se necessário lembrar que esse item embora agora agregue outras funções ao seu escopo semântico não se destitui por completo de sua origem como advérbio de tempo.

Reconhecemos que a teoria polifônica da negação poderia ter sido mais explorada o que não fizemos pelo limite de tempo. Fica a promessa de aprofundá-la em trabalhos subsequentes.

Acreditamos, no fecho desta dissertação, que a teoria da gramaticalização constitui-se importante referencial para a análise de mudanças inerentes à língua. Considerando o princípio funcionalista que prevê a atribuição de “novos sentidos a velhas formas”, esperamos ter lançado outro olhar sobre a pesquisa da negação no Português Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova Reunião**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho. Negativa pré- e pós-verbal: implementação e transição. In COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça; RAMOS, Jânia Martins. **Dialeto mineiro e outras falas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1985.
- ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Oeste baiano 2000** – livro agenda. Barreiras, 1999.
- ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Barreiras, uma história de sucesso**. Barreiras: Cangraf, 2005.
- AZEREDO, José Carlos. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1973.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BENTES, Anna Christina (Org). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra, 1712-1728. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios>> Acesso em abril de 2011.
- CALDAS AULETE Francisco Júlio de. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. v.2.2.ed. Lisboa, 1925.
- CAMARA Jr.J.M. **Dicionário de lingüística e gramática**. São Paulo: Vozes, 1986.
- CAMPOS, Lucas Santos. **A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo**. 2001. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal daBahia, Salvador-Ba.
- CAMPOS, Lucas Santos. Evangélico, cristão, crente: uma caso de ressemantização. In: Meira Vivian (org.) **Português brasileiro: estudos funcionalistas e sociolingüísticos**. Salvador: Eduneb, 2009.
- CARVALHO, Cristina. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas - SP.

CASTILHO, Ataliba. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba. **Introdução à linguística cognitiva**. Relatório científico submetido à FAPESQ, 2001 (inédito)

CASTILHO, Ataliba. Proposta funcionalista de mudança linguística. Os processos de lexicalização, semanticização, discursivização na constituição das línguas. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (orgs.) **Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASTILHO, Ataliba. A gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador: UFBA, n° 19, 1997. p.25-64.

CAVALCANTE, Rerisson. **A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes**. 2007. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador – Ba.

CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2005.

CUNHA, Celso. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **A nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2007.

DALH, Östen. Typology of sentence negation. **Linguistics**. v. 17, 1979, p.79-106. Disponível em: <<http://www.reference-global.com>> Acesso em abril de 2011.

DUBOIS, John. Competing motivations. In: HAIMAN, John (ed) **Iconicity in Syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1985. P.343-365.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v 44, n. 1, p. 20-25, jan/mar. 2009.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, Carlos Emilio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática**. 19. ed. São Paulo: Ática, 2004.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. A Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião;

CEZARIO Maria Maura (orgs.) **Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.167- 190.

- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (org.). **Procedimentos discursivos na fala de Natal**: uma abordagem funcionalista. Natal: EDUFRN, 2000.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZÁRIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-55.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. P.159-176
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; FERNANDES DE OLIVEIRA Nubiá. Os advérbios já, mais e ainda nas orações negativas. **Revista de estudos lingüísticos**. Belo Horizonte, v.2,1993. p.63-77.
- GALVÃO, Vânia C. Casseb. A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização. **Scripta**: revista do Programa de Pós-graduação em Letras do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiro da PUC Minas, Belo Horizonte, v.4, n.7, 2000. p.44-59.
- GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.
- GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax**: a functional-typological introduction. v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- GOMES, Alfredo. **Grammatica portuguesa**. 18.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-
- GALVÃO, Vânia Cristina. **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.
- HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K.. **Explorations in the functions of language**. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard. (eds.) **The handbook of historical linguistics**. Oxford:Blackwell Publishing, 2003.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HISTÓRIA de Barreiras. Disponível em: <www.historiadebarreiras.com.br> Acesso em março de 2012.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth;

HEINE, Bernd (eds). **Approaches to grammaticalization**. v.I Amsterdam: John Benjamins, 1991. p.17-36.

HOPPER, Paul. Emergent grammar. In: **Berkley linguistic society**. v. 13, 1987. p. 139-157.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Gramaticalization**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

HOPPER, Paul. Some recent trends in grammaticalization. **Annual Review of Anthropology**. n. 25, 1996. p.217-236.

HOUAISS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de; MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. **Dicionário Houssais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUBER, Joseph. **Gramática do Português antigo**. Tradução do original alemão intitulado ALTPORTUGIESISCHES ELEMENTARBUCH. Trad. Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

LEITE, José F. Marques; JORDÃO, A. J. Novaes. **Dicionário latino vernáculo**. Rio de Janeiro: Editora Labor vincit, 1943.

LEHMANN, Christian. Thoughts on Grammaticalization a programmatic sketch. **akup**, n.48, v.1.1982. p.1-25;120-160.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

MACEDO, Diana M. Surez M.; CALDAS, Thereza; BRAZIL, Bere. **Resumo histórico das nossas origens**. Barreiras: Prefeitura Municipal de Barreiras, 2001.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, [1952?].

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T.; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica;

OLIVEIRA, Mariangela; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T. **Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional**. Rio de Janeiro, 1993. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.discursogramatica.letras.ufjf/download/tese_doutorado_martelotta.pdf> Acesso em 10 de julho de 2011.

MARTINS, Ana Maria. Aspectos da negação na história das línguas românicas: da natureza de palavras como nenhum, nada, ninguém. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, XII., 1996, Braga. **Actas do XII encontro nacional da associação portuguesa de linguística**. Braga, 1996. Disponível em: <<http://www.apl.org.pt/actas/xii-encontro-nacional-da-associação-portuguesa-da-linguistica.html>> Acesso em 12 de outubro de 2011.

MARTINS, Ladigenia,. **Bom e bem e suas multifunções na fala da região sul do Brasil**. 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Honoré Champion, 1975 [1912].

MILANEZ, Wânia. **Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português**. Campinas: Sama, 1993.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em:<<http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios>> Acesso em abril de 2011.

MOURA NEVES, Maria Helena. **A gramática funcional**. Campinas: Martins Fontes, 1997.

MOURA NEVES, Maria Helena. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

MOURA NEVES, Maria Helena. **Que gramática estudar na escola? norma e uso na Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA NEVES, Maria Helena. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. **Annual Review of Anthropology**. v. 13 p.97-117.

- MULDER, Walter de. La linguistique diachronique, les études sur la grammaticalisation et la sémantique du prototype : présentation. In: **Langue française**. v. 130, n.1, p.8-32, 2001.
Disponível<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_00238368_2001_num_130_1_1024> Acesso em março de 2012.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Portugal. Clássica, 1930.
- OLIVEIRA, Jaciara Ornélia Nogueira de. **Enlaces e desenlaces entre participios e gerúndios**. 2004. 2 v. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador – Ba.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Bentes. (Orgs.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**.V.2. São Paulo, Cortez, 2003. p.17-43
- OTHERO, Gabriel de Ávila. A negação nas línguas: um universal lingüístico. In: **Revista eletrônica do instituto de humanidades**. v. VI, n. XXIII, p.18-31, 2007.
Disponível
em:<<http://publicações.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/58/62>> Acesso em abril de 2011.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.) **Introdução à linguística**. v. 3, São Paulo: Cortez, 2004.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- REGO, Lana. O funcionalismo. In: MOLLICA, Maria Cecília. **Linguagem para formação em letras, educação e fonoaudiologia**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-64.
- RONCARATI, Cláudia. A negação do Português falado. In: RONCARATI, Cláudia;
- MOLLICA M. Cecília (orgs). **Varição e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüísticageral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 18, 19, 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHWENTER, Scott A. Fine tuning Jespersen's cycle. In: **Drawing the boundaries of meaning: neo-gricean Studies in pragmatics and semantics in Honor of Laurence R. Horn.** Ed. By Betty J. Birner and Gregory Ward. Amsterdam: Benjamins, 2006. Disponível em: <<http://people.cohums.ohio-state.edu/schwenter1/horn%20festschrift%20revised.pdf>>. Acesso em abril de 2011.

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. **Estrutura de negação em uma comunidade rural afro-brasileira.** Disponível em: <www.hyperion.ufba.br/_texts/2004-2/arivaldosouza.doc>. Acesso em março de 2012.

SOUZA, Edson Rosa Francisco. **Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no Português Brasileiro: um estudo sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional.** 2009. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas - SP.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista.** 2003. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - 2003.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latim-português.** Porto: Gráficas Reunidas, 1942.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNIG, Ekkhard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. **Approaches to grammaticalization.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p.189-218.

WILSON, Victoria; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2008. p.72-86.

VILLAÇA KOCH. **Argumentação e linguagem.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004

VOTRE, Sebastião; NARO, Anthony. Mecanismos funcionais do uso da língua. **DELTA**, São Paulo, v.7, n.2, 1989. p. 169-184.

VOTRE, Sebastião. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 27-43.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Dados dos Informantes

INFORMANTE	IDADE	ESCOLARIDADE	GÊNERO
1	17	EM	F
2	23	ES	M
3	34	ES	F
4	23	ES	F
5	16	EM	M
6	40	EM	M
7	30	ES	F
8	20	ES	F
9	30	ES	F
10	22	ES	M
11	22	ES	M
12	20	ES	F
13	46	EF	F
14	18	EM	F
15	30	ES	F
16	56	ES	M
17	52	ES	M
18	44	EF	M
19	19	ES	F
20	36	ES	F
21	38	EF	M
22	36	ES	F
23	20	ES	F
24	60	EM	F
25	50	ES	F
26	42	ES	F
27	15	EF	F
28	23	ES	F
29	30	ES	M
30	28	ES	F

31	48	EM	F
32	46	EM	M
33	22	ES	F
34	30	ES	F
35	23	ES	F
36	34	ES	F
37	22	ES	F
38	22	ES	F
39	26	ES	F
40	18	EF	F
41	48	EF	F
42	16	EM	F
43	23	EM	F
44	40	ES	M
45	26	ES	F

APÊNDICE B
OCORRÊNCIAS CONTEXTUAIS COM O NUNCA

NÚMERO	OCORRÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO
01	- Hoje você tem prova? - Sim. - Você estudou? - <i>Eu nunca estudei hoje não.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (Dupla Negação)
02	- Que hora é essa? - São duas horas. - <i>Já?! Eu nunca almocei hoje..</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
03	- Cadê o livro que você ficou de me trazer? - <i>Eu nunca me lembrei mais.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
04	- Você viu Adriana? - <i>Eu nunca a vi hoje não.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (Dupla Negação)
05	- <i>É impressionante! Maria nunca chega no horário marcado.</i>	Nunca como Circunstanciador de Temporalidade (Canônico)
06	- Evocês? Irão à festa? - <i>Nós nunca saímos de casa no final de semana.</i>	Nunca como Circunstanciador de Temporalidade (Canônico)
07	- <i>Eu já fiz muita coisa hoje e nunca parei.</i>	Nunca como Circunstanciador de Temporalidade (Canônico)
08	- O laboratório está aberto? - <i>Não sei, eu nunca fui lá hoje.</i>	Nunca como Circunstanciador de Negação Comum
09	- Como vai sua mãe? - <i>Eu nunca falei com minha mãe hoje.</i>	Nunca como Circunstanciador de Negação Comum
10	- A colega M. está faltando muito às aulas. - <i>Pois é, M. nunca veio.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (Dupla Negação)

11	- Você viu Elitânia? - <i>Eu nunca vi Elitânia, hoje, aqui ainda não.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (Dupla Negação)
12	- Tenho que entregar o livro na biblioteca hoje. - <i>Você nunca foi lá?</i>	Nunca Híbrido
13	- <i>Minha irmã está com o pé inchado, nuncamelhorou!</i>	Nunca Híbrido
14	A água foi embora desde cedo e até agora não voltou: - <i>Ai, meu Deus, e agora? Eu nunca banhei hoje.</i>	Nunca Híbrido
15	- Viu o que fizeram com o livro da biblioteca? - <i>Nunca vi tamanha feiúra.</i>	Nunca como Circunstanciador de Temporalidade (Canônico)
16	- Estou com muita fome, pois nunca tomei café hoje.	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
17	- Vamos lá na cantina Sílvia, porque nunca tomei café da manhã hoje.	Nunca Híbrido
18	- <i>Eu nunca recebi salário esse mês não.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (Dupla Negação)
19	- Você conhece aquele carinha, lá? - <i>Nunca vi mais gordo.</i>	Nunca como Circunstanciador de Temporalidade (Canônico)
20	- Por que você está tão pálida? - <i>Acho que é porque eu nunca comi hoje.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
21	-Você já almoçou? - <i>Eu nunca almocei hoje não.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Incisiva (Dupla Negação)
22	- <i>Ai, meu Deus! Já são 11h30, estou com infecção urinária e nunca bebi água.</i>	Nunca Híbrido
23	- Olhe quem está entrando na biblioteca,	Nunca Circunstanciador de

	vou chamá-lo para você. -Não, não nunca te dei intimidade para isso.	Temporalidade
24	- Estou com desejo de chupar cajuí. Você viu se já está aparecendo na feira? - <i>Eu nunca fui à feira nessa semana.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
25	- <i>Luciana chegou cedo hoje nesta escola, e nunca foi embora!</i>	Nunca Híbrido
26	- Estou te achando meio pálida. - <i>Eu nunca almocei hoje.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
27	(A professora estava indo para a sala de aula antes de terminar o intervalo quando a aluna diz): - <i>Professora, nunca bateu!</i>	Nunca Híbrido
28	- <i>Eu nunca desisti desse curso, porque se eu desisti minha mãe me mata!</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
29	- Anda, anda depressa. - <i>Eu nunca banhei hoje.</i>	Nunca Híbrido
30	- <i>A Jesse nunca almoçou hoje.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
31	- O velório está na igreja. <i>Você nunca foi lá?</i>	Nunca Híbrido
32	Você já fez o trabalho de Sintaxe? - <i>Nunca fiz o trabalho.</i>	Nunca Híbrido
33	<i>Emprestei o livro para ele e ele nunca me devolveu.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
34	- Você viu que José de Alencar morreu? - Não. Eu nunca vi TV hoje.	Nunca Híbrido
35	- <i>Eu nunca fiz o trabalho que a professora pediu.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
36	-Você sabe se o laboratório de Informática já abriu hoje? - <i>Nunca abriu.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum

37	- <i>Pessoal, a gente nunca foi lá na escola falar com a diretora sobre o nosso trabalho.</i>	Nunca Híbrido
38	- <i>Eu nunca bebi água hoje.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
39	- <i>Você já foi ao Ibama falar com o G?</i> - <i>Ele nunca chegou lá até agora.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
40	- <i>Você viu a capa da máquina que deixei aqui em cima do chapéu?</i> - <i>Eu nunca mexi no chapéu.</i>	Nunca Circunstanciador de Negação Comum
41	- <i>A menina quer levar seu dinheiro?</i> - <i>Nunca precisou eu deixar, ela sempre quer pegar tudo.</i>	DESCARTADO
42	- <i>Dizem que ele está namorando aquela menina do 2º ano, é verdade?</i> - <i>Nunca precisou ele namorar, bem que ela queria...</i>	DESCARTADO
43	- <i>É ela que tem que fazer tudo, sim, inclusive carregar as melancias.</i> - <i>Nunca precisou.</i>	DESCARTADO
44	- <i>Você vai a festa?</i> - <i>Nunca precisou.</i>	DESCARTADO
45	- <i>Vocês devem ficar aqui na roça por mais uns dois anos, não é verdade?</i> - <i>Nunca precisou, no começo do ano que vem estaremos indo embora.</i>	DESCARTADO